

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS  
CECILIA MARGARIDA BERNARDI

**Agricultura familiar e organizações cooperativas:  
a luta social das agricultoras familiares camponesas**

IJUÍ  
2011

CECILIA MARGARIDA BERNARDI

**Agricultura familiar e organizações cooperativas:  
a luta social das agricultoras familiares camponesas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do rio Grande do Sul – UNIJUÍ, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação nas Ciências.

ORIENTADORA: Dra. ELZA FALKEMBACH

**IJUÍ  
2011**

## AGRADECIMENTOS

### O mundo que eu vejo! O mundo que eu quero ter!

O mundo que eu vejo, é muito triste  
O mundo que eu vejo é crise!  
O mundo que eu quero ter é bem legal  
O mundo que eu quero ter é com animal!

O mundo que eu vejo é muito mau  
O mundo que eu vejo é feito com couro de animal!  
O mundo que eu quero ter é muito bom  
O mundo que eu quero ter é feito só de bombom!

O mundo que eu vejo é diferente  
O mundo que eu vejo é cheio de gente que mente!  
O mundo que eu quero ter é cheio de cores  
O mundo que eu quero ter é com muitas Flores!

Autoria: Juliana Bernardi de Camargo, nos seus 8 anos  
sábado, 20 de fevereiro de 2010  
publicada em seu blog: [www.julianaepoesiaja.blogspot.com](http://www.julianaepoesiaja.blogspot.com)

Com esta poesia, quero agradecer com um abraço apertado todas e todos que participaram da construção desta pesquisa.

Em especial, destacar os que tiveram cotidianamente comigo construindo este momento, André, Pedro, Juliana e Rosângela. e em seus nomes agradecer a todos e todas que colaboraram para que esta pesquisa acontecesse,

Também em nome de meus pais Victo e Suely, agradecer a minha família pelo apoio para que pudesse realizar esta escrita.

Agradecer também os educadores e dirigentes da AREDE, da UNICOOPER e suas cooperativas filiadas, e em especial as associadas pela participação efetiva e pela maneira com que depositaram confiança no trabalho que realizei,

Beijos a todos e todas,

## RESUMO

Esta dissertação estuda relações sociais, sob uma ótica de gênero, com base na divisão sexual do trabalho, que estabelecem as condições para a participação das mulheres agricultoras familiares camponesas em cooperativas, em especial em cooperativas de agricultura familiar camponesas. Neste trabalho também foram estudados os processos pedagógicos realizados pelas organizações não governamentais - ASTRF e AREDE e as lutas empreendidas pelos movimentos de mulheres agricultoras familiares camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais. Na perspectiva da educação popular procurou-se compreender as contribuições daqueles processos educativos na construção da autonomia e na emancipação das agricultoras familiares camponesas. Esta análise possibilitou identificar fragilidades dos mecanismos de participação, decorrentes de um processo de democracia superficial, realizados pelas cooperativas de agricultura familiar camponesas, que continuam semelhantes ao executado nas grandes cooperativas. Este estudo foi realizado em 2009/ 2010 nas cooperativas de agricultura familiar camponesa vinculadas a UNICOOOPER, central de cooperativas, que se organizam a partir dos anos de 1990, nas regiões fronteira noroeste e missões do Rio Grande do Sul, a partir das lutas sociais dos/as agricultores/as familiares camponeses/as. Estas cooperativas são formadas por agricultores/as familiares camponeses/as que tem um jeito de produzir e viver, baseada na intensificação do trabalho e se organiza em torno das “necessidades de sobrevivência” da família. Esta forma de organização porém se assenta numa rígida divisão sexual do trabalho, onde as mulheres estão permanentemente invisibilizadas de participar em espaços públicos e sobrecarregadas por trabalhos dentro da propriedade. E, neste sentido, ao longo do tempo as grandes cooperativas criaram mecanismos que reforçam esta característica da agricultura familiar camponesa, dificultando a participação das mulheres como associadas e nos espaços de direção das cooperativas. Nas cooperativas estudadas são menos de 30% de mulheres associadas e, em média, uma mulher compondo a direção de cada cooperativa. Então, na perspectiva de FREIRE, procura-se nesta dissertação elencar que diálogos são possíveis de ser estabelecidos para que as mulheres possam conhecer suas cooperativas dirigindo-as. Uma condição que para ser possível tem que superar a condição de Ser menos, “viver como menos” que as agricultoras familiares estão submetidas. Estabelecer também diálogos possíveis com os subopressores homens num permanente movimento de estar sendo, buscando construir o Ser mais das mulheres em direção ao inédito viável.(FREIRE, 2000).

Palavras chaves: Participação de mulheres, gênero, divisão sexual do trabalho, agricultoras familiares camponesas, cooperativas, autonomia, emancipação.

## ABSTRACT

This dissertation examines the social relations under a gender perspective, based on the sexual division of labor, establishing the conditions for the participation of women in peasant family farmers cooperatives, especially in peasant family farming cooperatives. In this work were also studied pedagogical processes carried out by NGOs - and ASTRF AREDE and the struggles undertaken by women's movements and peasant family farmers unions of rural workers. From the perspective of popular education sought to understand the contributions of those educational processes in the construction of autonomy and emancipation of the peasant family farmers. This analysis enabled us to identify weaknesses in the mechanisms for participation, caused by a superficial process of democracy, made by peasant family agriculture cooperatives, which continue to run on similar large cooperatives. This study was conducted in 2009 / 2010 in scale family agriculture cooperatives linked to UNICOOPER, central cooperatives, which are organized from the year 1990, in the northwest frontier regions and missions of the Rio Grande do Sul, from the social struggles of / the farmers / peasants to family / the. These cooperatives are formed by farmers / peasants to family / those that have a way of producing and living, based on the intensification of work and is organized around the "survival needs" of the family. This form of organization but is based on a rigid sexual division of labor, where women are constantly invisibilized to participate in public spaces and overloaded with work inside the property. And in this sense, over time the large cooperatives have created mechanisms that support this feature of the peasant family farm, making the participation of women as members and spaces in the direction of the cooperatives. In the cooperatives studied are less than 30% of women involved and, on average, a woman writing the direction of each cooperative. So from the perspective of Freire, the aim is to list in this dissertation that dialogues are likely to be established for women to know their co-directing them. A condition that has to be able to overcome the condition of being less "live as less" family farmers that are submitted. Also possible to establish dialogue with the men subopressores a permanent movement of being, be seeking to build more women into the untested feasibility. (Freire, 2000)

Keywords: Participation of women, gender, sexual division of labor, peasant family farmers, cooperatives, autonomy, emancipation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 A COOPERAÇÃO NA ÓTICA DAS MULHERES: DE UMA RELAÇÃO DE PARCERIA PARA UMA RELAÇÃO DE INVISIBILIDADE E DOMINAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO .....	22
1.2.RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	42
1.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E PODER NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA .....	53
<b>2 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NAS REGIÕES FRONTEIRA NOROESTE E MISSÕES .....</b>	<b>71</b>
2.1 O COOPERATIVISMO NAS REGIÕES FRONTEIRA NOROESTE E MISSÕES SOB O ENFOQUE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO .....	72
2.2.A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SISTEMA UNICOOPER .....	95
<b>3 A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES JUNTO ÀS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.....</b>	<b>123</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

As mulheres e sua participação na sociedade. Este é um tema que me inquieta muito, talvez por estar impregnada pelas lutas feministas e suas conquistas ou por conviver no cotidiano de trabalho e de vida com muitas mulheres, diferentes histórias e muitas semelhanças nas dificuldades e alegrias. Durante muito tempo venho participando como educadora popular e acompanhando as lutas das agricultoras familiares camponesas em busca de seus direitos. Conviver com estas mulheres que alcançaram seu “ser mais” e proporcionaram que muitas de nós também repensemos nossa atuação como educadoras.

Ao vivenciar as diversas realidades e procurar compreender as motivações que levam as pessoas a se juntar em organizações e movimentos me deparava com as dificuldades das mulheres em participar, em “ser mais”, melhorando sua vida como ser humano. Ao longo do trabalho, procuro problematizar e, assim, estimular o cooperativismo como uma possibilidade de organização coletiva que proporciona aos envolvidos a comercialização conjunta e a cooperação social para enfrentar a exploração capitalista. Ao mesmo tempo, intrigava-me a parca participação das mulheres agricultoras familiares camponesas também nestas cooperativas.

Neste sentido, ao preparar o objeto desta pesquisa, revi nas minhas leituras o conceito marxista de trabalho e a implicação da divisão sexual do trabalho na manutenção da exploração capitalista. Depois de delimitar um dos conceitos chaves da pesquisa, comecei a esboçar o objeto de pesquisa. Decidi tomar como objeto de pesquisa “As mulheres nas cooperativas de agricultura familiar camponesa”, como elas participam, em que condições, quais metodologias facilitam ou dificultam sua participação. E na condição de educadora popular, interessava-me também compreender como os processos de educação popular que vivenciamos podem ter contribuído ou não para superar os limitadores da participação das mulheres que se apresentavam.

Então, construí a seguinte hipótese: *As cooperativas da agricultura familiar têm contribuído para a diversificação da produção, mas, concomitantemente, têm reproduzido o dilema da não participação das mulheres nas cooperativas como associadas e em suas direções. Isto se deve ao fato de que as unidades familiares camponesas na agricultura e suas cooperativas continuam a organizar o trabalho*

*sob uma “naturalizada” e rígida divisão sexual do trabalho, onde o trabalho do homem representa o trabalho “produtivo”, enquanto o trabalho da mulher envolve as obrigações do mundo privado, como a manutenção e cuidado com a vida e a soberania alimentar. Neste contexto, a educação popular tem contribuído para a abertura de espaços às mulheres nas cooperativas.*

O cooperativismo e a participação cooperativa têm sido objeto de vários estudos a partir de várias concepções teóricas. Fiz uma opção de estudar a participação cooperativa a partir da ótica de gênero, e, mais especificamente, por se tratar do estudo de relações sociais de trabalho, adotei o conceito da teoria marxista da divisão sexual do trabalho. Também o conceito de campesinidade foi tomado como opção teórica, aqui expressada por uma categoria política ligada à agricultura familiar camponesa. E a partir dos conceitos de gênero, trabalho, divisão sexual do trabalho, campesinidade e educação popular, procurei analisar a participação das mulheres nas cooperativas, mais especificamente nas atuais cooperativas de agricultura familiar camponesa.

A ótica de gênero adotada foi conceitualmente baseada no entendimento de que

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (...) e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

Ainda segundo Scott, o gênero se constitui de quatro elementos interrelacionados que expressam um conjunto e que podem ser descritos e analisados separadamente. Em primeiro lugar, os símbolos culturalmente construídos e as representações simbólicas daí decorrentes, em segundo, conceitos normativos que expressam estes símbolos; em terceiro, estas significações constituem uma noção fixista ahistórica que se expressa nas organizações sociais, e desde as mesmas, como concepção política e em quarto, a identidade subjetiva de ser homem ou mulher que conduz a sua reprodução social. (SCOTT, 1995).

A partir deste conceito de gênero que explicita as relações de homens e mulheres de maneira histórica, contextualizada, na sociedade, procurei me deter no conceito da divisão sexual do trabalho, por se tratar de um estudo sobre as relações



sociais ligadas ao trabalho. Ao longo da dissertação, procuro analisar as relações hierarquizadas que perpassam vários aspectos da divisão social do trabalho, buscando elementos para compreender as implicações da participação ou não das mulheres nas cooperativas de agricultura familiar camponesas.

Outra opção foi a de assumir a denominação nesta dissertação do termo agricultura familiar camponesa. Esta opção denota que, no contexto atual de identidade do termo agricultura familiar, sua adoção no Brasil tem sido provocada pelas lutas e pelo reconhecimento da sociedade e do Estado por meio de políticas públicas próprias a este grupo social. Porém, a opção construída para esta dissertação se baseia na força conceitual do campesinato. Este conceito começa a ser cunhado por Chayanov, com seu esforço teórico de categorizar o modo de produzir e viver dos camponeses russos, até autores atuais como Ploeg, que conceitua as múltiplas facetas e a atualidade deste jeito de fazer agricultura, baseada na “intensificação fundada no trabalho” (PLOEG, 2008, p. 35) e os aspectos comuns de um modo de viver e de se organizar como agentes sociais em várias sociedades.

Também procuro considerar na escrita, sem reificar nenhuma situação, o deslocamento em tempo e lugar tanto do conceito de campesinato, quanto dos termos regionais que os movimentos sociais, os camponeses e as camponesas se reconheceram e se denominaram durante a análise histórica desta dissertação. Na região em estudo, os agricultores familiares nos anos 1980 eram chamados de colonos, pequenos agricultores e as mulheres se afirmavam como trabalhadoras rurais.

Neste sentido, Woortmann, num artigo decorrente de vários estudos sobre camponeses no Brasil, defende a ideia de que os camponeses possuem uma organização de viver a partir de uma ordem ética/moral, portanto, com decisões partilhadas na subjetividade, que ele conceitua como campesinidade. (WOORTMANN, 1990).

Esta campesinidade se constitui a partir de um conjunto de categorias que são comuns aos camponeses, (...) como terra, família e trabalho. (WOORTMANN, 1990, p.23) e se encontra presente em maior ou menor grau em diferentes grupos, locais e épocas. Porém, como exemplifica Woortmann, o que constitui a campesinidade é que estas categorias estão profundamente interrelacionadas:

O importante, contudo, não é que sejam comuns, (...) mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Partindo deste conceito de campesinidade, decorrente da nucleação entre terra, trabalho e família, ocorrem duas características importantes para o debate desta dissertação. A terra não é uma mercadoria, mas patrimônio da família e garantir sua integridade é ponto de honra nesta ordem moral; e também a hierarquia familiar é um dos componentes centrais desta ordem moral (WOORTMANN, 1990).

Neste sentido histórico o destaque é para a análise de gênero sobre a participação das mulheres, consciente de que cada momento histórico há uma forte influência cultural e contextual que não pode ser homogeneizada pela atualidade, mas sim servir de elementos reflexivos para o contexto em que se estuda.

A agricultura familiar camponesa como jeito de fazer agricultura tem experimentado e participado de várias formas de cooperação, desde as associações até as cooperativas empresarias, chamadas pelos agricultores familiares de grandes cooperativas. As mulheres integram esta forma de fazer agricultura. Nas regiões Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul, estes agricultores e agricultoras familiares camponeses têm experimentado variados processos educativos em ricos espaços de “formação na vida”, como eles/as mesmos costumam dizer. Nestes espaços de luta e organização sindical, de reivindicação pelo direito ao reconhecimento da profissão de agricultoras familiares camponesas<sup>1</sup> e a aposentadoria nas décadas de 1980 e 1990, nas lutas por crédito agrícola e pela diversificação de culturas, nas lutas contra a construção de barragens, formaram-se muitas lideranças.

Estas lideranças, insatisfeitas com sua situação econômica, social e política, organizaram-se para construir novas perspectivas, dentre estas, formaram cooperativas de agricultura familiar camponesa. Nesta caminhada, foram muitos momentos de reflexão, organização e ação direta que forjaram estas lideranças. Os

---

<sup>1</sup>Naquele período das lutas de 1980/ 1990, as mulheres reivindicavam ser reconhecidas pela profissão de trabalhadoras rurais para efeitos da previdência social, que já reconhecia os homens agricultores familiares camponeses como trabalhadores rurais, com direito a meio salário mínimo de aposentadoria.

momentos de reflexão sempre partem de uma ação educativa em processo estabelecida pelas pessoas em movimento e por aqueles e aquelas que estão na assessoria destes movimentos. A educação popular tem se constituído nestes meios de profunda mudança nos últimos trinta anos e contribuído para aprofundar a busca pelo “ser mais”, no dizer de Paulo Freire, das classes populares:

Por Educação Popular<sup>2</sup> entendemos um conjunto de práticas sociais e elaborações discursivas no âmbito da educação cuja intencionalidade é contribuir para que os diversos segmentos das classes populares se constituam protagonistas de uma transformação da sociedade em função de seus interesses e utopias (TORRES, 2008, p. 22).

Neste sentido, seguindo os caminhos da educação popular, ouvindo e participando do movimento feminista popular, somado as inquietações diárias sobre os recuos e as conquistas das mulheres na sociedade, em especial das agricultoras familiares camponesas, fui conduzida, como educadora popular em diálogo com outras lideranças mulheres, a construir um objeto de estudo que propiciasse uma reflexão crítica sobre a emancipação, pelo trabalho, das agricultoras familiares camponesas.

Procurei compreender, por meio de um olhar da educação popular, como o trabalho humano se expressa, como é conceituado e como se reorganiza através das relações sociais e os efeitos da divisão sexual do trabalho, na tomada de decisão das mulheres e homens sobre os papéis estabelecidos socialmente para um e outro. Compreender também como esta divisão sexual do trabalho, considerando as especificidades da agricultura familiar camponesa, reflete-se na diferenciação de participação para homens e mulheres nas cooperativas organizadas pela agricultura familiar camponesa.

Neste sentido, procurarei me distanciar do objeto de estudo, analisar e pesquisar a participação das mulheres na experiência de onze cooperativas municipais de agricultura familiar camponesa, organizadas sob a Central de cooperativas de agricultura familiar – UNICOOPER, com sede em Santa Rosa, que

---

<sup>2</sup>Por EP [Educação popular] entenderemos un conjunto de prácticas sociales y elaboraciones discursivas em el ámbito de la educación cuya intencionalidad es contribuir a que los diversos segmentos de las clases populares se constituyan protagonistas de una transformación de la sociedad em función de sus intereses y utopías (TORRES, 2008, p. 22).

foram sendo criadas por necessidades semelhantes durante os últimos quinze anos nas regiões Fronteira Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul.

A UNICOOPER<sup>3</sup>, união das cooperativas da agricultura familiar, se estrutura a partir de cooperativas singulares de âmbito municipal, algumas anteriores até mesmo da constituição da CENTRAL, e outras que vieram a se associar depois da criação da central. Atualmente são onze cooperativas que formam a base da UNICOOPER, e são elas: Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier (COOPAX),<sup>4</sup> Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo (COOPASC); Cooperativa dos Produtores de Alecrim (COOPRAL); Cooperativa Agroecológica de Cândido Godói (COOPERAÉ) ; Cooperativa Canavieira Santa Teresa Ltda (COOPERTERESA); Cooperativa Agrícola Butiá (COOPERBUTIÁ ); Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales – LTDA (COOPERG); Cooperativa dos Agricultores Familiares de Porto Vera Cruz (COOPOVEC); Cooperativa de produtores agroindustriais e artesãos de Dezesesseis de Novembro Ltda. (COOPADEN), Cooperativa dos agricultores familiares de São Paulo das Missões (COOPERIPÊ) e Cooperativa dos Agricultores de Santa Rosa Ltda. (COPERSOL).

Estas cooperativas de agricultura familiar camponesa estão organizadas em municípios que pertencem a regiões territoriais próximas chamadas de Fronteira Noroeste e Missões. As regiões Fronteira Noroeste e Missões são um conjunto de 42 municípios divididos em duas regiões estabelecidas arbitrariamente por política de estado, denominadas como Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDES5 e que seguem o desenho das associações de municípios, anteriores ao instituído, portanto há algumas identidades geográficas, culturais e sociais que interessam a esta dissertação. Dentre estes municípios estaremos nos detendo em 12 municípios sedes das cooperativas municipais de agricultura familiar, que são Santa Rosa, Santo Cristo, Alecrim, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Porto Xavier,

<sup>3</sup> Informações retiradas dos estatutos, e de documentos das cooperativas.

<sup>4</sup> Entre parênteses datas de fundação. (primeira data fundação da associação, segunda data fundação da cooperativa) que são COOPAX (1991:1995); COOPASC (1991:994); COOPRAL (1986:2001); COOPERAÉ (1999); COOPERTERESA (1999); COOPERBUTIÁ (2002); COOPERG (2005); COOPOVEC ( ); COOPAADEN (2004:2009).

<sup>5</sup> COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento – conselho que congrega instituições públicas e privadas de caráter público para debater temas que afetam o desenvolvimento regional e promover o desenvolvimento regional, criado pelo governo do estado em 1992. Atualmente serve de base regional para a aplicação de políticas públicas e organização regional das instituições do governo do estado e da união.

Dezesseis de Novembro, Roque Gonzáles, Cerro Largo, Guarani das Missões, São Pedro do Butiá, Cândido Godói, Campina das Missões.

Partindo da visão de que a Educação Popular, como fonte de participação, contribui para o protagonismo dos seres humanos, enfatiza-se neste trabalho o ato de participar, ou fazer parte, como fundamental para a construção das sujeitas de seu próprio fazer educativo:

(...) fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo (FREIRE, 1993, p. 65).

As agricultoras familiares camponesas da região Fronteira Noroeste e Missões têm protagonizado diversas lutas desde o reconhecimento da profissão de agricultora familiar e a aposentadoria rural, na década de 1990, participando ativamente em movimentos sociais como o Movimento das Margaridas e o Movimento das Mulheres Camponesas, na disputa e participação de direções de sindicatos de trabalhadores rurais e na organização das próprias cooperativas de agricultura familiar.

Nesta mesma região geográfica e simultaneamente às lutas por aposentadoria, desde os anos de 1980, aconteceram intensos debates sobre diversificação de culturas e produção de alimentos, numa região marcada pela monocultura da soja em áreas de agricultura familiar:

Produção para subsistência, mas também produção para mercado interno e comercialização direta do produtor ao consumidor: a produção de alimentos ocupa lugar central entre as propostas do sindicalismo rural (MENASCHE, 1996, p. 27).

Os movimentos sindicais mistos, movimentos de mulheres e organizações não governamentais - ONGs têm discutido e implementado projetos com o objetivo de reorganizar os(as) agricultores(as) para produzir, industrializar e comercializar a produção de alimentos, através de associações e mais tarde de cooperativas de

agricultura familiar camponesa. Aparentemente, estes debates e iniciativas envolveram a todos e a todas.

Estes movimentos, ao nascer da crítica ao modelo de agricultura, ao longo do tempo, estabeleceram também uma crítica ao modelo cooperativista tritícola e organizaram a criação de novas cooperativas que estimulariam a produção e comercialização de alimentos. Porém estas cooperativas de agricultura familiar camponesa têm tido pouca participação das mulheres como associadas e conseqüentemente nas direções das mesmas. Nos momentos da organização da produção na unidade familiar camponesa e dos debates dos grupos, elas estão presentes. Quando é criada a cooperativa, elas não se associam e “são representadas” pelos maridos. Conseqüentemente, as mulheres não participam da organização da comercialização nem compõem direções; elas praticamente desaparecem. As mulheres participam em grande número em feiras, em associações, mas estão pouco representadas em estruturas mais complexas de comercialização, como as cooperativas.<sup>6</sup>

Apesar desta participação no processo inicial, quando estas organizações se transformam em cooperativas e associações, o que se percebe é que os responsáveis pela comercialização e pelas direções, geralmente são homens, mesmo quando em minoria (ANGELIN e BERNARDI, 2007).

Neste sentido, este estudo tem como objetivo compreender os fatores associados à participação das mulheres nas cooperativas, bem como de que forma o processo educativo popular realizado por associações sindicais e de educação que vem sendo realizado com as mulheres pode contribuir para sua emancipação.

O objetivo posto foi desmembrado em objetivos específicos buscados ao longo do trabalho, e que estão destacados a seguir: a) Investigar como se expressa a divisão sexual do trabalho nas famílias agricultoras; b) Investigar os espaços de participação social das mulheres na vida pública e nos espaços de decisão; c) Estudar a estrutura cooperativa e qual é o espaço reservado para as mulheres; d) Qual a relação entre o volume de trabalho das mulheres e sua não participação nas

---

<sup>6</sup>A Economia Popular e Solidária reúne um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política. (GUÉRIN apud ANGELIN e BERNARDI, 2007).

cooperativas de agricultura familiar de produção de alimentos; e) Verificar nos rituais burocráticos nas cooperativas se há diferenças para a associação entre homens e mulheres; f) Interrogar sobre a influência da educação popular na construção de processos educativos que estimulem a participação das mulheres na vida pública; .

Para atender estes objetivos, foram tomadas como fios condutores desta pesquisa as referências conceituais de Trabalho e da divisão sexual de trabalho, de Agricultura Familiar Camponesa e de Educação Popular. Com relação ao conceito de Trabalho, buscou-se subsídios no próprio Karl Marx,<sup>7</sup> mas também nas feministas marxistas Danièle Kergoat e Helena Hirata,<sup>8</sup> as quais atualizam o conceito de trabalho, criando os conceitos de divisão sexual do trabalho e uma releitura de trabalho a partir da emancipação das mulheres e dos homens.

Também não menos importante foi compreender o conceito de agricultores familiares camponeses de Alexander Chayanov,<sup>9</sup> complementado por elementos da situação atual por Jan Douwe Van Der Ploeg:<sup>10</sup> de que a agricultura familiar camponesa é uma unidade de produção e consumo e que se estabelecem relações sociais objetivas e subjetivas na construção das decisões dos agricultores familiares camponeses. Quanto aos conceitos de Educação Popular, buscou-se em Paulo Freire<sup>11</sup> a inspiração primeira para refletir e analisar esta temática.

Esta pesquisa foi realizada de maneira qualitativa e participativa. Qualitativa pois em toda metodologia se privilegiou as informações das pessoas, os depoimentos, juntamente com os dados encontrados nos documentos,

(...) as chamadas metodologias qualitativas privilegiam de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações individuais e grupais. (...) Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos é a flexibilidade,

<sup>7</sup>KARL MARX elabora seu conceito de trabalho, e demonstra a luta de classes num capitalismo nascente no mundo e a perversidade das relações de exploração sobre o trabalhador(a) no trabalho industrial, em meados de 1840, lançando as bases para análises críticas posteriores do capitalismo sob a revolução industrial.

<sup>8</sup>DANIÉLE KERGOAT E HELENA HIRATA, elaboram o conceito de divisão sexual do trabalho, em meados de 1990, e ampliam o conceito de trabalho, também sob uma visão crítica, complexificando-o.

<sup>9</sup>ALEXANDER CHAYANOV, elabora o conceito de agricultura familiar camponesa, em meados de 1900, demonstrando que esta forma de viver e fazer agricultura tem especificidades de se relacionar com a sociedade e estabelece relações sociais e de trabalho capazes de permanecer sobre vários modos de produção e sociedade.

<sup>10</sup>JAN DOUWE VAN DER PLOEG, amplia o conceito de agricultura familiar camponesa e demonstra sua capacidade de resistir e de permanecer nas relações com a nova forma de organização capitalista, a globalização, expressa pelos impérios alimentares (ou multinacionais).

<sup>11</sup>PAULO FREIRE, educador popular, um dos elaboradores do conceito de educação popular e sua implicação na transformação das pessoas em sujeitos de sua própria história. Elaborou sua teoria, a partir de intensa prática, desde a década de 1960.

principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando àquelas mais adequadas à observação que está sendo feita (MARTINS, 2004, p. 292).

Esta flexibilidade da metodologia qualitativa permitiu que esta pesquisa acontecesse de forma Participativa. Participativa porque as sujeitas foram convidadas a participar do processo de pesquisa, através das reuniões dos grupos, dos depoimentos e também com questionamentos sobre aspectos da metodologia e de elementos a ser aprofundados na pesquisa, que foi sendo reordenado a cada reunião, respeitando as considerações das pessoas que participavam nas reuniões.

Para realizar este trabalho, utilizou-se também pesquisa bibliográfica em autores já citados, como também em sites com informações sobre as grandes cooperativas, folhetos e cartilhas produzidos por educadores populares de projetos desenvolvidos pelas cooperativas e ONG's de educação popular. Foram levantados documentos nas cooperativas de agricultura familiar camponesa, tais como atas de fundação, lista de sócios/as, regimentos internos e relatórios de planejamento destas cooperativas integrantes deste estudo.

As falas e depoimentos das mulheres decorrem em grande parte das gravações das reuniões realizadas pela pesquisa, mas também de anotações de diários de campo e de extratos de cartilhas e de anotações das reuniões e encontros anteriores à pesquisa, documentados em diários de campo.

O trabalho de campo foi organizado em três etapas, sendo que a primeira etapa consistia em visitas as cooperativas, com levantamento de documentos e registros em diários de campo que foram realizadas no período de julho a dezembro de 2009, e as outras duas etapas de reuniões com grupos de mulheres. Estas reuniões com grupo de associadas das cooperativas de agricultura familiar camponesa aconteceram no período de 07 de janeiro de 2010 até abril de 2010, iniciando com a reunião regional com as lideranças mulheres das cooperativas de agricultura familiar camponesa posteriormente com o grupo de associadas em três cooperativas selecionadas. Em janeiro de 2011 foi realizada também uma reunião com o grupo de educadores populares. Estas reuniões serão detalhadas a seguir.

Em razão disso, no início das visitas e das reuniões, foi apresentado o "Formulário de Consentimento Livre e Esclarecido", procurando esclarecer quaisquer dúvidas e afastar receios de mau uso dos depoimentos. Inicialmente, na visita às direções das cooperativas de agricultura familiar camponesa e posteriormente nas



reuniões com trabalhos em grupos, foram feitos os esclarecimentos relativos à pesquisa: seus objetivos, justificativa, relevância, procedimentos, benefícios esperados e garantia de anonimato e possibilidade de desistência, se assim desejassem, a qualquer momento.

O estudo foi desenvolvido sob amparo da Resolução 196/96, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa em seres humanos. Para tanto, foi encaminhada solicitação de autorização à UNICOOPER para realização de pesquisa e para abordagem da população em estudo.

O projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, conforme determina a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, obtendo parecer favorável à sua realização.

Na primeira etapa dos trabalhos de campo, foram coletados dados, registrados nos documentos copiados das cooperativas e das ONG's, com prévia autorização das direções das mesmas, e também foram registradas informações no diário de campo ao visitar estas organizações. Em função da semelhança dos dados encontrados nas cooperativas quanto a participação das mulheres nas direções e como associadas, e da ausência dos registros sobre esta situação, que alimentavam a parte inicial da hipótese estabelecida foram realizadas mais duas etapas a campo da pesquisa.

Na segunda etapa foi realizada uma reunião regional com lideranças mulheres, integrantes de cooperativas para aprofundar os temas sobre a participação nas cooperativas com estas lideranças. Nesta reunião foi apresentado o objetivo desta pesquisa e as mulheres foram estimuladas a falar sobre sua participação nos movimentos de mulheres e sobre sua participação nas cooperativas, seus motivadores em participar ou não. Como registro desta reunião, foi realizada uma filmagem, anotações no diário de campo e as participantes desenvolveram um texto reflexivo sobre sua participação nas cooperativas e nos movimentos de mulheres.

Este texto foi desenvolvido na parte final da reunião e era orientado para ser escrito na forma de carta para alguém e tinha duas perguntas orientadoras: 1) Se já participou em algum momento de luta sindical ou de movimentos de mulheres – contar o que aprendeu e ensinou sobre participar; 2) Como você decidiu, o que te motivou, o que esperava ao se associar na cooperativa e a participar na direção.

Nesta reunião as lideranças reforçaram a importância de conversar e ouvir as mulheres na base das cooperativas de agricultura familiar camponesa. Elas levantaram muitos depoimentos e questionamentos, e estes revelaram uma expectativa em compreender os mecanismos que as excluem, como a matrícula coletiva, que caracteriza o voto familiar, que será tratado no segundo e terceiro capítulo desta dissertação.

A expectativa das lideranças era de que a pesquisa pudesse desvelar a origem, a legalidade, para que elas possam se apropriar e organizar a superação desta condição de não participação. Elas concordaram em participar desde que os resultados da pesquisa sejam compartilhados com este grupo e que estas possam se organizar num grupo de trabalho para interferir e modificar a participação das mulheres nas cooperativas.

Para efeito da pesquisa, posteriormente foram escolhidas três cooperativas para reunir suas associadas e realizar o trabalho de grupo. A escolha das cooperativas obedeceu um critério de tempo em que elas estavam organizadas, escolheu-se duas mais antigas e uma mais nova em organização, mas com no mínimo 5 anos de funcionamento, com o objetivo de que estas mulheres tivessem participado em grande parte dos movimentos e lutas organizados na década de 2000 e possuir uma trajetória mínima que pudesse enriquecer os depoimentos.

Nestas cooperativas foram realizadas reuniões com grupos de associadas mulheres, com participação média de seis mulheres por reunião. Nestas reuniões foram apresentados os objetivos da pesquisa e as mulheres foram estimuladas a falar e a refletir sobre sua participação na cooperativa. Todas as questões levantadas foram tratadas de maneira coletiva, procurando destacar ou confrontar e analisar a hipótese estabelecida nesta dissertação. Como forma de documentação das reuniões nas cooperativas, optou-se por gravar as reuniões, com o consentimento das mulheres.

Nas reuniões com as mulheres, foram levantados vários elementos sobre a participação das mulheres nas cooperativas. Estes elementos foram sendo questionados mediante os indicadores extraídos dos documentos das cooperativas que apontam poucas mulheres nas direções das cooperativas, além do baixo número de associadas e das teorias estudadas na bibliografia. E também estas foram sendo estimuladas a falar sobre como se percebem como associadas das cooperativas e dirigentes das cooperativas.

No decorrer do processo desta pesquisa, em especial após o trabalho nas cooperativas municipais com as mulheres, foram sendo constatados elementos que passavam despercebidos pelos/as educadores/as e também pelas lideranças das agricultoras familiares camponesas. Neste sentido, estas reflexões foram feitas numa reunião com a equipe de educadores/as populares da associação de desenvolvimento, educação e pesquisa - AREDE para que estes também levantassem suas questões sobre a escassa participação das mulheres nas cooperativas de agricultura familiar e o alcance dos projetos executados pela ONG.

Nesta reunião, além desta análise sobre os processos, os educadores descreveram que nas cooperativas em que haviam se realizado as reuniões de pesquisa, as mulheres passaram a assumir novas funções na direção das cooperativas. Numa delas assumiram a coordenação do programa de merenda escolar, na outra passaram a integrar a direção e na outra a se reunir e a propor mudanças no regimento para novas associações de mulheres. Num destes relatos, um dos educadores levantou que o trabalho de campo produziu uma inquietação entre os dirigentes das cooperativas que passaram a falar sobre o assunto da associação das mulheres nas reuniões regionais. Também passaram a “cobrar” a apresentação dos resultados da pesquisa.

As cópias dos documentos das cooperativas e as reuniões fartamente documentadas constituíram uma base de informações empíricas que permitiram uma reflexão teórica contextualmente situada e historicizada. Durante este processo de campo e de escrita esteve sempre presente a reflexão e a referência constante à hipótese delimitada no projeto de pesquisa, indo e voltando entre informações empíricas e a reflexão teórica.

No processo de escrita, a dissertação foi dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, realizou-se a abordagem do tema da cooperação na ótica das mulheres e como historicamente as relações sociais passaram de uma relação de parceria para uma relação de invisibilidade e dominação. E como sob esta ótica, aconteceram as relações de trabalho. Esta análise se orienta por uma historicidade para compreender como as relações de cooperação se distanciam da relação de parceria entre homens e mulheres para uma relação de exploração capitalista.

Neste sentido, procurou-se aprofundar os conceitos de divisão sexual do trabalho e sua contribuição para esta situação estabelecida. Além de procurar

aprofundar este conceito, também foi estabelecida uma relação com o contexto agrário com base na agricultura familiar camponesa. Esta forma de fazer agricultura se constitui de maneira diferenciada, pois estabelece relações sociais complexas, que mesclam trabalho e cooperação, baseadas no trabalho da família, ou das relações de parentesco. Este capítulo foi constituído a partir basicamente de pesquisa bibliográfica.

No segundo capítulo, procurou-se compreender a participação das mulheres nas cooperativas da agricultura familiar camponesa nas Regiões Fronteira Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul. Neste capítulo, com base no levantamento de dados, reuniões e da bibliografia consultada são descritos e analisados o cooperativismo de produção agrícola na região de estudo sob o enfoque das relações de gênero. Também serão analisados os elementos que limitam a participação das mulheres nas cooperativas da agricultura familiar do sistema UNICOOPER.

No terceiro capítulo são construídas conexões entre os dois primeiros capítulos procurando compreender a contribuição da educação popular no processo de autonomia e emancipação das mulheres junto às cooperativas de agricultura familiar camponesa. Neste capítulo será aprofundada a contribuição dos processos de educação popular desenvolvidos com lideranças das cooperativas, assessores de ONG's, mulheres e homens associados e dirigentes das cooperativas na construção da superação desta condição de "Ser menos" e na construção do "Ser mais" das mulheres agricultoras familiares camponesas.

**Boa Leitura a todas e a todos!**

## **I. A COOPERAÇÃO NA ÓTICA DAS MULHERES: DE UMA RELAÇÃO DE PARCERIA PARA UMA RELAÇÃO DE INVISIBILIDADE E DOMINAÇÃO**

A necessidade de cooperar entre os seres humanos remonta ao início da civilização. A partir de sua forte relação com a natureza, os seres humanos criaram a linguagem e a agricultura e, ao cooperarem entre si, estabeleceram, por meio do trabalho criativo, relações sociais que possibilitaram o estabelecimento e a multiplicação da sociedade humana. As relações sociais que asseguram a manutenção da vida humana foram sendo desenvolvidas pelas mulheres, em especial, ao longo dos milênios, como forma de sobrevivência, conhecimento e culto à natureza; enfim, construindo trabalho e cultura.

Estas relações sociais e a construção de cultura se transformaram ao longo dos milênios, e a manutenção da vida humana que era construída com criatividade, mais tarde passou a ser distorcida e substituída pelo acúmulo do lucro para alguns e a miséria e exploração para muitos outros. Atualmente, o que se vislumbra é que as relações sociais são permanentemente tensionadas para a competição e para restringir a possibilidade da cooperação entre as pessoas. O processo de trabalho resultado das relações entre os seres humanos e a natureza passa a ser o mecanismo de alienação dos mesmos, provocando na sociedade um fatalismo paralisante que alimenta o circuito do lucro. Mesmo assim, os seres humanos criam formas de resistência ao organizar sindicatos e cooperativas, enquanto possibilidades de cooperação entre si e construir novas perspectivas não capitalistas.

Este capítulo tem como objetivo abordar a perspectiva da cooperação e das relações de trabalho, buscando evidências históricas de relações de parceria entre homens e mulheres que sustentam a ideia da existência de cooperativas na sociedade moderna na perspectiva de enfrentar a dominação e a exploração capitalista. Entremeando esta análise, serão utilizados os conceitos de trabalho, em especial o conceito de divisão sexual do trabalho e sua importância na sustentação de relações desiguais na sociedade capitalista, bem como os efeitos gerados nas práticas de participação e democracia nas cooperativas.

Como o objetivo dessa dissertação é a análise da participação das mulheres em cooperativas de agricultura familiar, faz-se necessário realizar uma abordagem

do conceito de campesinidade presente na constituição do modo de organização da agricultura familiar camponesa. Também, trabalhar o contexto das relações de poder que se estabelecem no interior deste modo de organização, que refletir-se-á na organização das cooperativas de agricultura familiar.

Este capítulo foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, procurando aprofundar conceitos que possibilitaram a delimitação dos dados de campo e compreender a complexidade do problema a ser desenvolvido.

### **1.1 Considerações acerca do desenvolvimento da cooperação e das relações de trabalho**

O trabalho tem sido um tema muito debatido e estudado pela humanidade nos últimos períodos. Karl Marx define o trabalho em sua essência como uma interação complexa dos seres humanos com a natureza e com os outros seres humanos,

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2002, p. 211).

As pessoas, no desenvolvimento da humanidade, cooperaram entre si para sobreviver e criar alimentos e cultura. Escavações arqueológicas e indícios históricos recentes têm demonstrado que sociedades primitivas européias e do oriente próximo, há mais de 10.000 anos a.C., dentre outros modos de organizar a sociedade na época, praticavam a cooperação a partir do trabalho criativo ligado a agricultura como modo de organização da sociedade.

No período compreendido entre 7000 e 3500 a.e.c. esses primeiros europeus desenvolveram uma organização social intrincada, com especialização profissional. Criaram complexas instituições religiosas e governamentais. Usaram metais como cobre e ouro em ornamentos e ferramentas (EISLER, 2007, p. 54).

A necessidade de manutenção da vida humana em sua integralidade material e criativa possibilitada pela cooperação forjou o trabalho. O trabalho foi se constituindo juntamente com o ser humano, por ser produto da ação deste sobre a

natureza, gerando sempre produtos materiais e simbólicos. Essas relações de trabalho passaram pela existência humana e sempre foram fundamentais para a sobrevivência da espécie humana.

A partir da domesticação dos animais e do cultivo das plantas, o trabalho passa por uma revolução tecnológica, cultural, simbólica e material, que convencionamos chamar de agricultura. Com a agricultura desenvolvida de maneira cooperada começa o acúmulo de alimentos que proporciona a organização de sociedades extremamente complexas. Estas sociedades desenvolviam as relações de trabalho de forma criativa e em busca do crescimento de todos dentro da coletividade.

Junto com um suprimento regular e ocasionalmente excedente de alimentos vieram o aumento da população e as primeiras cidades relativamente grandes. (...) E quando a agricultura liberou a energia e a imaginação humanas, floresceram a cerâmica e a cestaria, a tecelagem e o couro trabalhado, a fabricação de jóias, os entalhes em madeira, e artes como pintura e escultura em barro e madeira (EISLER, 2007, p. 50).

Estas sociedades primitivas formadas a partir deste trabalho coletivo e extremamente criativo, organizaram estruturas e relações sociais baseadas na parceria e na cooperação, onde todos e todas trabalhavam de forma conjunta, embora exercendo atribuições diferenciadas. O que chama atenção nestas sociedades, por meio de indícios históricos verificados em estatuetas, desenhos, e uma escrita rudimentar, era “(...) seu caráter essencialmente *pacífico* (...) Este caráter pacífico aparecia na ausência de dominação e uso da violência que possibilitou sua permanência como modo de vida por muitos séculos” (EISLER, 2007, p. 57).

Esta associação entre sociedades complexas, que produziam conhecimentos, relações e trabalhos de forma cooperada, de forma essencialmente pacífica, conduz a novas reflexões sobre as relações sociais atuais. Isso recoloca a questão sobre as “afirmações científicas” de que as relações de competição entre os seres humanos sempre foram predominantes e que sempre organizaram as relações sociais e de trabalho para sustentar as sociedades. Nesse sentido, Riane Eisler apresenta uma contribuição muito importante em sua obra *O cálice e a Espada: nosso passado, nosso futuro*:

(...) as evidências indicam uma sociedade em geral não-estratificada e basicamente igualitária, sem qualquer distinção importante de classe social ou sexo. (...) as mulheres desempenhavam papéis-chave em todos os aspectos da vida dos antigos europeus (EISLER, 2007, p. 55).

Assim, é possível constatar que, nestas sociedades não estratificadas, as relações sociais eram de parceria e as mulheres participavam ativamente da organização do trabalho e culto de suas comunidades, enfim dos espaços de poder, representados por poder de decisão conjunta com os homens. Tanto é que a “(...) descendência e a herança eram determinadas pela mãe” (EISLER, 2007, p. 55), ou seja, pela linhagem materna e não paterna como atualmente. Estas sociedades desenvolveram seus cultos ligados a “magia” da reprodução da vida, enaltecendo, portanto as mulheres e transformando em símbolos de culto a produção de alimento pela agricultura e a geração de outros seres humanos pelas mulheres. Segundo Riane Eisler, eram cultuadas deusas que simbolizavam a fertilidade e a vida das pessoas e da terra. Neste sistema,

O fato de a mulher desempenhar papel central e vigoroso na religião e na vida pré-histórica não significa necessariamente que os homens eram percebidos e tratados de forma subserviente. Isto porque tanto homens como mulheres eram filhos da Deusa, (...) era uma sociedade de parceria, na qual nenhuma metade da humanidade é colocada acima da outra, e nenhuma diferença é igualada a inferioridade ou superioridade (EISLER, 2007, p.71-72).

Este culto à feminilidade, como geradora de vida, possibilitava a participação das mulheres na sociedade, e juntamente com os homens trabalhavam em busca de ganhos para o bem comum da comunidade.

É igualmente lógico que as mulheres não fossem vistas como subservientes nas sociedades que concebiam os poderes que regem o universo em forma feminina – e que qualidades “afeminadas” como o cuidado, compaixão e não-violência, seriam altamente valorizadas em tais sociedades (EISLER, 2007, p.29).

Ao valorizar a manutenção e o cuidado com a vida humana, estas sociedades desenvolveram relações sociais e de trabalho preocupadas em construir “um poder de dar e nutrir” (EISLER, 2007, p. 31). Esta organização social cooperada possibilitou um grande acúmulo de conhecimento, cultura, criatividade e sua estabilidade e permanência da parceria, da cooperação e da harmonia durante



muitos milênios. A concepção de mundo do trabalho destas sociedades, preponderantes no período paleolítico e neolítico, baseava-se na parceria e na cooperação entre homens e mulheres. As mulheres trabalhavam e ocupavam postos de poder dentro de sua organização social de maneira parceira e igualitária, ou seja, embora realizassem trabalhos diferentes, isto não significava que algum tipo de trabalho era supervalorizado em detrimento de outros.

Estas sociedades se organizavam de forma cooperada para garantir a sobrevivência e manter seu modo de vida, sendo que expressavam estas relações sociais, através de seus cultos, simbolizados, em especial, pelo cálice feminino que representava a importância da mulher na vida deste tipo de sociedade, uma vez que a mesma era vista como a fonte de vida.

A mulher mais velha, ou as chefes dos clãs, administravam a produção e distribuição dos frutos da terra, que eram considerados propriedade de todos os membros do grupo. Junto com a propriedade comum dos principais meios de produção e uma percepção do poder social, como responsabilidade e tutoria em benefício de todos, veio o que parece ter sido uma organização social basicamente cooperativa. Tanto mulheres como homens (...) trabalhavam em cooperação para o bem comum (EISLER, 2007, p. 90).

Estes indícios históricos demonstram a força, bem como a possibilidade da cooperação entre as pessoas, para a construção de uma sociedade igualitária. Mediante muitos conflitos, posteriormente, estas sociedades foram sendo modificadas ao longo dos milênios. O estímulo à competição, que já existia, vai sendo moldado nos momentos que os seres humanos e a natureza começavam a ser tratados como bens e ter valores de mercadoria. A partir deste momento, passa a ser naturalizado e até divino, escravizar os seres humanos, coisificar os outros e a natureza. Mas, mesmo com a supremacia das relações de competição em sociedades organizadas sob estas relações, os seres humanos sempre demonstraram formas de resistência ao construir possibilidades de forma cooperada.

As sociedades de parceria eram ligadas ao desenvolvimento da agricultura; ocupavam os vales dos rios e eram predominantes naquele período, porém existiam outros agrupamentos sociais, nômades, que viviam da domesticação dos animais e ocupavam as encostas mais íngremes. Estes povos passaram a usar os metais, antes utilizados para utensílios e ferramentas, para desenvolver armas de guerra.

Neste período, também ocorreram grandes mudanças climáticas, frios intensos e secas extremas que provocam escassez de alimentos e migrações de povos inteiros para locais onde havia outros povos. Começavam a se instalar conflitos por alimentos, muitas vezes de forma violenta, e a se moldar novas formas de sociedade, a partir do conceito de dominação e da realização da guerra (EISLER, 2007).

Estas novas sociedades, como forma de consolidação das diferenças das sociedades primitivas, firmaram sua centralidade no poder masculino supremo e incontestável, desenvolvendo uma organização social com forte hierarquia de dominação, bem como constituindo famílias de poder patriarcal, com acumulação de bens materiais e humanos.<sup>12</sup>

Dentre as diferenças que começaram a se instalar nestas novas sociedades, para implementar os processos de dominação, foi sendo desvalorizada a cooperação, que passou a ser símbolo de fraqueza e valorizada e estimulada a competição como símbolo de força entre os seres humanos. Estas sociedades de dominação masculina se estabeleceram em oposição e no combate violento as sociedades de parceria e de suas ideias baseadas na geração da vida, no culto ao ambiente natural, bem como às deidades femininas e na organização através de famílias poligâmicas, onde todos e todas trabalhavam para manter a vida de forma coletiva.

As sociedades de parceria desenvolveram um sincretismo religioso, onde mulheres e homens cultuavam Deusas, "(...) que, por sua natureza biológica, dá a luz e sustenta seus filhos, exatamente como a Terra (EISLER, 2007, p.63).<sup>13</sup> Este culto transpassava a forma de viver onde as mulheres mais velhas coordenavam a distribuição dos bens que eram coletivos, mas sem uma hierarquia de dominação. Esta forma de organizar a sociedade permitia a distribuição igualitária de bens e não havia necessidade de nominar a descendência.

Estas relações sociais vão se alterando ao longo dos milênios, provocados em parte pelas catástrofes naturais que originavam a fome e estimularam conflitos de sobrevivência e disputas de poder. E, na medida em que as guerras foram se

---

<sup>12</sup>A invenção e apropriação da escravidão pela humanidade foi uma das primeiras formas de família e de acumulação de bens.

<sup>13</sup>Estas evidências aparecem nos três centros principais que originaram a agricultura a Ásia Menor e Sudeste Europeu, Tailândia e Sudeste Asiático, e mais tarde na América Central (EISLER, 2007, p.63).

tornando um meio de conquista de poder, os vencedores começavam a instalar novos cultos que contestavam a eficácia dos cultos das sociedades pacíficas.

Estes novos cultos provocavam novas organizações de sociedade, a partir da conquista de bens e territórios. Começavam a se estabelecer pela violência da guerra, a construção de poderes centrados na acumulação de bens de maneira privada<sup>14</sup>, que por sua vez, eram originários inicialmente de conflitos de sobrevivência, provocados pela escassez de alimentos pós catástrofes naturais. As sociedades emergentes começavam a estabelecer a guerra e a competição, como forma de se destacar das sociedades de parceria, e de sua forma cooperada e pacífica de gerir as relações sociais, baseadas na manutenção da vida.

Estas novas sociedades substituem o culto sincrético das sociedades de parceria pelo culto a divindades masculinas, que passavam a simbolizar a força e a violência da guerra como elementos da conquista pelos homens. Esta associação entre acúmulo de bens, sejam eles materiais, sejam de escravos, vai associando dominação masculina com o culto, em detrimento da parceria e da manutenção da vida. A acumulação de bens por poucos se torna a medida cultural destas novas sociedades. E, como forma de garantir a permanência destes bens no núcleo familiar, vão sendo estabelecidas regras culturais de transmissão dos bens por herança para os herdeiros homens, criando-se o direito paterno. Este direito paterno, além do culto a divindades masculinas, reforça ainda mais a centralidade no poder paterno o que vai configurando novas relações sociais.

Segundo Engels, no berço da civilização ocidental moderna, na Roma antiga e na Grécia, a família patriarcal era a base da sociedade. Esta família patriarcal era entendida como poder paterno incondicional sobre a descendência e também sobre a posse de bens e era medida pela incorporação do maior número de escravos (ENGELS, 2007).<sup>15</sup>

Esta relação social de poder, baseada na transmissão de bens por herança decidida arbitrariamente, vai naturalizando o poder paterno e o patriarcado, a tal ponto que vão sendo desenvolvidos mecanismos para garantir o direito paterno e

---

<sup>14</sup>O mais impressionante nas sociedades neolíticas que cultuavam a Deusa, algo que contrasta fortemente com os resquícios de seus primeiros e mais primitivos invasores dominadores masculinos, é a ausência de sepulturas luxuosas de “chefes”. (...) Tampouco encontramos grandes depósitos de armas.” (EISLER, 2007, p.59). Eisler, também relata que as deusas da época não trazem emblemas que associam a força física ou bruta, como poder de mutilar ou assassinar, para eles o poder de dar a vida aparece em muitos indícios arqueológicos (EISLER, 2007).

<sup>15</sup>Poder paterno tido como posse de pessoas e bens, escravos, o que dita a lei.

apagar os vestígios de sociedades que se organizavam sobre outros princípios. O direito paterno origina o que se conceitua como patriarcado que foi se constituindo numa relação de poder e propriedade de um ser humano sobre outro, aparentemente um poder familiar, portanto sem influência da sociedade.

Esta construção social simbólica do poder familiar naturalizado vinculado à necessidade de manutenção do poder político e econômico pela determinação da descendência pelo direito paterno, proporcionou a naturalização e a consolidação do patriarcado. Assim, foi sendo constituída uma relação de poder fortemente naturalizada ao longo de séculos, que para além dos núcleos familiares transpassava por toda sociedade na forma de culto e de cultura. O patriarcado reduziu as mulheres a genitoras, que em sociedades anteriores eram consideradas símbolos da manutenção da vida, à condição de objeto ou propriedade, a um ser não portador de vontades, desejos e direitos.

O patriarcado vai se constituindo nestas sociedades e quase ao mesmo tempo iniciam as relações comerciais com trocas de bens que passam a ter valor monetário e podem ser classificados e acumulados. O ser humano acaba de inventar a mercadoria. Nesse sentido, Karl Marx pondera afirmando que “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2002, p. 57).<sup>16</sup>

Neste contexto, as mulheres, assim como os escravos de guerras, também passavam a ser capturadas e comercializadas como mercadorias, ou para servir de força de trabalho e trabalhar até a exaustão ou para servir como escravas sexuais das tropas em guerra ou como moeda valorizada para comercialização ou troca.

A partir deste momento histórico em que as relações sociais constituíram o patriarcado e começaram a atribuir valor e mercantilizar as relações sociais e comerciais, consolida-se esta nova sociedade emergente. Modifica-se culturalmente o olhar humano que suplanta a necessidade de sobrevivência e criação através da arte, e fundam-se novas relações sociais que transformam as relações de trabalho e de vida.

---

<sup>16</sup>E, neste contexto da criação da troca de mercadorias, os produtos do trabalho que tinham um “valor de uso”, um valor de sobrevivência e de criação pela arte começam a ter um “valor de troca”. São dados os primeiros passos para a mercantilização dos produtos do trabalho e, conseqüentemente dos seres humanos, perpassando-se a ideia de que todos e todas têm um valor pelo que produzem, ou pelo que podem vir a ser.

Começa de maneira conjunta e imbricada a acumulação de bens de maneira privada, a mercantilização dos seres humanos e da natureza, bem como a exploração do ser humano por outro ser humano através de uma divisão do trabalho desigual e hierarquizado que produz riqueza para alguns e escravidão e pobreza para muitos.

Com o advento da opressão de sexo e de classes, as relações sociais vão sendo drasticamente alteradas e o processo de trabalho, que aproximava o ser humano da natureza e produzia a manutenção da vida e a beleza através da arte, também vai sendo alterado num longo período histórico. Estas mudanças de práticas que se consolidam em cultura vão constituindo um novo paradigma da sociedade e não aconteceram sem a existência de processos de resistência. É possível constatar ao longo da história da humanidade a resistência de povos inteiros, de grupos sociais e de pessoas que foram sendo violentamente acomodados, convencidos ou exterminados. Na Idade Média, ocorre um exemplo desta violência massiva contra as mulheres:

(...) diretamente pela coerção pessoal, ou indiretamente, através de exhibições de força em eventos sociais intermitentes, como inquisições e execuções públicas, os comportamentos, atitudes e percepções que não se conformavam às normas de dominação eram sistematicamente desencorajados. Esse condicionamento pelo medo tornou-se parte de todos os aspectos da vida diária, permeando a criação dos filhos, as leis e as escolas (EISLER, 2009, p. 138).

Esta associação do uso extremo da violência associada ao medo constante, que além de realizar um genocídio contra as mulheres camponesas, era uma tentativa de exterminar a relação de deusas com as mulheres, todo seu conhecimento, e consolidar o patriarcado. Até a Idade Média as mulheres ainda mantinham um elevado poder social por desenvolverem e continuarem repassando os conhecimentos de manutenção da vida, administrando conhecimentos de plantas medicinais, sendo parteiras, médicas sem títulos, e mantendo vivos os cultos a deusa. Elas eram, muitas vezes, a única possibilidade de cura de enfermidades da população pobre (ANGELIN, 2005). A Igreja Católica e a Protestante, juntamente com o Estado, leia-se a classe dominante, instalam Tribunais, com códigos escritos

e declarações oficiais, para julgar e punir as 'hereges' não praticantes do catolicismo, confiscando também seus bens.<sup>17</sup>

A “caça às bruxas” coincidiu com grandes mudanças sociais em curso na Europa. A nova conjuntura gerou instabilidade e descentralização no poder da Igreja. Além disso, a Europa foi assolada neste período por muitas guerras, cruzadas, pragas e revoltas camponesas, e se buscava culpados para tudo isso. Sendo assim, não foi difícil para a Igreja encontrar motivos para a perseguição das bruxas (ANGELIN, 2005).

Instalou-se uma campanha de terror, tortura e medo, com forte conteúdo ideológico e apelativo. Ideologicamente começam a consolidar-se as idéias de que todas atividades realizadas por mulheres, por conta própria, eram imorais. Elas foram acusadas de se reunir em grupos, acusadas de crimes sexuais contra os homens, de ter poderes mágicos e até de desencadear catástrofes naturais. Também com seus conhecimentos afrontavam “(...) a ira da instituição médica masculina em ascensão, que viu na Inquisição um bom método de eliminar as suas concorrentes econômicas, (...)” (ANGELIN, 2005).

As relações sociais de sexo e trabalho na Idade Média, além do genocídio da Inquisição, consolidaram e naturalizaram o patriarcado através da implantação do contrato de casamento monogâmico e da herança destinada por via paterna. Este casamento monogâmico é um contrato que, “baseia-se no domínio do homem com a finalidade expressa de procriar filhos cuja paternidade é exigida porque os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos” (ENGELS, 2007, p. 72).

Por outro lado, segundo esta visão, os homens não precisam cumprir o contrato de maneira fidedigna; já a mulher tinha esta obrigação ou poderia ser punida ou morta por isto. Ao final da Idade Média, através do terror e do medo imposto pelo poder de dominação masculino da nobreza e da Igreja medieval, as mulheres passaram a servir prioritariamente para procriar filhos, sendo novamente “comercializadas”.<sup>18</sup> agora através dos casamentos e, paulatinamente despojadas de seus conhecimentos e trabalho de manutenção da vida e cura de doenças.

---

<sup>17</sup>É importante ressaltar que a inquisição punia todos e todas que lembrassem diferenças. Mas as mulheres foram as mais afetadas e que não tinham direito a defesa alguma pelo código misógino aplicado pela Santa Inquisição.

<sup>18</sup> As mulheres eram comercializadas nos casamentos, pois eram trocadas por dote em valor de bens ou dinheiro ao pai que passava a responsabilidade a quem lhe pagasse mais ou que lhe desse um título de nobreza. As mulheres não tinham nenhum poder de escolher seu parceiro.

Esta característica de luta e conquista do poder com o uso de agressão, de predominância da competição, da escravidão, e da dominação patriarcal serviu como base para ir conformando o conceito e a prática de que a vida é mercadoria. Esta cultura foi sendo desenvolvida e incorporada por várias sociedades e foi *naturalizada* sob o sistema capitalista.

Com o advento da modernidade, simultânea e imbricadamente a esta, a burguesia toma o poder da nobreza e fortalece novas relações sociais implantando o capitalismo moderno. Assim, o capitalismo se estrutura na exploração do trabalho do ser humano, a partir do trabalho assalariado e do trabalho doméstico, com vistas à acumulação de mercadorias e lucro para alguns em detrimento da vida de muitos e muitas. Também promove a mercantilização da sociedade e, ao mesmo tempo, se mimetiza permanentemente estabelecendo as condições de auto - reprodução do capital.

Karl Marx conceitua a mercadoria, afirmando que esta, no jogo do capitalismo, “(...) é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 2002, p. 94). Estas características podem ser reais ou imaginadas ou esperadas ou criadas, ou até simbolizadas e atribuídas para e pelo ser humano, ao produto do trabalho, que passa à categoria de mercadoria. Marx reforça o conceito de mercadoria, ao distanciar da natureza física este produto do trabalho.

Assim, “(...) a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes” (MARX, 2002, p. 94). É importante analisar que Marx, ao demonstrar que o capitalismo conduz “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2002, p. 94). Isso demonstra que o olhar e a medida do ser humano passam a assumir esta relação entre coisas como a relação essencial entre seres humanos. Marx demonstrava a perversidade de um sistema econômico e social que mercantiliza, não só produtos, mas seres humanos e o próprio planeta. O referido autor apresenta, ainda, uma ideia de atratividade que a mercadoria exerce sobre o ser humano, ao que ele denomina “fetichismo”, o qual está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias.

O capitalismo, portanto, se estrutura a partir da mercantilização das relações sociais e do fetichismo que estas mercadorias, em boa medida produtos do trabalho originam. O trabalho, que era responsável pela criação e fazia parte da essência do ser humano, se transforma e passa a alienar o ser humano em relação ao seu processo de trabalho e a sua vida. Vão sendo forjadas novas relações de trabalho que se consolidam sob o capitalismo que transforma parte da escravidão em trabalho assalariado e outra parte em trabalho doméstico sob o controle direto e indireto dos capitalistas ao qual pertence o produto de seu trabalho.<sup>19</sup>

Com a lógica do capital e seu sistema de metabolismo societal, a produção de valores de uso socialmente necessários subordinou-se ao valor de troca das mercadorias; desse modo, as funções produtivas básicas, bem como o controle de seu processo, foram radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam* (ANTUNES, 2009, p. 260).

Esta divisão hierárquica do trabalho é diferente da parceria das antigas civilizações. Esta é uma divisão que produz intrincadas redes de hierarquias de mando, de valores diferentes para trabalhos diferentes, de poder, de coerção, de invisibilidades que estratificam e naturalizam a condição explorada do ser humano sobre outro ser humano. Segundo Mészáros (1995 *apud* ANTUNES, 2009), a supremacia da ordem do capital produz a separação e a alienação entre o trabalhador e os meios de produção, personificando os operários como trabalho e reduzindo a identidade do sujeito desse trabalho.

Esta divisão social do trabalho que aliena e reduz a identidade dos/as trabalhadores/as não ocorreu somente na esteira fabril ou do trabalho relacionado diretamente com a mercadoria. Esta acaba acontecendo em toda sociedade e de maneira diferente para homens e mulheres. Para obter mais lucros, o capitalismo manteve, potencializou e naturalizou o patriarcado, criando artifícios ligados a subjetividade, a moral e aos cultos para atribuir somente as mulheres a responsabilidade com a manutenção da vida. Esta relação permitiu aos detentores do capital invisibilizar e se desresponsabilizar de uma quantidade enorme de trabalho realizado, em especial pelas mulheres, para manter a sociedade humana.

---

<sup>19</sup>A escravidão como posse do corpo e da mente não acaba por completo, a parte mais obscura passa para a ilegalidade e colabora em manter o capitalismo. A escravidão continua existindo como produto da mercantilização extrema de pessoas que deslocadas de seu local, não têm escolha, são submetidas e podem ser mortas como no tráfico internacional de crianças e mulheres para escravidão sexual em grandes centros urbanos de outros países, ou de pessoas nos garimpos e fazendas de locais distantes de grandes centros urbanos.



Como um dos exemplos o trabalho doméstico, que as mulheres assumem de maneira intrínseca a seu ser, como uma obrigação subjetivada no amor, no cuidado com a manutenção da vida em sua família e também na sociedade:

(...) a produção capitalista tem se desligado do cuidado com a vida humana, aparecendo como um processo paralelo e autosuficiente. (...) Além de manter invisível o nexos com as atividades de cuidados, utiliza as pessoas como um meio para seus fins: a obtenção de lucro (CARRASCO, 2003, p. 21).

Diante desse contexto capitalista, modernamente, as primeiras experiências de trabalho fabril e de assalariamento, baseadas somente nas relações diretas que originam o produto mercantil, proporcionaram aos detentores do capital eximir-se do cuidado com a vida humana. E as análises do modo de produção capitalista passaram a considerar como ideia central que o processo de trabalho estava ancorado somente nesta relação, portanto, num modelo assexuado. Este modelo assexuado desconsidera as relações sociais e produz uma cultura que eleva o masculino como universal.

A elevação do masculino como universal aparece nas profissões mais bem pagas sendo majoritariamente executadas por homens, no estabelecimento do que significa força e decisão, nas responsabilidades pelo trabalho doméstico, nos homens “gostar de exercer” a vida pública e nos atributos tidos como femininos sendo desvalorizados na sociedade. Esta elevação do masculino como universal ocorre tanto nas situações objetivas quanto nas situações subjetivas da cultura. Isso é expressado na vinculação direta da precarização do trabalho e também no fato de que a participação das mulheres na divisão do trabalho somente acontece no processo produtivo direto. De outro modo, os trabalhos comumente realizados por mulheres são categorizados como “não trabalho”, como o trabalho doméstico, mesmo que não se sobreviva sem ele.

Durante séculos, as transformações históricas foram profundas, permitindo que as sociedades deixassem de priorizar objetiva e subjetivamente as relações sociais e de trabalho parceiras e cooperadas entre homens e mulheres, que buscavam o bem comum e a manutenção da sociedade. Atualmente as relações sociais e de trabalho são sustentadas no fetiche da mercadoria e no patriarcado que proporcionam a competição desenfreada, onde uns exploram a maioria em busca do acúmulo do lucro. Nas relações de trabalho, a divisão sexual do trabalho gera

símbolos fortes que sustentam esta estrutura social com uma força incomum, com uma aparência naturalizada e culturalmente aceita. Assim, definem-se as divisões dos lugares sociais de cada um a partir de seu sexo e/ou condição social.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discurso que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada as mulheres; (...) (BOURDIEU, 2007, p.18).

Nesta cultura de visão androcêntrica, os homens passam a exercer com prioridade e “naturalidade” o poder nas relações sociais e a participar intensivamente da vida pública, inclusive sendo educados para tal. Enquanto as mulheres passam de uma posição de deusas e de uma relação de parceria com os homens, para uma relação de exploração e submissão, por vezes objetiva, por outras subjetivamente na vida privada e pública. Esta construção histórica permitiu que o capitalismo se instalasse com uma virulência incrível.

No final do século XVII até início do século XIX, as cidades crescem rapidamente para atender a demanda das fábricas nascentes. Estas fábricas substituem as oficinas<sup>20</sup> e submetem o trabalho no campo, forçando as pessoas a extrair sua remuneração somente do trabalho nas fábricas. As pessoas tornaram-se objetos do capital<sup>21</sup> e este por sua vez, para consolidar esta condição estabelece a instrumentalização das relações sociais. As relações sociais passam a ser pautadas pelo outro ser, o objeto de consumo nesta relação, fragilizando a capacidade de gerar criatividade do ser humano, como o poder de ouvir, do silêncio, da lentidão. Estas relações pautadas na objetificação e na instrumentalização dos seres humanos conduzem à perda de autonomia sobre o processo criativo de trabalho e da construção de relações de cooperação.

---

<sup>20</sup>As pessoas que trabalhavam nas oficinas não tinham especializações rígidas e muitas também cultivavam a terra, produzindo parte de seus alimentos. Esta distinção entre trabalho urbano e rural não eram muito explícito naquela época, com o advento das fábricas esta situação vai mudando drasticamente.

<sup>21</sup>Na referência a objeto do capital trata-se da escravidão subliminar que o capital traduz na exploração do trabalho dito livre, pois sua aparência livre esconde as amarras que vão sendo imputadas culturalmente para naturalizar a condição em que se vive.

O capitalismo nascente se sustentava em longas jornadas de trabalho, inclusive para crianças, em péssimas condições de trabalho, na expropriação e na desvalorização do trabalho criativo. No caso das mulheres, além do trabalho doméstico sem remuneração, ao ingressarem no mercado de trabalho sofrem de “assédio e a violência sexual” nas fábricas, sem mencionar a condenação à miséria para as trabalhadoras que viviam sozinhas (NOBRE, 2003, p. 93). A remuneração do trabalho não atende as necessidades mínimas do ser humano, mas comumente é tratado como o salário da família:

(...) o próprio desenvolvimento do capitalismo foi transformando a família numa espécie de protótipo do *trabalhador coletivo*, o salário tende a ser o *salário da família* e não propriamente o *salário do indivíduo*. Com isso, as exclusões cíclicas dos diferentes membros da família são debitadas na conta própria da família. O sistema econômico não se sente obrigado a pagar pelos problemas sociais que cria (MARTINS, 2002, p. 30).

No capitalismo nascente no final do século XVII as cidades cresciam rapidamente, a pobreza aumentava e os alimentos escasseavam, aumentavam os preços e baixava a qualidade dos alimentos. Os trabalhadores eram explorados no trabalho e no consumo, e na maioria das vezes, conseguiam comprar somente alimentos de baixíssima qualidade ou até estragados. Diante de tanta barbárie e exploração, mulheres e homens se empenharam, resistiram, reagiram e organizaram sindicatos e cooperativas para adquirir alimentos e sobreviver.

Pode-se citar como exemplo disso a Inglaterra durante o período do capitalismo emergente. Neste contexto, surgiam organizações de ajuda mútua entre consumidores e entre agricultores familiares camponeses que produziam alimentos. Estas associações tiveram o papel de resgatar práticas cooperadas exercidas por muitas comunidades de forma atomizada ao longo dos séculos. Assim, muitos homens e mulheres se organizaram em experiências cooperativas para adquirir alimentos de melhor qualidade e comprar mais com menos recursos, criando várias associações de ajuda mútua. “O cooperativismo, em especial de consumo, se estrutura rapidamente num momento de intensa exploração do interesse privado sobre o coletivo e comunitário” (SCHNEIDER, 1991). Estas associações e muitas cooperativas de consumo compunham uma diversidade de organizações, mas todas partiam do princípio de cooperar entre as pessoas para sobreviver.

Neste período, o debate e a disputa teórica da prática cooperada aconteciam entre os liberais e os socialistas utópicos. Dentre os socialistas utópicos alguns praticaram e organizaram cooperativas como movimento para superar o capitalismo, pois “imaginavam a construção de comunidades livres e igualitárias, cujo exemplo converteria a maioria a favor da nova sociedade.” (SINGER, 2000, p. 40)

Entre os anos de 1826 e 1835, surgiram muitas cooperativas ligadas direta ou indiretamente a organizações sindicais da época. Os trabalhadores operários começaram a organizar cooperativas após períodos de greve e da perda de empregos. O objetivo era comprar de maneira solidária e também produzir de forma cooperada o que necessitavam para sobreviver. Foram criadas mais de 250 cooperativas de consumo e de produção a partir de moinhos e armazéns, todas ligadas a organização sindical. Neste período as sociedades owenistas<sup>22</sup> organizavam armazéns cooperativos que distribuíam ou trocavam os produtos das cooperativas por outros.

Assim, nasciam desse processo muitas cooperativas e armazéns de troca.(SINGER, 1999). O movimento de organização dos trabalhadores era crescente e a reação dos capitalistas aconteceu com o apoio do Estado. Tanto os sindicatos quanto as cooperativas sofreram uma forte investida de demissões e prisões que ocorreram com o uso da violência. Estes fatos acabaram retraindo a organização sindical e cooperativa da época.

Aos olhos dos trabalhadores, as cooperativas, assim como os sindicatos, começaram a aparecer como uma possibilidade de organização para a sobrevivência, através do consumo organizado e também do enfrentamento aos efeitos do capitalismo:

Tratar da cooperativa é tratar da cooperação. É tratar da natureza das relações que entre si os homens [seres humanos]<sup>23</sup> estabelecem com vista a um objetivo comum. Sendo no caso, o interesse econômico aquele que reúne e desencadeia a ação, tratar da cooperação é trabalhar a dimensão de social propriamente dita, com base nas relações concretas que se passam no plano econômico (ARAÚJO, 1980, p. 118).

<sup>22</sup>Robert Owen, empresário inglês, foi quem realizou a primeira experiência conhecida de divisão de lucros com os operários. Aderiu a filosofia comunista e fundou uma corrente de pensamento, afirmando que a possibilidade de resistência dos trabalhadores se daria através de aldeias de cooperação, onde as pessoas estabeleceriam relações econômicas através de cooperativas, seria a possibilidade aos trabalhadores. Este movimento chamado owenista influenciou parte do sindicalismo e posteriormente os princípios estabelecidos pela cooperativa de Rochdale, na Inglaterra, considerada a cooperativa pioneira do cooperativismo atual (SINGER, 1999).

<sup>23</sup>Acréscimo nosso.

Ao tratar das relações concretas que se passam nos planos econômico e social das relações que contribuem para a formação de cooperativas, pretende-se, neste trabalho, destacar o trabalho e a participação das mulheres, em especial das trabalhadoras.

As mulheres burguesas da classe dominante do início do capitalismo atendiam ao ideário de donas-de-casa, sem direitos de estudar, votar, mas com a atribuição de serem ótimas esposas, atendendo o sistema patriarcal. As mulheres trabalhadoras vão sendo invisibilizadas e excluídas como “minorias no mercado de trabalho” e, no caso das agricultoras familiares camponesas “como ajudantes ou donas-de-casa”. Elas sempre estiveram trabalhando nas fábricas e na agricultura familiar camponesa e participavam ativamente das organizações sindicais e de cooperativas.

Porém, desde o início do capitalismo, ao final do século XVIII se intensifica por parte dos capitalistas uma (...) *construção discursiva de uma divisão sexual do trabalho*<sup>24</sup> (SCOTT apud NOBRE, 2003, p. 93), a qual alimentava preconceitos contra o trabalho das mulheres o que possibilitava pagar menos às mulheres que aos homens e lucrar mais. Segundo Nobre, eram as primeiras a ficar desempregadas, tendo que sobreviver com os míseros salários dos maridos. Este discurso também foi absorvido por parte dos representantes sindicais, que viam nas mulheres concorrentes aos postos de trabalho (NOBRE, 2003).

Ao final do século XIX, alguns grupos de mulheres já se organizavam e refletiam sobre a condição desigual das mulheres, “As mulheres trabalhadoras são, em geral, ainda mais exploradas pelos capitalistas e recebendo pagamento menor que o dos homens trabalhadores” (ZETKIN, 1906 apud GONZÁLEZ, 2010, p. 168). As mulheres passaram a se sindicalizar em massa e participar de cooperativas em vários países da Europa e dos Estados Unidos da América, bem como a lutar por direitos civis, como o sufrágio universal, incluindo as mulheres.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup>Grifo nosso.

<sup>25</sup>As campanhas sufragistas intensificam-se nos EUA, na Rússia e na Europa. Já neste período são construídas idéias da necessidade de superar as desigualdades vividas pelas mulheres, “Os operários não reconheceram que, neste mundo de falta de direitos e de exploração, a mulher é oprimida, não somente como quem vende seu trabalho, mas também como mãe, como mulher (...)” (KOLLONTAI, 1913 apud GONZÁLEZ, 2010, p. 183). Assim, as campanhas sufragistas uniram trabalhadoras e burguesas em busca deste direito de votar e ser votadas.

Nesta conjuntura de muita exploração que envolvia o trabalho assalariado com remunerações menores que as percebidas pelos homens, aliada à penosidade do assédio moral e sexual e do trabalho doméstico, as mulheres ainda participavam de sindicatos, de revoluções<sup>26</sup> e da organização de cooperativas de consumo. Nesse sentido, foram organizadas muitas cooperativas de consumo para aproveitar os poucos salários recebidos por homens e mulheres trabalhadores e comprar alimentos diretamente de agricultores familiares camponeses: “No final do século XIX, cresceram as cooperativas de consumo de alimentos organizadas por mulheres, como a *Womens’s Cooperative Guild*, criada em 1883, que chegou a ter 67 mil membros em 1930” (NOBRE, 2003, p. 94).

As mulheres que participavam ativamente da criação destas cooperativas eram donas de casa e trabalhadoras de fábricas. Elas se organizavam a partir da ajuda mútua, mais em torno do consumo, procurando baixar os preços da cesta básica, que era o que mais afetava a sua vida diretamente. Dessa forma, elas “(...) se organizavam em turnos de trabalho para administrar e fazer funcionar a cooperativa” (NOBRE, 2003, p. 94). Junto às cooperativas, elas procuravam atender, em sua maioria sob inspiração religiosa e com caráter educativo, as necessidades cotidianas dos mais pobres, respondendo aos problemas causados pela fome, tuberculose, moradias insalubres e analfabetismo (GUERIN apud NOBRE, 2003).

Neste mesmo período, ao final do século XIX, a partir da sistematização de várias regras de cooperação, praticadas por cooperativas anteriores, e inspirados pelos debates e lutas da época, entre socialistas utópicos, os integrantes da cooperativa de Rochdale, na Inglaterra, editaram um manifesto e o praticaram em sua cooperativa. A partir de então, se sintetiza sob o “nome de cooperativa uma organização baseada no trabalho combinado dos associados, como resultado do trabalho de cada associado” (ARAÚJO, 1980).

Os objetivos da sociedade cooperativa de Rochdale eram criar comunidades auto-sustentadas. Para isto organizaram oito regras<sup>27</sup> que possibilitaram a

<sup>26</sup>Na Rússia, durante a guerra, quando foram mobilizados quase 10 milhões de homens – em sua maioria de camponeses –, as mulheres assumiram as propriedades, representando 72% dos trabalhadores rurais. Nas fábricas, passaram de 33% da força de trabalho em 1914, a 50% em 1917. Foram estas mulheres trabalhadoras, (...) as que em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário ocidental) se manifestaram reclamando pão, paz e liberdade. (D’ATRI, 2004, p. 88) (tradução nossa)

<sup>27</sup>“A primeira regra é que a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio tendo um voto, independente do capital que tenha investido (...). A segunda regra é que a sociedade seria aberta a qualquer pessoa que quisesse se associar, desde que integre uma quota mínima e igual para todos

participação dos associados de forma combinada e organizada para a tomada de decisão, para o trabalho da cooperativa e a distribuição das sobras da venda dos produtos, o que se conceitua atualmente como autogestão dos associados, sendo que estes mesmo fazem a gestão de sua empresa de forma cooperada.

A partir desta experiência de cooperativismo, o movimento cooperativo começa a se consolidar como uma organização de massas, na Grã-Bretanha, na Alemanha, na França e na Itália, enfim em toda Europa e na América. Homens e mulheres trabalhadores urbanos e agricultores familiares camponeses consolidam uma base comum de princípios criando cooperativas de consumo e de produção, tornando “(...) o cooperativismo como desafio prático e pacífico ao capitalismo” (SINGER, 2000, p. 40).

As mulheres neste período, além de se sindicalizar e da participação nas cooperativas de consumo, participavam em massa de organizações por direitos e da conquista, em especial o voto universal. O capitalismo vai reconhecendo as mulheres como consumidoras de produtos, e na década de 1930, cria o marketing, como hoje conhecemos, e começa a exaltar, entre outras coisas, a maternidade, a família mononuclear branca e a posição das mulheres como donas de casa de classe média, bem como dão ênfase ao retorno ao lar, como um ideário a ser perseguido e alcançado por todas as mulheres.<sup>28</sup> A conquista das mulheres pelo direito ao voto e este ideário de dona de casa de classe média, contribuiu e reforçou subjetivamente o distanciamento das mulheres das cooperativas.

Naquele momento, foi criada a “Aliança Cooperativa Internacional (ACI)”, que adapta as regras da cooperativa de Rochdale e se converte nos seguintes princípios que são: democracia, adesão livre e voluntária, liberdade para sair da cooperativa,

---

de capital, (...) A terceira regra é sobre a divisão do excedente: o capital faria jus a uma taxa fixa de juros.(...) A quarta regra (...) o excedente que sobra depois de remunerado o capital deve ser distribuído entre os sócios conforme o valor de suas compras. (...) a quinta regra era a venda a vista. A sexta regra manda a Sociedade vender apenas produtos puros e de qualidade. A quinta e a sexta regra [ao elevar o preço dos produtos excluíram os mais pobres]. A sétima versava sobre a educação cooperativa e a oitava determinava que a sociedade seria neutra política e religiosamente” (SINGER, 1999, p. 101).

<sup>28</sup> Em especial no pós-guerra criam-se políticas públicas nos EUA, seguido pela Europa, Ásia e mesmo no Brasil, para estimular as mulheres a ser mães e o aumento do consumo das famílias, ressaltando a “natureza feminina do lar” pois havia necessidade de mais mão-de-obra, o famoso “baby boom”. Em países como o Brasil, neste mesmo período, era estimulado famílias numerosas no meio rural para ter mais mão-de-obra. O corpo e a mente das mulheres, foram sendo “aprimorados” com a finalidade de garantir o barateamento da sustentação do sistema econômico e social. E vão sendo reforçados os laços de família e um ideal mítico de dona-de-casa, de trabalho em nome do amor, da dedicação, ampliando a invisibilidade do trabalho doméstico e a dupla exploração do trabalho assalariado.

retorno das sobras e cada associado um voto (SINGER, 2000, p. 40).<sup>29</sup> Estes princípios permanecem até hoje e orientam a criação de cooperativas, distinguindo-as de uma sociedade empresarial e embasando as leis que dão suporte a criação e gestão das cooperativas. Os princípios cooperativos são de caráter universal e não impedem a participação das mulheres nas cooperativas.

No debate da ACI, naquela época, a participação ativa dos sócios na definição da sociedade cooperativa, sem interferência do Estado e de outras pessoas que não os cooperados ampliavam e aqueciam a tônica dos debates, concepções e experiências vividas em cooperativas.<sup>30</sup> Como resultado deste debate, a ACI passa a aceitar e admitir relações assalariadas controladas por cooperativas, e é criada a figura do “cooperativismo de negócios” (SINGER, 2000, p. 41). Este cooperativismo de negócios, diferentemente do cooperativismo autogestionário, admite a exploração assalariada de outras pessoas, sublimando a participação direta dos associados no trabalho das cooperativas e na distribuição das sobras.

As relações capitalistas imprimem a marca do assalariamento, princípio básico do capitalismo, sobre as cooperativas e modificam grande parte delas de sua concepção original. Estas novas cooperativas “não necessariamente se transformam em empresas, ou desaparecem, mas persistem enquanto entidades ‘híbridas’ e ‘contraditórias’, em sociedades capitalistas” (FLEURY, 1983, p. 19). As cooperativas se consolidam como uma organização social e econômica que se distingue de uma empresa, proporcionam a permanência de muitos grupos sociais de maneira organizada e com condições de sobreviver produzindo ou consumindo e reproduzindo o sistema capitalista.

Segundo Fleury, as cooperativas se caracterizam como

---

<sup>29</sup>Para se ater mais aos princípios cooperativos e sua relação com a história das cooperativas, ver: SCHNEIDER, José Odello. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1991. Esta dissertação não vai se ater a este aprofundamento.

<sup>30</sup>Era um período de intenso debate político e social. Grupos de inspiração socialistas defendiam uma transformação na sociedade a partir de cooperativas de produção autogestionadas pelos próprios trabalhadores industriais e agrícolas “onde se aboliria o trabalho assalariado e onde os trabalhadores participariam nos excedentes das empresas.” (SCHNEIDER, 1991, p. 47) Outros grupos defendiam a idéia de que “(...) já que todas as pessoas são consumidoras e nem todas são trabalhadoras, as cooperativas de consumo são mais universais (...) atendem os interesses de todas as pessoas (SCHNEIDER, 1991, p. 47). Os dirigentes destas cooperativas de consumo filiavam qualquer pessoa, se dedicavam somente as atividades de consumo e acreditavam que poderiam ter sob seu comando empresas de produção de alimentos nos moldes capitalistas “(...) com empresas sob seu controle mas usando assalariados e sem sua participação nos excedentes.” (SCHNEIDER, 1991, p. 47).



(...) uma associação de pessoas que se rege por três princípios básicos: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa significa que os usuários da cooperativa e não os detentores do capital são seus proprietários; a gestão cooperativa implica em que o poder decisório se concentra em mãos dos associados; a repartição cooperativa significa que a distribuição do lucro da cooperativa (as sobras líquidas) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações da mesma (FLEURY, 1983, p. 21-22).

No caso do Brasil, desde meados de 1940, o Estado brasileiro passa a fomentar, através de leis e incentivos tributários, e também, como veículo de políticas públicas direcionadas para determinados setores patronais da agricultura, que passavam por dificuldades, a criação de cooperativas de negócios, sem deixar possibilidades para que estas cooperativas ameaçassem o sistema político vigente.<sup>31</sup>

Esta relação entre o Estado e as cooperativas denominadas de cooperativas de produção agrícola ocorre em duas fases distintas. Numa primeira fase, de 1930 até 1965, estas são vistas como perspectiva de impulsionar a produção de alimentos, consolidar a imigração, modernizar a agricultura e estabilizar o precário abastecimento de alimentos das grandes cidades nascentes. Numa segunda fase, de 1965 em diante, a criação e reestruturação das cooperativas de produção agrícola servem de base para a modernização da agricultura, ainda com o discurso de ampliar o abastecimento de alimentos.

Porém, as cooperativas concentram-se na consolidação da relação capitalista no campo de compra de insumos,<sup>32</sup> máquinas e na especialização da comercialização de produtos exportadores como o próprio café, no sudeste brasileiro e, posteriormente, a soja no sul do país. Assim, pode-se afirmar que “mais que ideias e princípios doutrinários, buscados no movimento cooperativista da Europa, foram as condições materiais concretas de produção e da política agrícola vigentes no País que definiram a prática cooperativa” (FRANTZ, 2001, p. 12). Esta política agrícola direcionada e fortemente subsidiada possibilitava a disseminação das cooperativas, mas por outro lado comprometia a formação de novas cooperativas, a

---

<sup>31</sup>Segundo FLEURY, (1983, p. 47): “Uma outra dimensão do movimento cooperativista o tornara muito atraente como instrumento de política econômica estatal: os seus princípios doutrinários, que revestiam o movimento de um caráter reformista, necessário para justificar as intervenções do estado na economia, pois estas seriam feitas em nome das classes menos favorecidas.” Naquele período de reflexo das revoluções dos trabalhadores pelo mundo, o cooperativismo passa a ser uma forma de fazer “reformas” sem modificar a estrutura capitalista da economia.

<sup>32</sup>Insumos agrícolas são adubos sintéticos de derivados de mineração ou de petróleo e sementes desenvolvidas por empresas e patenteadas por estas.

livre associação e a participação dos associados, e como influência de períodos de ditadura militar, facilitava a pouca transparência e o distanciamento das cooperativas da maioria de seus associados.

As cooperativas de produção agrícola vão, dessa maneira, se constituindo no Brasil e executando os princípios doutrinários, bem como criando leis cooperativas universais, agregando agricultores familiares camponeses e capitalistas em função da necessidade de escoamento e consolidação de cadeias ligadas a grandes conglomerados industriais de produtos agrícolas, muitas vezes para exportação.

## **1.2 Relações de gênero e divisão sexual do trabalho**

Nesta seção, serão abordados temas envolvendo as relações de gênero na sociedade e a divisão sexual do trabalho. Para tanto, serão tratados aspectos importantes envolvendo a resistência das mulheres contra a opressão do mundo do trabalho e suas expressões, inclusive a parte relativa ao “não” trabalho, conhecida como trabalho doméstico, bem como serão trabalhadas as consequências desta opressão que dificulta a participação das mulheres em outros espaços na sociedade, inclusive nas cooperativas.

As mulheres sempre participaram dos processos de trabalho que geram a vida, desde a criação da agricultura, como vimos na seção anterior, até os processos atuais envolvendo todas as áreas. Porém, atualmente, sob o sistema capitalista, as relações de trabalho e de vida estão permeadas por relações de poder impregnadas por uma divisão sexual do trabalho originária em relações patriarcais estabelecidas, anteriormente ao capitalismo. Porém, estas relações vêm sendo reorganizadas para a “conveniente” manutenção da exploração e do lucro capitalista.

A constante separação do mundo produtivo, nas análises objetivas e no ambiente simbólico, como um objeto puro de análise e que não se relaciona com o mundo privado, têm facilitado ao longo dos anos a continuidade da dominação masculina e a apropriação capitalista. Ao contrário, o ser humano vive de relações sociais que se entrecruzam nos diversos ambientes, no trabalho e na vida privada. Portanto, na sociedade ocorre uma “(...) interpenetração constante das relações sociais (...)” (KERGOAT, 2009, p. 74). Porém, o modo de produção capitalista,

reforça e produz separações desta sociedade que facilitam a dominação e a obtenção do lucro,

(...) o modo de produção capitalista: ele é construído sobre a separação dos lugares e tempos da produção e da reprodução; quanto ao que chamamos “trabalho doméstico”, trata-se de uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo, inseparável da sociedade salarial. Em outros termos, as relações sociais são consubstanciais (KERGOAT, 2009, p. 74).

As noções de assalariamento, desenvolvidas com a intermediação da medição de tempo, que resulta no conceito de trabalho, desenvolvidas a partir de Marx, por muitos pensadores modernos, tornam o trabalhador um ser da subjetivação, prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas. Porém, esta noção de assalariamento exclui o trabalho doméstico que é oposto da objetificação, pois é ligado às relações afetivas da família, vinculado as expressões de amor, a maternidade e o casamento, como condição. Os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. Os homens podem legitimamente escapar deles, pois este trabalho doméstico é refratário a mensuração (HIRATA, 2009).

Esta separação arbitrária entre o mundo produtivo e o mundo privado que invisibiliza e explora o trabalho doméstico, têm servido a manutenção e consolidação das relações de exploração do capitalismo sobre o trabalho assalariado, pois o ser humano, homem ou mulher, não sobrevive sem os benefícios do trabalho doméstico da manutenção da vida. Este trabalho pode ser caracterizado diante da seguinte constatação: “(...) uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (HIRATA, 2009, p. 68).

Este dever maternal está construído subjetivamente e objetivamente sob o alicerce da única diferença biológica que distingue homens e mulheres. Ambos possuem aparelhos reprodutores diferentes o que permite às mulheres gerar filhos. O fato das mulheres gerarem filhos nem sempre foi motivo de discriminação. Segundo Eisler, em sociedades muito antigas, (conforme debatido na seção anterior) como na de Creta (atual território Grego), o fato das mulheres gerarem filhos não produzia desigualdades, ao contrário as mulheres eram valorizadas e

cultuadas por ser mães e o trabalho decorrente desta opção era realizado em cooperação, entre homens e mulheres (EISLER, 2007).

O problema surge, quando em nome da diferença biológica natural e de um suposto amor maternal incondicional construído, passa-se a estabelecer diferenças que naturalizam o trabalho doméstico que poderia ser de responsabilidade de todos integrantes da família e parte dele do estado, das empresas, enfim da sociedade.

Este trabalho doméstico continua atualmente como de responsabilidade subjetivada das mulheres, no momento que são “ajudadas” algumas vezes pelos homens, e as condições para sua superação e busca de igualdade ainda são incipientes. Apesar disso, as mulheres têm conquistado, por outro lado, muitos direitos sociais e políticos no decorrer da modernidade.

Durante a primeira guerra mundial, as mulheres tiveram que assumir, em muitos países, massivamente o trabalho dos homens nas fábricas, na agricultura, pois estes estavam morrendo aos milhares nas guerras e a sobrevivência era necessária e a indústria, recém nascente precisava de muita força de trabalho. Assim, como na Rússia, as mulheres deflagram movimentos por alimentos que ampliaram as condições para a Revolução de 1917, que vai derrotar o Czarismo, em vários países elas passaram a se sindicalizar e se organizar em cooperativas e mais tarde em movimentos sociais de mulheres. A partir do século XX, por meio de lutas sociais do movimento feminista, as mulheres realizaram muitas conquistas na tentativa de superação do patriarcado, retomando com força o acesso ao mercado de trabalho e garantindo vários direitos sociais.

Entretanto, na complexidade contemporânea, em vista da conquista destes direitos sociais, o capital se reorganiza e produz a falsa ideia, no jogo das aparências e dos símbolos, de que as desigualdades entre homens e mulheres estão resolvidas, com este ou aquele direito adquirido, a exemplo do direito à igualdade apregoado no inciso I do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. A consolidação deste direito à igualdade apresenta-se como se fosse uma questão individualizada e não coletiva, uma vez que se encontra no rol dos Direitos Fundamentais Individuais do Artigo 5º. Segundo Taylor, com a democracia moderna, vai se consolidando o debate sobre os direitos fundamentais do ser humano e a necessidade da política de reconhecimento igualitário, neste caso, inclusive o reconhecimento dos direitos das mulheres como cidadãs (TAYLOR, 1994).

Porém, ao tratarmos da necessidade do reconhecimento igualitário, têm se produzido afirmações científicas sobre a necessidade do reconhecimento das diferenças culturais dos povos, como composição desta igualdade. Este debate de fundamental importância remete a necessidade do suprimento da dignidade humana básica, atribuída ao regime democrático, qualquer que seja ele, mas respeitando as diferenças culturais de cada povo, sua visão de mundo. Na esteira deste debate Santos recoloca que "(...) a diferença é sempre uma construção social e objeto de transformação, até porque ninguém é puro, não há culturas puras e as trocas culturais existem sempre (...)". (SANTOS, 2001, p. 24)

Vivemos em sociedade e estabelecemos trocas culturais entre os seres humanos, sejam eles homens ou mulheres, e estamos inseridos num sistema capitalista que afeta cultural, simbólica e socialmente as pessoas que vivem nestas sociedades. Então, neste contexto, o que são diferenças de fato e o que são desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres. Ambos os sexos apresentam diferenças biológicas básicas que os distinguem, mais especificamente nos aparelhos reprodutores. As mulheres podem gerar filhos. Os homens guardam esperma, as mulheres fabricam os óvulos, e os dois juntos fecundados produzem outro ser humano.

A questão é que em nome desta diferença biológica, que só se concretiza ao gerar outro ser humano, sejam atribuídos papéis sociais desiguais na participação social, nas relações de poder, na remuneração pelo trabalho realizado. Esta associação de diferenças comportamentais com diferenças biológicas entre homens e mulheres têm culturalmente produzido relações sociais desiguais e se distanciado dos princípios básicos da democracia, além do fato de terem sustentado a exploração capitalista.

Os seres humanos vivem em sociedade e culturalmente buscam sua identidade na diversidade: sou mulher, sou mulher negra, sou homem, sou lésbica, sou agricultora familiar camponesa, baixa, alta, branca. Segundo Taylor, a necessidade de agregação do ser humano faz parte da construção e da busca de sua identidade. Porém, a identidade não é algo estanque e individual, ela é dialógica e permanentemente negociada com o outro ou a outra e permeada pela instrumentalização que o capitalismo provoca. O reconhecimento igualitário da identidade é uma necessidade da sociedade democrática e pode conduzir a opressão quando recusado nas esferas pública e privada (TAYLOR, 1994).

Quando se trata de grupos culturais distintos, apesar da interação e das trocas sociais que existem entre os povos, ocorre esta necessidade de que o reconhecimento aconteça para que as diferenças culturais sejam respeitadas, mas que não ocorram desigualdades sociais. No caso das mulheres, o reconhecimento da suposta identidade como mulheres tem produzido uma série de explorações e opressão de sexo. Ao se reconhecer esta suposta identidade, já que as mulheres não formam um grupo cultural distinto, passa-se a admitir que há diferenças entre homens e mulheres. Neste sentido, ao afirmar que há diferenças e necessitar de reconhecimento, as mulheres passam a se constituir como grupo cultural distinto dos homens. Ao se constituírem como grupo cultural distinto, têm a necessidade do reconhecimento de suas diferenças criadas pura e simplesmente e interpretadas simbólica e subjetivamente a partir da condição biológica de sexo de cada um e não de relações sociais estabelecidas entre indivíduos de grupos culturais comuns.

Estas diferenças não se constituem como tal, pois são fruto da relação social entre grupos sociais dentro de uma mesma cultura e não fruto da condição biológica em si ou de duas culturas. Porém, historicamente, tem-se reforçado a opressão das mulheres sob esse pretexto que é produto de relações sociais assimétricas e de dominação, vistos como produto de diferenças ou como identidades distintas. Este padrão de análise tem favorecido a exploração capitalista, que naturaliza a divisão sexual do trabalho e dificulta o reconhecimento das mulheres como partícipes da sociedade.

Os erros mais evidentes do reconhecimento neste contexto são, em primeiro lugar, o erro em reconhecer as mulheres como indivíduos com espírito, interesses e talentos próprios, que podem sem mais ou menos constrangedoras ou indiferentes aos papéis que o seu sexo lhes confinou, e, em segundo lugar, o erro em reconhecer os valores e capacidades envolvidos nas atividades tradicionalmente associadas às mulheres e os modos em que a experiência e a atenção podem desenvolver e não limitar as nossas habilidades intelectuais, artísticas e profissionais noutros contextos (WOLF, 1994, p. 97).

A aparência naturalizada e simbolizada nos processos culturais e educativos da sociedade capitalista criam as condições para limitar as nossas habilidades noutros contextos. Esta naturalização imobiliza ideias correntes e sem nenhum fundamento de que as meninas não gostam de matemática, gostam mais de atividades repetitivas e observam melhor os detalhes. Portanto, seguindo esta lógica, elas não podem gostar de participar, de falar em público, pois têm mais jeito

de fazer o trabalho doméstico, devendo, segundo seus deveres, ser excelentes mães em primeiro lugar, reforçando, inclusive nos processos educativos, papéis constrangedores e submissos que se perpetuam em novas roupagens.

Assim, são construídos símbolos a partir de situações arbitrárias que estão imbricadas nos papéis masculinos e femininos e que, produzem uma naturalização, a qual é reprocessada e recriada a cada instante pela sociedade:

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos (BOURDIEU, 2007, p. 33).

Esta divisão sexual do trabalho opera de maneira simbólica e material impregnando todas as facetas da sociedade, porém com uma força impressionante e profundamente exploradora, aparentemente naturalizada com elementos de fatalismo, quando associada a exploração do trabalho das trabalhadoras e das agricultoras familiares camponesas. O simbolismo impresso nas ações cotidianas, nas políticas públicas do Estado, nas relações das forças capitalistas com as trabalhadoras, bem como na relação das religiões em perpetuar estas relações sociais aparecem, diuturnamente para todas as mulheres em especial, nas relações de trabalho no mundo público e privado.

Quanto mais as resistências acontecem e a tomada de consciência proporciona novos arranjos de relações sociais, mais aparecem novos símbolos para imprimir esta mesma condição de dominação. Esta suposta naturalidade, produto da dominação, em muitos momentos cria a aparência de imutabilidade tão conveniente a reprodução e acumulação do capital e das relações sociais que o sustentam:

O trabalho de construção simbólica (...) se completa e se realiza uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero (...) (BOURDIEU, 2007, p. 33).

Ao excluir do pensável e do factível o que caracteriza pertencer ao outro gênero, naturalizamos as estruturas sociais e os processos educativos que produzem barreiras à participação das mulheres e a conveniente associação subjetiva e objetiva do ser homem relacionado com o mundo público e do ser mulher relacionado com o mundo privado.<sup>33</sup> Assim, Paulo Freire (1992) argumenta que a radicalidade dos processos educativos para contribuir na reflexão e produzir mudanças nas relações de poder deve-se construir condições educativas para trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças, criando a unidade na diversidade para construir uma democracia substantiva e radical.

A necessidade desta democracia substantiva pressupõe a reflexão crítica de todos e todas sobre esta condição estabelecida nas relações sociais e a defesa de uma construção conjuntamente entre mulheres e homens pela libertação das pessoas da opressão de classe e de gênero. Neste sentido, a educação popular que tem por base refletir e mudar a vida das pessoas a partir da vivência das pessoas terá sentido quando refletir estes processos em sua totalidade.

Toma-se o exemplo das agricultoras familiares camponesas que são educadas com uma dura moralidade religiosa e familiar para manter a família unida e responsabilizar-se totalmente pela manutenção da vida dos integrantes da família e não são educadas para se manifestarem em público, ou seja, participarem da vida pública. Esta subserviência e imobilidade aparecem expressa na fala de uma agricultora familiar camponesa, dirigente de uma das cooperativas de agricultura familiar - “nós não sabemos falar, temos vergonha. Vamos falar de quê, será que vamos falar certo?”

Romper com a ordem das coisas, naturalizadas e impregnadas no cotidiano e nas relações sociais, é uma permanente reflexão necessária a superação das condições de dominação, na medida em que

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do *preconceito desfavorável* contra o feminino, instituído na ordem das coisas, (...) as mesmas disposições que levam os homens a deixar às mulheres as tarefas inferiores e as providências ingratas e mesquinhas (...) ou até a culpá-las se elas fracassarem nos empreendimentos que deixaram a seu cargo – sem no entanto chegar a lhes dar crédito no caso de um sucesso eventual (BOURDIEU, 2007, p. 44).

---

<sup>33</sup>As mulheres durante muitos anos quando associadas no mundo público ou são esposas de alguém ou prostitutas, objetos que no primeiro caso se ignora e no segundo pode-se tomar sem pedir.



Uma das expressões simbólicas e materiais de sustentação do capitalismo no mundo do trabalho é a divisão sexual do trabalho. Desde Karl Marx, que conceituou o trabalho como produto humano, foram conduzidos inúmeros estudos sob a ótica de que sob o capitalismo acontecia a divisão social do trabalho, onde os trabalhadores enquanto classe em geral, eram explorados, traduzindo uma ideia de simetria na exploração, sendo todos explorados de uma maneira igualitária. Recentemente, pesquisadoras feministas têm levantado argumentos de que a exploração capitalista tem se assentado numa complexa relação de dominação, onde além da exploração de classe temos a exploração marcada pela leitura a partir da condição biológica de ser feminina ou masculina.

Esta relação complexa de dominação atribui valores e hierarquiza as funções de mulheres e homens e que se conceitua como divisão sexual do trabalho, “é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 67). Esta divisão sexual do trabalho em todas as esferas em que o trabalho acontece, produz hierarquias objetivas e simbólicas que perpassam toda a sociedade e “(...) tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares) (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão sexual do trabalho se apresenta com um caráter de forte dominação de um sexo sobre outro e da naturalização desta condição. O nome “divisão” já demonstra que esta forma de divisão social do trabalho tem princípios que a organiza: o princípio da *separação* (trabalhos de homens e de mulheres) e o princípio da *hierarquização* (o trabalho de homem tem maior valor do que o das mulheres). (KERGOAT, 2009).

Este conceito de divisão sexual do trabalho é fortemente marcado por se tratar de relações sociais e de papéis sociais construídos, que não se limitam ou se subordinam às relações clássicas de trabalho, como o trabalho fabril. Nestas relações aparece uma imbricação profunda com as relações familiares e sociais e os símbolos que decorrem destas relações e que mantêm a estabilidade desta forma de dominação.

A divisão sexual do trabalho é também resultado das relações de poder na sociedade. Um poder que sempre foi traduzido de forma materializada, mas que,

segundo Bourdieu, apresenta-se como um poder simbólico e está expresso e enraizado simbolicamente nas estruturas da sociedade e na cultura e construindo signos hierárquicos e por esta razão impregnando as relações sociais e naturalizando os papéis desempenhados por homens e mulheres:

(...) signos hierárquicos da divisão de trabalho (médico/enfermeira, chefe/secretária, etc.), bem como em todas as manifestações visíveis das diferenças entre os sexos (atitude, roupas, penteado) e, mais amplamente, nos detalhes, aparentemente insignificantes, dos comportamentos quotidianos, que encerram inúmeros e imperceptíveis apelos à ordem (BOURDIEU, 2007, p. 73).

Os apelos à ordem estabelecida na sociedade que naturaliza e desconecta, tornando aparentemente insignificante, todos indícios de relações desiguais pautadas por uma divisão sexual do trabalho é também reforçada culturalmente no estímulo ao exercício do poder pelos homens e na exaltação da abnegação das mulheres:

A socialização diferencial predispõe os homens a amar os jogos de poder e as mulheres a amar os homens que os jogam; o carisma masculino é, por um lado, o charme do poder, a sedução que a posse do poder exerce, por si mesma, sobre os corpos cujas próprias pulsões e cujos desejos são politicamente socializados. A dominação masculina encontra um de seus melhores suportes no desconhecimento (...) (BOURDIEU, 2007, p. 98).

Este desconhecimento é um produto da necessidade do capital em reproduzir pelas estruturas e acomodar as relações sociais de dominação, se sempre foi assim, porque e como mudá-las. Porém, estas estruturas de dominação foram forjadas e implementadas através de relações sociais construídas historicamente, portanto, são passíveis de mudanças:

(...) as estruturas de dominação (...) são produtos de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas com a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. (BOURDIEU, 2007, p. 46).

Este poder simbólico está expresso nas falas, na vida cotidiana, nas instituições, impregnando as culturas. O poder sempre é exercido de forma relacional e, portanto, não é possível ser construído ou desconstruído de forma

isolada e sem relações humanas. Entre opressores e oprimidos, de aparência consentida:

O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder. (...) é, ela própria resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc) que o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder (BOURDIEU, 2007, p. 53).

Porém, é importante analisar que estas relações sociais são construídas historicamente e estão em constante mutação e movimento, se alterando conforme a sociedade ou parte dela reage e resiste as relações que se estabelecem e também conforme as relações capitalistas se alteram e mimetizam:

Minhas pesquisas comparativas internacionais Brasil-França-Japão demonstraram como existe uma correspondência entre a hierarquia na família, na profissão e na sociedade que produz configurações extremamente diferentes nos *status* sociais e nas relações de poder (HIRATA, 2002, p. 286).

Este extenso trabalho de pesquisa realizado por Helena Hirata e um grupo de pesquisadores em empresas no Brasil, na França e no Japão, demonstra a complexidade da relação que o capitalismo estabelece nas relações de exploração via trabalho e a amplitude da divisão sexual do trabalho:

De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico, fábrica-escritório/família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Trata-se de uma problemática que atravessa e dá sentido ao conjunto das relações sociais que a expressão “divisão social do trabalho” abrange (HIRATA, 2002, p. 234).

A constatação do imbricamento entre trabalho assalariado e trabalho doméstico na sustentação do capitalismo constitui uma base material para a reflexão sobre a complexidade da divisão sexual do trabalho. O trabalho assalariado tem se alterado com as mudanças no capitalismo. Porém, o trabalho doméstico continua sendo perpetuado intrinsecamente ao universo feminino. As mulheres entram no mercado de trabalho, mas as novas relações de trabalho criam conceitos e práticas que continuam reforçando a divisão sexual do trabalho e naturalizando o trabalho

doméstico, como atividades inerentes as mulheres e desconsideradas no conjunto das necessidades de sobrevivência humana.<sup>34</sup>

Portanto, estamos tratando também de símbolos, muito fortes, construídos historicamente sobre a habilidade das mulheres e sobre sua abnegação, mas também sobre a materialidade possível desta relação ser alterada por mulheres e homens, em especial na condição de exploração do trabalho doméstico. A responsabilidade das mulheres sobre o trabalho doméstico e a sustentação afetiva da família conduz a uma separação ainda bastante rígida que sustenta a divisão sexual do trabalho e produz uma hierarquia de difícil ruptura.

A reformulação e ampliação de conceitos atribuindo a divisão sexual do trabalho como coextensiva da divisão social do trabalho e de que o trabalho doméstico surge como sustentáculo do trabalho assalariado proporciona novos olhares sobre as relações sociais entre homens e mulheres. Esta construção social que coloca a divisão sexual do trabalho inerente a divisão social do trabalho amplia a reflexão sobre as dificuldades da participação das mulheres em espaços públicos, não somente como um atributo de oposição ao masculino, mas a uma perspectiva androcêntrica necessária à perpetuação do capitalismo:

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a idéia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas atividades oficiais, públicas, de *representação*, (...) (BOURDIEU, 2007, p. 60).

A divisão sexual do trabalho tem sido bastante debatida no universo do trabalho assalariado e relaciona o trabalho doméstico como fundamental para a sustentação do trabalho assalariado. Tomando conta desta percepção também é necessário retomar a reflexão sobre a divisão arbitrária entre público e privado estabelecido pela sociedade moderna, quando as pessoas são as mesmas, e que o trabalhador e o agricultor familiar camponês, não sobrevivem sem as atividades de manutenção da vida, dentre elas o trabalho doméstico.

---

<sup>34</sup>No trabalho urbano, Kergoat e Hirata, constataram recentemente que a flexibilização do trabalho tem precarizado e favorecido que as mulheres continuem a assumir o trabalho doméstico.

### 1.3. As relações de trabalho e poder na agricultura familiar camponesa

Nesta seção da presente dissertação, abordaremos temas envolvendo o conceito de campesinidade expresso na agricultura familiar camponesa, composta por um estilo peculiar e complexo de realizar a agricultura, bem como irá tratar das relações de trabalho e poder, que se configuram ou não como divisão sexual do trabalho na agricultura familiar camponesa.

A agricultura familiar camponesa é um estilo de fazer agricultura e de viver no núcleo familiar, onde cultura e trabalho se mesclam cotidianamente nas relações externas e internas ao grupo familiar. Este estilo de organizar a agricultura a partir do trabalho da família acaba organizando também as relações de produção econômica, social e política numa estratégia de sobrevivência e reprodução do grupo familiar, mesmo que em muitos casos de maneira simbólica. Assim, esta metodologia coletiva de organização do grupo familiar tem estado presente em vários sistemas econômicos desde a invenção da agricultura e se reorganiza, se reinventa e permanece resistindo mesmo sob a pressão do capitalismo.

Diferente da grande propriedade capitalista, em que o proprietário investe capital explora a terra e o trabalho de outros trabalhadores na geração de lucro, a agricultura familiar camponesa, busca a geração de renda para a família sobreviver. A tomada de decisão sobre o plantio ou não de algum produto para comercialização ou dedicar tempo para produzir alimentos para consumo ou cuidar de crianças, idosos ou doentes da família, segue uma mediação da reprodução desta família, que passa por elementos objetivos e subjetivos. Nesse contexto, Chayanov constata que “(...) seu característico esquema de circulação de capital vem a ser algo diferente pois, além de capital, a família aporta sua própria força de trabalho na produção” (CHAYANOV, 1974, p. 231).<sup>35</sup>

Este aporte de sua própria força de trabalho pode ser constatado em 2006, no Censo Agropecuário Brasileiro, o qual demonstra que “entre os 12,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, 11 milhões das pessoas ocupadas, ou seja, 90%, tinham laços de parentesco com o produtor” (IBGE, 2006). O envolvimento da própria força de trabalho da família na produção conduz a uma

---

<sup>35</sup>A tradução do espanhol para o português dos trechos da obra, a seguir, foi realizada pela autora desta Dissertação. CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa María Russovich. Ed Nueva Visión. Buenos Aires, Argentina, 1974.

centralidade na manutenção e na satisfação das necessidades da família, sendo esta portanto, além de uma característica peculiar, uma relação fundamental para a agricultura familiar camponesa.<sup>36</sup>

(...) conceito da unidade de exploração agrícola como uma unidade econômica familiar na qual a família, como resultado de seu trabalho de um ano, recebe uma simples remuneração de trabalho e mede seus esforços em relação com os resultados materiais obtidos. (CHAYANOV, 1974, p. 33).

Ao desenvolver esta relação teórica entre aporte de seu próprio capital e de sua própria força de trabalho, Chayanov em sua época construiu uma percepção da complexidade desta categoria por ele chamada de agricultura familiar camponesa. Assim, lança os fundamentos de sua teoria estabelecendo um conceito mais complexo de “balanço subjetivo entre trabalho e consumo” que os/as agricultores e agricultoras familiares camponeses/as realizam para organizar a unidade econômica camponesa. Chayanov conceitua estes fundamentos como

(...) um cálculo, não necessariamente explícito ou consciente, que estabelece o equilíbrio econômico básico entre as **fadigas do trabalho e a satisfação das necessidades**. [grifo nosso] O principal objetivo econômico é organizar o trabalho do ano para cobrir as necessidades de uma família, incluindo o desejo de poupar (economizar) ou de investir capital se for possível. (CHAYANOV, 1974, p. 333).<sup>37</sup>

O conceito de balanço entre trabalho e consumo para atender as necessidades da família já diferencia a agricultura familiar camponesa do tipo de agricultura capitalista que em primeiro lugar busca o retorno do investimento ou o lucro advindo da mercadoria. A agricultura familiar camponesa ao estabelecer este equilíbrio econômico básico centrado nas pessoas, possibilita que este grupo social sobreviva e desenvolva conhecimentos, alimentos e tecnologias mesmo em condições de escassez ou de limitações. Esta agricultura familiar camponesa se

<sup>36</sup>Ao tratar de família estão sendo considerados laços de parentesco, o que difere da família mononuclear de pai, mãe, filhos.

<sup>37</sup>CHAYANOV e sua equipe estudaram a agricultura familiar camponesa e além de estabelecer conceitos, estabelecia limites para a agricultura familiar camponesa, (...) uma família que não contrata força de trabalho exterior, tem uma certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e as vezes se vê obrigada a empregar parte de sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas” (CHAYANOV, 1974, p. 44). Estes limites dizem respeito a uma realidade Russa, no início do século XX, procuraremos tratar de conceitos, inclusive do próprio Chayanov que possibilitam interpretar este modo de fazer agricultura e de viver de muitas pessoas mundo afora.

desenvolve, “(...) pela intensificação fundada no trabalho” (PLOEG, 2008, p. 35),<sup>38</sup> nas mais diversas facetas deste trabalho, desde o trabalho penoso e também o trabalho criativo, que detalhamos nas seções anteriores.

Os conceitos acima abordados demonstram a complexidade desta forma de fazer a agricultura, pois se baseiam em elementos subjetivos e objetivos da tomada de decisão, de forma abrangente. Segundo Tepich, constrói uma metáfora em definir uma unidade simbiótica entre a unidade de produção e a unidade de consumo para garantir a sobrevivência do campesinato. (TEPICHT, 1973 apud PLOEG, 2008, p. 46). Esta complexa forma de fazer agricultura tende a se manter em vários sistemas econômicos, pois, segundo Ploeg, esta sobrevivência, tem o autoabastecimento como base, mas se altera no tempo e no espaço, o que possibilita a estes agricultores familiares camponeses adaptar-se a conjunturas específicas, sem alterar sua condição camponesa (PLOEG, 2008).

A agricultura familiar camponesa, em virtude desta complexidade e de sua capacidade de adaptar-se a conjunturas específicas, e ao mesmo tempo, que permanentemente constrói elementos em busca de sua autonomia têm conseguido sobreviver como um jeito diferenciado de agricultura no sistema capitalista.

A agricultura familiar camponesa, devido a sua diversidade de interesses e ao se organizar buscando uma autonomia em relação ao sistema em que se insere desenvolve uma alta capacidade de adaptação e de produção de alimentos, uma relativa autonomia e permanência em atividades agrícolas não suportadas por um capitalista, desde que atendam as necessidades da família. No Brasil, a agricultura familiar camponesa produz a maior parte dos alimentos que a população consome e gera a maior parte do trabalho no campo, registrados no Censo Agropecuário de 2006.

A agricultura familiar camponesa, segundo GUILHOTO (2005), participa em média de 23,5% no PIB<sup>39</sup> do estado do Rio Grande do Sul, e de 9,6% no país.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Este autor aprofunda a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural dos países e de novas sustentabilidades. Ele desenvolve seu trabalho explicitando que, por estar fundada no trabalho, deveria ser privilegiada nas políticas públicas para lidar com desemprego, escassez de alimentos e com a pobreza. Ver: PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

<sup>39</sup> PIB – produto interno bruto, indicador que mensura as riquezas brutas geradas na economia de um determinado local (que circulam pelo mercado).

<sup>40</sup> A agricultura familiar sozinha é responsável por 9,6% do PIB do Brasil. Se compararmos com as propriedades capitalistas ou agronegócio patronal, as representatividades desse setor são semelhantes, com a participação média de 19,4% para o PIB do RS e 19,1% para o PIB do Brasil.

Naquele ano, existiam 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que mantinham 12,3 milhões de pessoas trabalhando.<sup>41</sup> Estes estabelecimentos produziam 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. A partir destes dados, pode-se perceber a importância social, econômica e política da Agricultura Familiar Camponesa no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Estes indicadores censitários reforçam os conceitos e a complexidade da agricultura familiar camponesa, pois com recursos financeiros, áreas de terra e água limitados, este estilo de fazer agricultura é responsável por produzir a maior parte dos alimentos da cesta básica dos brasileiros, além de ocupar grande parte das pessoas no meio rural e de participar consideravelmente na formação da riqueza bruta mensurada no Brasil e na manutenção da segurança alimentar de suas famílias e comunidades.

A agricultura familiar camponesa pratica uma “co-produção com a natureza”, que “(...) diz respeito à interação mútua constantes entre o homem e a natureza viva” (PLOEG, 2008, p. 40) e que define sua essência como campesinato, alterando constantemente um e outro e também as relações sociais que se estabelecem para garantir esta co-produção.

Esta forma de realizar o trabalho se assemelha ao conceito de trabalho estabelecido por Marx, abordado na primeira seção e trata o trabalho como a essência do ser humano. Tal co-produção com a natureza é um elemento importante que conduz esta agricultura familiar camponesa à condição de agente a partir das relações que estabelece na sua produção agrícola, em geral de alimentos. As relações sociais e de trabalho daí advindas ocorrem num espaço e tempo, geralmente em contextos de dependência e precariedades materiais.

Diante desta complexidade, atualmente, é possível estabelecer características que configurem uma “condição camponesa” (PLOEG, 2008, p. 40). Nesta condição camponesa, destacamos a co-produção com a natureza viva, que origina uma “base

---

<sup>41</sup>Estes 4.367.902 estabelecimentos de Agricultura Familiar representavam 84,4% do total dos estabelecimentos, com apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e respondem por 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado no campo). No Rio Grande do Sul são 361.261 estabelecimentos.



de recursos auto-controlada e auto-gerenciada”,<sup>42</sup> que inclui a gestão da produção, e dos elementos naturais e a força de trabalho de sua família. Esta base de recursos e a co-produção com a natureza proporcionam a relação com o mercado, em busca de sobrevivência, de reduzir a dependência e na busca de autonomia e ampliar a base de recursos. (PLOEG, 2008)

Um destaque importante desta condição camponesa é que acontece como forma de sobrevivência desta condição em várias situações “(...) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.” (PLOEG, 2008, p. 40). Neste sentido, ainda segundo Ploeg, padrões distintos, diversos e criativos de cooperação são uma das características estudadas que tem possibilitado a agricultura familiar camponesa, ampliar sua luta por autonomia para além do nível da unidade agrícola individual.

Estas características de padrões de cooperação, combinadas com a busca de autonomia e da saída da dependência, colaboraram na tomada da decisão na conjuntura dos anos de 1990. Naquela época, buscou-se um cooperativismo idealizado como de agricultura familiar ou de assentamentos de reforma agrária, desenvolvido nos últimos anos no Brasil, a partir de lutas dos agricultores familiares camponeses em busca de sua autonomia, o que será abordado no capítulo posterior.

A co-produção não ocorre de maneira estanque e estes agricultores familiares na relação com o capitalismo sempre estão em condições tidas como de resistência<sup>43</sup> ou de eminente desativação destas unidades de agricultura familiar, pois a relação de exploração pelo lucro e a mercantilização das relações se estabelece e envolve também este modo de viver.

Nesta condição camponesa, o processo de trabalho se complexifica num mesmo local, exige conhecimentos, aprendizagens e criatividade, em muitos casos

---

<sup>42</sup>Está se utilizando este conceito de base de recursos para possibilitar comparação com outras formas de fazer agricultura, mas a autora da dissertação entende que o campesinato trata de uma forma bem mais subjetiva, em muitos momentos até mística sua relação de co-produção com a natureza, e com os outros seres humanos envolvidos no processo de trabalho, que o próprio PLOEG, tratou de descrever como confiança e desconfiança em busca de autonomia (PLOEG, 2008, p. 43).

<sup>43</sup>Os agricultores familiares sob o capitalismo, de maneira coletiva criam formas de permanecer no sistema capitalista, chamada de Resistência ou sucumbem as estratégias de exploração capitalista que provocam situações que levam a desativação da agricultura familiar naquele local. São conceitos criados por PLOEG, para referir-se a condição da agricultura familiar camponesa em relação ao capitalismo, referindo-se que a agricultura familiar camponesa pode desaparecer em alguns locais, mas também se reinventar e permanecer, que ele expressa na relação econômica como Impérios alimentares.

quase uma arte, ao juntar a base de recursos auto-controlada e a co-produção com a natureza viva, que por ser viva não pode ser controlada. Ploeg, descreve três aspectos cruciais para este processo acontecer desta maneira:

A arte de dominar essas surpresas e de transformá-las em práticas originais é frequentemente um elemento chave do processo de trabalho. O segundo aspecto crucial do processo de trabalho: nele são desenvolvidas aprendizagens e criadas novas formas de fazer as coisas. Um terceiro aspecto (...) no processo agrícola de produção (...) não são apenas criados produtos finais, (...) durante o processo de trabalho, os atores envolvidos constroem, reconstróem e desenvolvem uma combinação de recursos específica, equilibrada e harmonizada.(...) um estilo de agricultura e estabelecem uma ligação específica entre este estilo de agricultura e o mundo exterior (PLOEG, 2008, p. 42).

A partir destes conceitos da agricultura familiar camponesa, que conduzem a uma percepção de agente coletivo de trabalho, procuraremos analisar como se estabelecem as relações sociais e a divisão do trabalho entre e com os integrantes da agricultura familiar camponesa, em especial as mulheres que participam na resistência ou desativação desta agricultura familiar camponesa, de maneira a compreender as cooperativas de agricultura familiar camponesa como parte deste estilo de agricultura.

Na família camponesa, a busca da “autonomia coletiva” pelo equilíbrio entre satisfação das necessidades e penosidade do trabalho é dividida entre os integrantes da família. Aparentemente, este é um balanço equilibrado de trabalho democrático e assexuado, que acaba sendo mediatizado por “(...) regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos implicados) derivam normalmente de repertórios culturais locais e de relações de gênero (...)” (PLOEG, 2008, p. 61). Estas relações culturais e de gênero, porém, como se sucedem na sociedade, não ocorrem de maneira simétrica e raramente são democráticas.

No Censo de 2006, entre os integrantes da agricultura familiar camponesa, a maioria eram de homens (2/3). Porém, o número de mulheres trabalhando na agricultura familiar camponesa também era expressivo envolvendo 4,1 milhões de mulheres (1/3 dos ocupados). Dos 4.367.902 estabelecimentos de Agricultura Familiar, somente 13,7% dos estabelecimentos familiares eram dirigidos por mulheres, sendo pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares.

Partindo destas constatações, a reflexão que pode ser ponderada é de que a agricultura familiar camponesa, embora apresente uma lógica diferente da maioria das relações de produção e de trabalho, não é imune as relações sociais que se estabelecem na sociedade. Diante da intensidade das relações de trabalho que se estabelecem no interior da agricultura familiar camponesa, é importante ter presente como são decididas as atividades de cada membro da família, quem vai trabalhar mais ou no mais pesado, quem vai realizar a comercialização, como será investida a renda da família, bem como quais serão as necessidades e de quem serão as primeiras satisfeitas. Heredia, ao estudar pequenos agricultores ligados à plantação açucareira do Nordeste brasileiro, aborda o tema ressaltando que quem determina o grau de intensidade de trabalho dos membros da família e quais trabalhos serão valorizados é o denominado “chefe da família”:<sup>44</sup>

É o pai quem encarna o trabalho no roçado, logo, o trabalho ali realizado é o trabalho dele. Se o lugar do homem é o roçado, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa. (...) A casa (...) inclui o terreiro (pátio que a rodeia, local onde vive a criação (aves de quintal), cabras e porcos (HEREDIA, 1984, p. 29).

Analisando as colocações acima, de forma individualizada, poderia ser afirmado que, aparentemente há uma divisão igualitária das tarefas entre os membros da família, sem hierarquias ou responsabilidades necessárias e inerentes a elas na propriedade familiares, como acontecia nas antigas sociedades.<sup>45</sup> O problema é que, na realidade, estes trabalhos divididos têm atributos, hierarquias e valores diferentes quando realizados pelas mulheres e os homens, conforme detalha HEREDIA (1984, p. 30) na sequência de sua análise:

No roçado os filhos e a esposa, mesmo quando desempenham atividades, apenas 'ajudam', como se diz. (...) As atividades que esses animais [os que rodeiam a casa] exigem, são também, como a casa, de responsabilidade feminina e não reconhecidas como trabalho.

As mulheres são as responsáveis pelo trabalho de produção para autoconsumo e do trabalho doméstico e, quando participam do trabalho no cultivo

<sup>44</sup>O termo “chefe de família”, nesse contexto, é visto sob a ótica do patriarcado, que se expressa em muitas famílias sem possibilidade de discordância e de maneira bastante tradicional sendo portanto, o homem (pai e ou marido) o que determina as relações de trabalho na família.

<sup>45</sup>Ao referir-se às antigas sociedades, traz-se presente as relações de parceria e cooperação entre homens e mulheres das sociedades primitivas, ou seja, dos períodos paleolítico e neolítico (EISLER, Riane. O cálice e a Espada: nosso passado, nosso futuro. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2007).

dos produtos destinados ao mercado, o que não é raro, este trabalho é apenas visto como uma “ajuda” aos que realizam o trabalho (nesse caso, os homens). Sendo assim, esta função perde o estatuto de trabalho e estabelece uma hierarquia em função do sexo de quem realiza a atividade. Paulilo, ao estudar situações distintas de campesinidade no Brejo paraibano, na Paraíba e no sul de Santa Catarina destacou que

(...) qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha em contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requerida pelo outro (PAULILO, 1987, p. 67).

Na agricultura familiar camponesa esta divisão também exerce a mesma função. Vários estudos no meio rural têm explicitado a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar camponesa e a identificação do monopólio das atividades públicas pelos homens. Num estudo realizado pelo DESER<sup>46</sup> em 1996 sobre a produção leiteira na agricultura familiar no sudoeste do Paraná, constatou-se a divisão sexual do trabalho, onde os homens realizam as atividades não cotidianas envolvendo dias de campo, inseminação artificial, plantio de pastagens, enquanto as mulheres realizam a maioria das tarefas cotidianas, repetitivas e permanentes relacionadas com a produção leiteira, inclusive a ordenha. Quanto ao trabalho doméstico nesse setor, os números apontam que menos de 5% dos homens participam cotidianamente destas atividades (MENASCHE; ESCHER, 1996).

A divisão sexual do trabalho no meio rural tem se explicitado pela classificação dos trabalhos como “leve ou pesado” ou apenas como uma “ajuda”, quando realizado pelas mulheres. No caso do trabalho doméstico, este só é “ajudado” pelos homens em caso de doença das mulheres. As decisões sobre o que plantar, como plantar e como participar das decisões das cooperativas que comercializam os produtos que dão renda monetária, não são tomadas, na esmagadora maioria das vezes, em conjunto com as mulheres, pois as mesmas “só ajudam” nesta área e não participam das atividades consideradas pelos homens como trabalho. Às mulheres é reservado o que é denominado de “trabalho leve”:

---

<sup>46</sup>DESER – Departamento de Estudos Sindicais.

(...) “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo e de esforço. Pode ser estafante, moroso ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças (PAULILO, 1987, p. 70).

A condição que é categorizada como leve ou pesado para ser atribuído a mulheres é simplesmente caracterizado em função de sua condição sexual, pois em diferentes regiões do Brasil o mesmo trabalho realizado por homens ou mulheres é considerado leve ou pesado. Geralmente, este trabalho feito pelas mulheres e considerado “leve”, é aquele envolvendo o trabalho doméstico, tido como obrigação das mesmas, a produção de alimentos para a família ou as “ajudas” que ela realiza no trabalho da lavoura.

Neste sentido, esta categorização relembra a classificação do que é considerado trabalho no capitalismo, ou seja, somente o trabalho que gera mercadorias é considerado trabalho e, neste caso, somente o que é produzido pelos homens é considerado ou valorizado como trabalho, uma equação que explora sobremaneira as mulheres e fragiliza os processos de manutenção da vida.

Já que as ações de manutenção da vida não são consideradas trabalho e logo são responsabilidades intrínsecas das mulheres, as quais são incorporadas como obrigações oriundas do “amor” que as mesmas têm pela família e de sua tarefa do cuidado e do zelo pelo grupo familiar privado. Então, é necessário perceber que não há uma independência do mundo do trabalho e das relações sociais que acontecem fora dele. É necessário compreender que “(...) as relações sociais homens-mulheres fora do trabalho estruturam a divisão sexual do trabalho profissional” (HIRATA, 2002, p. 217).

Esta hierarquia e valorização atribuída ao trabalho de homens ou mulheres, configurando este como leve ou pesado, se for executado por um ou outro, por suas supostas características biológicas, expressam uma divisão de trabalho na agricultura familiar camponesa. Esta divisão arbitrária do trabalho tem aparecido também na invisibilidade da geração de renda das mulheres, que produzem e devem sempre colocar na manutenção da família, já aos homens cabe a tomada de decisão dos plantios valorizados como renda, a comercialização e decisão sobre todo o dinheiro recebido pela família.

Na manutenção deste formato de agricultura familiar as relações de poder explicitam a ordem masculina de tal forma que,

Inscrita nas coisas a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. (...) atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (BOURDIEU, 2007, p. 34).

Esta ordem masculina acaba escondendo na sociedade a complexidade e a riqueza da produção de alimentos realizada pelas mulheres na agricultura familiar, que gera trabalho e renda, mas por seu forte caráter de manutenção da segurança alimentar, em especial da família, tem sido categorizada como de autoconsumo e, portanto, “sem valor na produção e na comercialização”. Além disto, a importância deste trabalho feminino para a sobrevivência do grupo familiar, inclusive com a geração de renda de maneira diversificada e em vários momentos. Outro aspecto fundamental da condição camponesa, na busca de autonomia e nas possibilidades de resistência às inflexões do capitalismo, são as estratégias criadas para garantir a segurança alimentar, através do abastecimento interno de alimentos produzidos pelas mulheres.

Neste sentido, a desvalorização da sociedade e dos agricultores familiares pelos produtos do trabalho gerado pelas mulheres possibilita ao capitalismo fragilizar o grupo familiar e facilitar sua dependência a interesses externos a família. Esta cultura comum e construída socialmente de desvalorizar e retirar o poder de alimentar e curar das mulheres tem sobrecarregado as mulheres e dificultado sua organização coletiva enquanto mulheres para reconhecer e resistir a subserviência proposta e implementada pelo capitalismo contemporâneo.

Então, na agricultura familiar camponesa, dialeticamente as mulheres se deparam ao longo do dia com trabalhos extremamente penosos e outros extremamente criativos. Elas realizam um trabalho extremamente penoso, o trabalho doméstico, mas, por outro lado, realizam um trabalho extremamente criativo, responsável pela manutenção da cultura alimentar, considerada de autoconsumo e estratégias curativas da família e da comunidade. Porém, esses trabalhos raramente são remunerados pela renda gerada e pouco reconhecidos pela sociedade como parte fundamental da constituição e manutenção da agricultura familiar.

Figueiredo, refletindo sobre a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, ressalta que “(...) com valor inexpressivo, assim mesmo as mulheres quebravam coco e com o pouco que recebiam realizavam despesas não visíveis ao cálculo econômico da família e ao pensamento dominante do grupo social da época” (FIGUEIREDO, 2007, p. 72). Isso possibilitou que elas resistissem e ao mesmo tempo gerassem renda melhorando a qualidade de vida de seu grupo familiar, embora este trabalho não fosse reconhecido como tal.

Assim, a invisibilidade e a desvalorização das atividades realizadas por mulheres, também aparece naquelas atividades penosas e desgastantes que as mulheres realizam e que resultam em produtos que são comercializados com pouca ou insignificante agregação de renda. Sendo assim, o que as mulheres produzem de alimentos tem duas funções: ou alimenta a família diretamente através de alimentos produzidos por elas, ou esses são comercializados a preços aviltantes, sendo que o retorno dessa renda é totalmente destinado para manter a família.

Vale salientar que, muitas vezes, esses alimentos excedentes são doados ao invés de comercializados. O que chama atenção neste estudo realizado por Figueiredo, é que, a partir da luta por direitos, começa a se configurar uma nova realidade para as mulheres quebradeiras de coco:

(...) não apenas a mulher alçou uma posição antes desconhecida do grupo, passando a ocupar lugar de destaque nas mobilizações internas e na representação política externa ao grupo, como o próprio recurso – o babaçu – passou a assumir uma centralidade antes não observada na economia do grupo (FIGUEIREDO 2007, p. 73).

É importante perceber que a trajetória de luta destas mulheres agricultoras proporcionou seu reconhecimento como parte importante do grupo e, também trouxe o reconhecimento dos produtos associados a sua atividade, uma conquista de autonomia econômica e de um novo desenho nas relações sociais com o grupo familiar, de trabalho e com a sociedade. Porém, na maioria dos casos estudados nas comunidades rurais, percebe-se que as atividades de autoconsumo são atividades que, devido aos ciclos de semeadura, colheita, calendário e responsabilidade com a alimentação de todos e todas contribuem para internalizar mais a mulher na propriedade.

Assim, no modo de funcionamento e nas relações de poder, há também uma constante disputa e complementariedade de poder com os homens, onde o trabalho

privado na casa é de domínio das mulheres e as lavouras e a participação na sociedade e, no caso específico nas cooperativas é de domínio e prevalência dos homens, que são incumbidos a assumir a vida pública.

Seguindo a lógica da produção de autoconsumo e, por essa ser extremamente invisibilizada, não se pode olvidar que muitos de seus produtos são vendidos ou doados de maneira direta (porta em porta) numa relação direta com as consumidoras urbanas, ou enviados aos filhos que moram nas cidades. Este procedimento é visto também como uma ideia de sobra ou ajuda a renda familiar, com baixo valor agregado. Como já abordado acima, o retorno financeiro destas atividades pertencem teoricamente as mulheres, mas são utilizados para a manutenção da família. Enfim, pode-se afirmar que esta é uma cultura de doação e de submissão:

A questão da invisibilidade do trabalho feminino fica evidenciada na análise da produção para o autoconsumo. (...) cerca de 40,7% do total da ocupação feminina e apenas 8,9% da ocupação masculina (...). Em 2004, dedicaram-se a atividades de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% de homens. (...) são atividades ligadas ao sustento da família (...) não geram rendimentos. Não existe nenhuma razão técnica que justifique esta desproporção (...) a não ser o fato de que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família. (MELO, 2006, p. 54).

A partir destes dados, é possível constatar que a segurança alimentar, condição básica para a autonomia camponesa e das famílias é garantida, em grande medida, pelas mulheres que, ao produzirem alimentos para o autoconsumo, conservam a cultura alimentar da família e abastecem a família de alimentos independente de relações comerciais para adquirir os alimentos ou extrair do valor obtido dos produtos tidos como comerciais.

Porém, o fato desta situação permanecer na invisibilidade, ampliando a sobrecarga de trabalho das mulheres e ao manto do “não trabalho”, ou do universo da doação por amor aos outros, tem provocado situações como da comunidade de Jacarezinho, no município de Encantado, no Rio Grande do Sul, onde as mulheres mais jovens se distanciam da produção de alimentos. Assim, “(...) pode-se afirmar que a valorização e fortalecimento da produção de alimentos voltada ao autoconsumo, garantia da segurança alimentar dessas famílias rurais, e o



reconhecimento das mulheres agricultoras “andam junto” (ZANETTI ; MENASCHE, 2007, p. 140).

A relação entre a produção de autoconsumo, o trabalho doméstico e as responsabilidades de manutenção da família permanece por um forte entrelaçamento entre cultura, educação e religiosidade que transfere esta enorme carga como obrigação das mulheres para com a família, em nome do “amor para com a família”:

O peso específico da religião é maior na cultura simbólica camponesa, é porque fornece uma explicação cheia de sentidos e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar (...) a crença no sagrado em todas as dimensões da vida camponesa (MOURA, 1986, p. 22).

A intensa religiosidade dos integrantes da agricultura familiar camponesa tem contribuído sobremaneira para a manutenção da estrutura patriarcal que proporciona a centralidade das decisões no poder do pai, o que tem provocado reações como das jovens de Jacarezinho, que na tentativa de diminuir sua sobrecarga de trabalho, se desfazem da parte do trabalho criativo, que é o da segurança alimentar, ou da produção de alimentos, que remete a identidade de agricultoras familiares camponesas.

Diversos autores têm tratado a agricultura familiar como um agente coletivo e desconsideram as diferenças de trabalho dentro da unidade familiar, ou categorizam como unidade de trabalho, a unidade de trabalho empregada numa das atividades que gera renda monetária para a família. Esses estudos, desde Chayanov,<sup>47</sup> tratam de maneira genérica o trabalho da agricultura familiar camponesa, trazendo uma ideia de simetria no trabalho:

(...) a energia desenvolvida por um trabalhador numa unidade doméstica de exploração agrária é estimulada pelas necessidades de consumo da família e, ao aumentar estas, sobe forçosamente a taxa de autoexploração do trabalho camponês. Por outra parte, o consumo de energia está inibido pelas fadigas próprias do trabalho mesmo. Quanto mais duro é o trabalho, comparado com a remuneração, mais baixo é o nível de bem estar no qual a família camponesa para de trabalhar, ainda que é freqüente que para alcançar inclusive este nível reduzido deva fazer grandes esforços. Em outras palavras, podemos afirmar positivamente que o grau de autoexploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a medida da satisfação das necessidades e a do peso do trabalho (CHAYANOV, 1974, p. 84).

---

<sup>47</sup> constatada desde que o conceito foi criado por Chayanov, em meados de 1920.

Ocorre que, na agricultura familiar camponesa, Chayanov utilizou um modelo assexuado para descrever de maneira uniforme este balanço subjetivo que sustenta o estilo de vida deste jeito de fazer agricultura. Porém, dentro deste conjunto chamado de família, este balanço entre satisfação das necessidades e penosidade do trabalho atende a conceitos sexuados, pois as mulheres respondem pela maior sobrecarga de trabalho para atender necessidades que geralmente não são suas. Elas assumem esta divisão sexual do trabalho em nome “novamente do dever maternal”, em condições subjetivas e reforçadas pela educação e pela religiosidade. Assim, acontece uma divisão sexual do trabalho na agricultura familiar camponesa, talvez mais intensa que a urbana, pois aprisiona a mulher nas relações internas da propriedade, realizando o trabalho doméstico e grande parte das atividades relacionadas com o autoconsumo.

As atividades de autoconsumo não são valoradas pela família, por políticas públicas e pela própria sociedade, este fato contribui para que as mulheres não estabeleçam limites a sua carga de trabalho penoso desenvolvido diariamente, pois a segurança alimentar está naturalizada no papel da mulher, mãe e agricultora familiar camponesa. Mesmo Chayanov, naquela época, ao descrever o plano organizativo que sustenta o complexo da unidade econômica da agricultura familiar camponesa, o qual ele descreveu e analisou como elaborado pela “(...) força da sucessão e imitação da experiência e pela *seleção*, durante muitos anos e um pouco subconscientemente, de métodos exitosos de trabalho econômico.” (CHAYANOV, 1974, p. 134), este não se deteve em verificar que métodos eram estes e que relações sociais se estabeleciam para sustentar este modo de produção familiar.

Quando se está tratando de trabalho e esse é relacionado com a agricultora familiar camponesa, pode-se verificar que estamos falando de uma atriz social que realiza num espaço e tempo interrelacionados e não especificados vários trabalhos de maneira bem complexificada. Dentro desta complexidade, encontra-se o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados com a saúde sua e dos outros integrantes da família, o trabalho comunitário não remunerado, o trabalho na produção para o autoconsumo que inclui desde a produção de alimentos até a garantia da segurança alimentar da família, o trabalho nas atividades que geram renda monetária agrícola, como o leite, o trabalho na gestão da propriedade dos períodos e espaços de plantio. Estas agricultoras familiares que, em sua grande maioria, são responsáveis

pela produção de alimentos, pela segurança alimentar da família, pelo trabalho doméstico e além de “ajudar” na lavoura, realizam, portanto, uma rotina estafante e muito desgastante, tanto em horas de trabalho, quanto em volume de trabalho e responsabilidades assumidas.

Para agravar a situação, esta rotina é invisível para a família, para a comunidade e para as organizações sociais e estatais. Diante disso, os movimentos de mulheres se organizam e têm denunciado esta situação durante muitos momentos. Analisando-se dados censitários, sob um enfoque de gênero, é possível perceber uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, em atividades não remuneradas, neste caso, a rural:

(...) à ocupação rural, “não remunerado com mais de 15 horas de trabalho” e “emprego agrícola”, denotam-se mais longas jornadas de trabalho femininas, comparativamente às masculinas, em função do tempo dedicado à reprodução social “expandida”. No caso da categoria não remunerados com mais de 15 horas semanais de trabalho, a jornada masculina foi de 41 horas semanais, e, a feminina, de 58 horas, mas apenas 9 dedicadas pelos homens a reprodução social, enquanto as mulheres dedicam 23. No que diz respeito à categoria emprego agrícola, as jornadas de trabalho são menos díspares, embora a feminina permaneça maior – 57 horas semanais versus 50 para os homens. O tempo para os afazeres domésticos é exatamente o mesmo (9 horas para eles e 23 para elas), o que sugere que, independentemente do tipo o trabalho doméstico não se altera (LOMBARDI, 2009, p. 134).

A sobrecarga de trabalho sempre denunciada por organização de muitos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, no Brasil, aparece explicitamente neste estudo acima citado. Também pode-se vislumbrar uma tendência a subnotificação quando o tema é trabalho remunerado e a mesma tendência urbana de que o trabalho doméstico é atribuição praticamente exclusiva feminina. Esta atribuição de atividades intrínseca ao sexo feminino é parte importante desta sobrecarga, mas também pela característica da produção de autoconsumo ser de responsabilidade das mulheres, ocorre dificuldades de separação entre atividades de cuidado com a família e trabalho de produção econômica: “A reprodução econômica e a social estão amalgamadas nas jornadas de trabalho femininas, principalmente nas zonas rurais, ficando difícil diferenciar o que é cuidado com a família e o que é trabalho para a produção econômica” (LOMBARDI, 2009, p. 134).

Esta dificuldade em separar reprodução econômica e social na unidade camponesa reflete o complexo raciocínio econômico que é realizado

sistematicamente pelos integrantes da família que tem no princípio a satisfação das necessidades da própria família. Assim, constata-se que esta satisfação das necessidades tem deixado a mulher camponesa sob uma forte invisibilidade na divisão sexual do trabalho, além de não ter nenhum reconhecimento por ser responsáveis pelo trabalho de autoconsumo, pelo trabalho doméstico e pela manutenção dos cuidados da família.

As análises econômicas, em sua maioria realizadas a partir de culturas agrícolas individualizadas e a partir de atividades consideradas geradoras de renda monetária e de fácil mensuração, têm reproduzido uma forte invisibilidade do trabalho da agricultora familiar camponesa. Esta invisibilidade está na forma complexa de realizar o trabalho, com alto grau de sobrecarga e na atribuição das mulheres em ser responsáveis pelo conjunto do trabalho doméstico, do trabalho de autoconsumo e também de parte do trabalho das culturas que geram renda monetária direta para a propriedade.

Esta situação tem colaborado para estabelecer um paradigma de que as agricultoras familiares camponesas não participam ou pouco participam da parte considerada como produção na agricultura familiar camponesa, ao contrário, realizam trabalhos que não se conectam com a produção, ou seja, o trabalho doméstico e o trabalho de autoconsumo. Chayanov, já ressaltava que a agricultura familiar camponesa tem a centralidade na manutenção do grupo familiar, por isto deve ser analisada como posiciona suas tomadas de decisão, e como estabelece o balanço subjetivo entre produção e autoconsumo (CHAYANOV, 1974).

Este balanço subjetivo está imbricado por relações de poder no grupo familiar e pode ser compreendido desde que se estabeleçam relações de análise compatíveis com a complexidade das relações sociais e econômicas que se estabelecem no grupo familiar e nas relações comunitárias e de comercialização que envolvem este agrupamento familiar.<sup>48</sup>

A divisão sexual do trabalho também aparece na comercialização realizada pelas mulheres, nas feiras ou de porta em porta, recebendo sempre muito pouco pelo que produzem e se submetendo as inconstâncias da compra de porta-em-porta.

---

<sup>48</sup>Detalhar esta complexidade apontada por Chayanov, e esclarecer quem realiza que ações, sem idealizações, verificando a sobrecarga de trabalho que é aportada sobre uns e outros membros na unidade familiar, e sua influência na permanência deste jeito de fazer agricultura é de responsabilidade de todos e todas pesquisadores que discutem a temática, sob pena de estarem sendo parciais em suas análises.

Num estudo sobre a produção leiteira no Paraná, quando a relação de comercialização é direta, são as mulheres que realizam, quando a relação é com o comércio formal são os homens:

(...) na comercialização do leite: na maioria dos casos observados (52%), é o homem quem recebe o pagamento mensal do leite. No caso da comercialização do queijo, que em poucos casos é considerado um produto importante, sendo tratado, juntamente com ovos e hortaliças, como uma das “miudezas” produzidas na propriedade, a participação das mulheres no recebimento do dinheiro é mais significativa, chegando a representar 56% das famílias que responderam a esta questão (MENASCHE; ESCHER, 1996, p. 80).

Esta diferença na participação pública das agricultoras familiares camponesas em relação aos agricultores na forma de comercialização dos produtos retrata a separação e a hierarquia dos produtos de valor, das opiniões de valor sobre a produção que se estabelecem dentro da propriedade, na comunidade, na igreja somente em função do sexo da pessoa. Esta divisão sexual do trabalho se estabelece na agricultura familiar camponesa, produz relações sociais complexas, que extrapolam o mundo do trabalho.

Tal divisão transpassa uma realidade que o trabalho se mescla com uma lógica de reprodução centrada nas relações de parentesco e na manutenção da família, que as mulheres pertencem ou passam a pertencer por casamento. O vínculo de trabalho, neste contexto de agricultura familiar, é o vínculo das relações pessoais e da família e fortalecem a naturalização da divisão sexual do trabalho no interior da agricultura familiar camponesa e nos espaços de representação desta agricultura familiar.

Esta “lógica de trocas simbólicas” parafraseando Bourdieu (2007) encontra-se centrada no universo familiar, em parte atualiza o patriarcado, provocando uma suposta imutabilidade desta situação. Por outro lado, ao se reconhecer o papel importante das mulheres na manutenção da agricultura familiar e a necessidade de superação de sua condição de exploração é possível reorganizar relações sociais que possibilitem a emancipação destas mulheres. As mulheres que participaram e participam de movimentos sociais de mulheres e mistos, avançaram nesta direção.

Assim, faz-se necessário desmistificar a agricultura familiar camponesa e explicitar os limites da divisão sexual do trabalho que tem contribuído para afastar as mulheres da participação em espaços públicos e de representação econômica e

social da agricultura familiar camponesa, como neste caso as cooperativas de agricultura familiar, tema este que é objetivo central dessa dissertação e que será abordado no próximo capítulo.

## **2 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NAS REGIÕES FRONTEIRA NOROESTE E MISSÕES**

As agricultoras familiares camponesas, ao organizarem-se nas décadas de 1980 e 1990, protagonizaram lutas e grandes conquistas de direitos sociais como a aposentadoria rural, em processos de educação popular<sup>49</sup> que mudaram a vida de todos e todas na agricultura familiar camponesa. A partir deste momento de elevação de “Ser Mais”, elas contribuíram, além das conquistas de direitos sociais, para fundar em conjunto com os homens cooperativas de agricultura familiar camponesa. Estas cooperativas são fundadas na perspectiva de comercializar a produção diversificada de alimentos tipicamente produzidos pela agricultura familiar camponesa. Porém, a pressão capitalista favorece os mecanismos que mantêm a divisão sexual do trabalho e as mulheres protagonizam nas décadas seguintes um “retorno ao lar” e uma reconfiguração em direção do “Ser Menos” para as novas gerações.

Neste capítulo, será abordada a concepção, a construção histórica e as mudanças do Cooperativismo, na área de abrangência que originou as cooperativas de agricultura familiar participantes do sistema da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar, UNICOOPER<sup>50</sup>. Este estudo está circunscrito nas regiões administrativas do estado, Fronteira Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul, que nesta dissertação tratar-se-á como Região do estudo, nas características que interessam a este trabalho de pesquisa.<sup>51</sup> Será realizada, durante esta construção histórica, também a reflexão sobre a participação dos agricultores familiares camponeses nas cooperativas e em especial o movimento de exclusão das mulheres na participação nestas cooperativas.

Também serão abordados e analisados os elementos educativos e conjunturais que possibilitaram a criação da UNICOOPER e as opções tomadas na implementação dos processos de participação das cooperativas singulares filiadas a

---

<sup>49</sup>Assessoradas pelo GEA – grupo de Estudos Agrários, ONG popular que promovia formação e educação popular nas missões na década de 1990.

<sup>50</sup>São 11 cooperativas, já descritas na introdução deste trabalho de pesquisa, COOPAX, COOPASC, COPRAL, COOPERAE, COOPERTERESA, COOPERBUTIÁ, COOPERG, COOPOVEC, COOPAADEN, COPERSOL, COOPERIPÊ.

<sup>51</sup>Estas duas regiões administrativas atuais correspondiam a parte do território das missões jesuíticas, depois originou o município de Santo Ângelo, em 1873. E, mais tarde, com a imigração européia formaram-se outros pólos comerciais, dentre eles Santa Rosa. Atualmente este território forma duas regiões administrativas do estado, porém com identidades históricas e de atuação sindical que proporcionaram a organização das cooperativas de agricultura familiar.

UNICOOPER. Estas reflexões estão ancoradas em dados primários, documentos, pesquisa bibliográfica e reuniões com grupos de mulheres para levantamento de informações pertinentes ao estudo.<sup>52</sup>

## **2.1 O cooperativismo nas regiões fronteira noroeste e missões sob o enfoque das relações de gênero**

As regiões Fronteira Noroeste e Missões têm um longo histórico de ocupação do território e de práticas de cooperação. Indígenas habitavam estas áreas antes da chegada da ordem dos Jesuítas e realizavam práticas de cooperação em mutirão ou “Putirõ [como um] auxílio recíproco no trabalho conjunto” (FINOKIET, 2010, p. 23), baseadas no seu culto a divindades ligadas a uma visão de cosmos e de culto a mãe terra. Este conjunto de rituais era “(...) impregnado da cor da terra, sagrada na realização dos seus roçados e na construção das suas casas tradicionais (...)” (FINOKIET, 2010, p. 23).

Em 1610, os Jesuítas se instalaram na região do estudo e realizaram o primeiro processo de colonização pela fé, com os indígenas. Este processo aconteceu por meio da força, do convencimento e dos símbolos que modificaram as comunidades existentes. Esta colonização transformou os aldeamentos indígenas em cidades, com nome de reduções. Nestas reduções foram introduzidos o gado e a exploração comercial da erva mate no Rio Grande do Sul, além de aproveitarem muitos conhecimentos indígenas do trabalho coletivo em mutirão, da domesticação de plantas e de práticas agrícolas, como o cultivo da mandioca, do feijão e das abóboras:

A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim aos seus desejos e esperanças. Dito de outra maneira: não há condição colonial sem um enlace de trabalhos, de cultos, de ideologias e de culturas (BOSI, 1992, p. 377).

Depois deste processo inicial de colonização, a partir das guerras e disputas entre espanhóis e portugueses sobre este território e da saída dos Jesuítas,

---

<sup>52</sup>O detalhamento da metodologia utilizada no conjunto da dissertação, encontra-se na introdução desta.



permaneceram por aqui muitas pessoas, conhecidas como posseiros, que exploravam as terras devolutas e se dedicavam a própria subsistência, plantando em pequenos roçados alimentos e realizando a exploração comercial de erva-mate, heranças da cultura missioneira. Segundo (ZARTH, 1996, p. 25).

(...) a erva-mate estimulou milhares de homens a embrenharem-se nas matas, onde se instalaram como extrativistas e agricultores de subsistência. O mate consistia numa das raras oportunidades do posseiro alcançar o mercado e desta forma obter condições de trocar seu trabalho por mercadorias de consumo ou dinheiro.

Deste período há muitos registros de trabalhos realizados em cooperação, como o caso do mutirão<sup>53</sup> para a colheita da erva-mate, mas não há registros da formação de cooperativas. A economia do Estado era centrada na produção de erva-mate, na região do planalto e gado, ao sul. O Estado fez grandes investimentos na imigração dos europeus para colonizar estas terras de mata pelo trabalho “de homens brancos e livres” em detrimento das populações que já moravam por aqui, os caboclos.<sup>54</sup> A imigração dos europeus ao Rio Grande do Sul promovida pelo Estado, da época, foi realizada com o objetivo de ampliar a produção interna de alimentos no país e fomentar a comercialização de terras supostamente para dinamizar a economia.

A solicitada imigração dos colonos europeus, amparada por um discurso ideológico em torno do espírito de trabalho, foi parte de uma estratégia, na qual coube àqueles o papel de agricultores para o mercado interno e, principalmente, o de compradores das terras florestais nas mãos dos estancieiros. Aos lavradores nacionais, os caboclos, foi reservado o trabalho nas estâncias pastoris em substituição ao escravo e nas companhias de colonização; além de formarem as fileiras das milícias particulares dos chefes políticos locais (ZARTH, 1996, p. 94).

Na região do estudo, a partir desta colonização programada e posteriormente com a abertura de linhas férreas para Ijuí e Santo Ângelo, são alteradas as relações

<sup>53</sup>O mutirão ou putchirão utilizado pelos lavradores – extrativistas é um expediente largamente utilizado pelos lavradores livres de todo o Brasil. Deste modo, um agricultor individual resolve o problema da execução de trabalhos que exigem muita mão-de-obra – como uma derrubada ou uma colheita -, trocando serviços com seus vizinhos. O beneficiado do mutirão, naturalmente, ajuda outro vizinho nas mesmas condições (ZARTH, 1996, p.172).

<sup>54</sup>Para conhecer mais detalhadamente sobre a imigração dos colonos nas regiões fronteira noroeste e missões do Rio Grande do Sul, ver: ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920**. in: Coleção Estudos Departamento de Estudos Sociais. UNIJUÍ. Ed. UNIJUÍ. Ijuí, 1996.

sociais, econômicas e a paisagem. No lugar da mata cresceram muitas cidades e vilarejos. Começava um novo momento do desenvolvimento regional organizado a partir da produção de alimentos, não mais para a subsistência, mas para abastecer as cidades no sul e sudeste. Depois de 1930, grupos de agricultores que viviam nestas comunidades, passaram a ser estimulados por religiosos, seguindo a tendência nacional, para organizar cooperativas.

Neste período, muitas cooperativas foram criadas objetivando ampliar a produção de alimentos sem ferir os interesses dos grandes proprietários, no caso, dos cafeicultores nas regiões Sudeste e Sul do País, ou dos estancieiros do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o cooperativismo que já acontecia em algumas experiências no país e vinha sendo “(...) praticado com êxito por produtores, (...) é assumido pelo Estado como a solução ideal para os problemas da época: a revolução branca no campo” (FLEURY, 1983, p. 46), implementada através de leis e tributos que beneficiavam as cooperativas.

Foram formadas muitas cooperativas, “mas aquelas que prosperaram eram as que eram vinculadas a produção de alimentos e que correspondiam a um projeto de um grupo de produtores, visando melhorar suas condições de sobreviver no mercado” (FLEURY, 1983). Os agricultores se organizavam como no caso da “Cooperativa de Produtos Suínos de Buricá”, em Três de Maio, na época distrito de Santa Rosa, que chegou a ter 600 sócios, e entre seus objetivos estava a defesa da produção suína dos associados e a industrialização dos suínos, como a banha (SCHONARDIE, 2008). Este foi um dos exemplos ligado a uma necessidade forte da época que era a produção e industrialização de suínos para chegar ao mercado consumidor de banha.

Neste período, começaram a ser criadas na região do estudo muitas cooperativas locais, de comercialização, sendo que poucas se ocupavam da agroindustrialização. A maioria das cooperativas funcionava como armazéns de compra e venda de alimentos, tecidos, ferramentas e outros produtos para os agricultores familiares camponeses.<sup>55</sup> Estas cooperativas substituíram ou incorporaram, em boa medida, os intermediários ou comerciantes locais, pois “(...)

---

<sup>55</sup>Afora a cooperativa de Buricá, não há registros de cooperativas, nesta Região, atuando neste período na industrialização de alimentos, sendo que estes eram realizados pela iniciativa privada e eram voltados, “(...) ao abate de suínos, mas também à fabricação de manteiga, de amido, de óleos vegetais, de farinha de trigo e de trilhadeiras” (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981, p.124-5 in MENASCHE, 1996, p. 44).

surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das necessidades coletivas. (...) seja por intempéries, seja pelas dificuldades de armazenamento ou de escoamento (...) ou a ação dos intermediários (...)" (ARAÚJO, 1980, p.119).

Estas cooperativas foram organizadas sob a influência e auxílio das Igrejas em vários locais e participaram da consolidação da comercialização de suínos, tornando-se fonte de renda importante para os agricultores familiares camponeses da época. Deste período não há registros sobre a participação de mulheres nos quadros de associação das cooperativas.

As cooperativas com este formato de comercialização de muitos produtos, mesmo que em poucas quantidades, e servindo de armazém para abastecer seus associados se fortaleceram e constituíram parte importante da estrutura de comercialização regional:

Depois as cooperativas, que também compravam o porco, e onde também se abastecia do necessário para o consumo da família. "*Cada poucas comunidades, quando não cada comunidade, tinha sua cooperativa, que era administrada pelos próprios colonos*" (...). "*Eram estruturadas em cima da diversificação que existia*". (MENASCHE, 1996, p. 49).

No final da década de 1960, as cooperativas consideradas mistas perderam suas vantagens fiscais e se fragilizaram. Neste mesmo período são organizadas por médios e grandes produtores outras cooperativas na Região do estudo, em função da produção de trigo, as chamadas "cooperativas tritícolas". Nesta década, após o golpe militar, o Estado Brasileiro estabeleceu um plano agrícola nacional chamado de "modernização agrícola". Este plano organizou uma nova legislação para as cooperativas e a execução das políticas públicas de crédito, armazenamento e comercialização pelas cooperativas de novas matrizes de produção. As cooperativas passavam novamente a ser subsidiadas, por uma concepção aparentemente de que a cooperativa, "(...) tem como objetivo fundamental propiciar o desenvolvimento dos produtores, (...), ela constitui um elemento privilegiado neste processo de modernização da agricultura" (FLEURY, 1983, p. 51). Porém, esta "modernização agrícola" alterou a cultura local e propiciou com recursos públicos abundantes e direcionados a chegada do capitalismo no campo, em grande medida, via cooperativas.

As cooperativas tritícolas apresentavam facilidades comerciais e de crédito que atraíam a confiança dos agricultores familiares camponeses, e passavam a simbolizar e a “(...) representar a parte principal e mais moderna das atividades primárias desenvolvidas pelo estado” (BENETTI, 1985, p.253). Naquele momento os agricultores familiares camponeses vislumbravam, na associação às cooperativas, a possibilidade de melhoria de sua condição de vida com o cultivo desta nova planta chamada soja. As lavouras de soja, milho e trigo adubadas produzindo muito além do esperado; o crédito facilitado e disponibilizado somente pelas cooperativas e direcionado para a cultura da soja; grandes armazéns construídos nas cooperativas para o recebimento de grãos substituíam os modestos armazéns de madeira.

Também a legislação foi alterada para permitir vantagens que facilitassem a atuação das cooperativas no recebimento e comercialização de grãos. Além da legislação, a política agrícola geral proporcionou a estas cooperativas intermediar todo o processo de modernização agrícola e suprir a falta do Estado. Elas intermediavam crédito, venda de insumos, máquinas e escoamento da produção direcionada aos produtos para exportação e também vários serviços sociais aos associados. Do ponto de vista social, as cooperativas também ampliavam sua ação com os agricultores, realizando funções de políticas públicas diretamente aos associados. Sendo assim,

(...) sua importância não repousa apenas em razões de ordem econômica. É preciso não esquecer que esse cooperativismo – face à ausência total de políticas públicas de bem-estar social para as populações agrárias – se constitui no único suporte de uma ampla camada de pequenos produtores agrícolas (BENETTI, 1985, p. 253).

As cooperativas, porém, cresceram em capacidade e número de associados, com base numa política de “(...) expansão empresarial [que] correspondeu à política de crescer aceleradamente, via endividamento” (BENETTI, 1985, p.260). Tal endividamento foi estimulado pelo Estado e centrado na comercialização para exportação de poucos produtos, que provocaram fragilidades no sistema cooperativo. Esta fragilidade é apontada em vários estudos, como o de uma cooperativa de cafeicultores no Paraná: “à medida que cresciam os compromissos financeiros da cooperativa (...), maior parte das sobras eram capitalizadas e não rateadas aos cooperados na proporção de suas operações” (ARAÚJO, 1980, p. 92).

Assim, as cooperativas se distanciavam da maioria de seus associados, os agricultores familiares camponeses.

No caso da região estudada do Rio Grande do Sul, além do endividamento destas cooperativas financiado pelo Estado, a modernização agrícola conservadora promoveu um caminho único, “na forma de surto” de desenvolvimento no período de 1960-70 (BENETTI, 1985). As únicas culturas agrícolas que tinham crédito, comercialização, tecnologia de produção e preço eram a soja e o trigo.<sup>56</sup> A política de incentivos e investimentos da época moldou culturalmente toda uma Região para uma monocultura de exportação.

Este monocultivo tomou lugar da produção de alimentos inclusive para abastecimento local. As tecnologias também foram direcionadas de forma que, “(...) as culturas para a exportação e para a agroindústria tiveram uma forte ascensão tecnológica, que não beneficiou as culturas básicas”<sup>57</sup> (MARTINE, 1987, p. 85). Estas culturas de exportação e para grandes agroindústrias foram consideradas “dinâmicas” pelo Estado brasileiro.<sup>58</sup> Era um volume muito grande de recursos públicos investidos e canalizados a uma só cultura. O Rio Grande do Sul foi, na década de 1970, o segundo Estado mais beneficiado em termos de volume de recursos destinados ao crédito rural, (...), cerca de 40% dos recursos para custeio aplicados no estado destinavam-se à cultura da soja (FURSTENAU, 1988 apud MENASCHE, 1996, p. 56).

Este formato de políticas públicas dirigido à modernização agrícola, introduziu o capitalismo no campo e a agricultura passava a ter outro foco para a indústria nascente,<sup>59</sup> tornava-se um mercado consumidor muito promissor. No caso da Região estudada as cooperativas exerceram um papel fundamental para a implantação deste sistema,

---

<sup>56</sup>Este modelo se expandiu rapidamente para outras regiões do estado, no noroeste do Paraná e continuando em meados de 1980, no Mato Grosso, conduzindo os agricultores a uma dependência econômica de praticamente só um produto, a soja.

<sup>57</sup>Culturas básicas entendidas como feijão, mandioca e outras de caráter regional comuns no prato dos brasileiros.

<sup>58</sup>Os critérios estabelecidos pelo estado brasileiro para utilizar recursos públicos e considerar as culturas “dinâmicas”, eram simplesmente as culturas que possibilitavam atender a indústria nascente e que serviam para fomentar grandes complexos agroindustriais ou eram passíveis de exportação e geravam divisas internacionais. A produção de alimentos para o abastecimento da população brasileira não fez parte desta estratégia.

<sup>59</sup>“(...) não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial em termos de máquinas e, posteriormente, de outros insumos agrícolas” (MARTINE, 1987, p. 20).

Facilitando a obtenção de crédito por parte dos pequenos agricultores e, através das atividades de assistência técnica e comunicação, promovendo a adoção do pacote tecnológico, a ação das grandes cooperativas cumpriu, devido à sua capilaridade, papel fundamental na incorporação desses agricultores ao processo de modernização da agricultura (MENASCHE, 1996, p. 72).

As cooperativas tritícolas foram criadas e/ou estimuladas pelo Estado a crescer e a exercerem o papel de intermediação de políticas públicas para a comercialização de grãos. Já as cooperativas mistas, ou se adaptavam e se fundiam criando cooperativas maiores e com estrutura para o recebimento de grãos, ou desapareceriam. A estrutura em que se organizavam anteriormente, e que absorvia a produção de alimentos da agricultura familiar camponesa não correspondiam ao projeto governamental. E, permanecendo à margem do sistema de crédito e dos incentivos governamentais, facilmente entravam em falência. Com o direcionamento governamental das estruturas das cooperativas para a comercialização de grãos, os alimentos produzidos pela agricultura familiar que eram comercializados em pouca quantidade e diversidade pelas cooperativas mistas perderam seus espaços de comercialização.

Como consequência deste processo acelerado, os agricultores familiares camponeses homens passavam a se associar e a comercializar nas grandes cooperativas, muitas já criadas por outras categorias de agricultores, transformando rapidamente a produção familiar em monocultivos de soja. As mulheres agricultoras familiares camponesas simbolicamente tornavam-se “ajudantes” na produção de soja, vista como produção masculina e ser reconhecidas como “mulheres dos associados das cooperativas”. Elas também passaram a ocupar pequenas áreas marginais nas propriedades para continuar a produção de alimentos para o consumo da família. As agricultoras familiares camponesas neste período mantinham e ao mesmo tempo rompiam de maneira tímida a invisibilidade nos espaços de comercialização de alimentos diretamente de porta em porta e em feiras. A cultura regional foi afetada pelas mudanças e as relações sociais começavam a se alterar.

Nesta junção de interesses, do Estado e das empresas que consolidavam um setor exportador de grãos, os aspectos sociais e políticos das cooperativas acabavam sendo negligenciados. O processo de participação e a distribuição de riquezas foram assim comprometidos, sendo que uns associados acabavam sendo mais beneficiados que os outros:

A dúplice natureza de reunir um grupo de associados e também constituir-se em um empreendimento a serviço das economias particulares faz da organização cooperativa uma forma societária de penetração no mercado. Exerce tanto a função de obtenção quanto de colocação de bens, mantendo a posição intermediária entre os agricultores e o mercado. Por outro lado, em nível de discurso cooperativista, deve-se apresentar como instrumento de redistribuição de riqueza e participação social.(...) sua organização e funcionamento e sua composição social, expressos em formas participatórias por intrincada rede de relações sociais (ARAÚJO, 1980, p. 03).

As cooperativas, ao ampliar rapidamente o número de associados e adotar uma relação de comércio que envolve negociações de comércio exterior e cotações de bolsas de valores, vão se complexificando e dependendo cada vez mais dos técnicos especializados. Ao se transformar cada vez mais em complexos empresariais, as cooperativas se distanciavam de grande número de seus associados. Elas sacrificavam a possibilidade de participação dos associados de forma democrática e a distribuição de sobras, que era sempre reinvestida em negociações, nem sempre de interesse da maioria dos associados. Os interesses externos e de pequenos grupos de associados conduziam e moldavam as cooperativas.

Esta democracia formal era reforçada, inicialmente, por sucessivas gestões com falta de transparência com o poder decisório centrado na diretoria e a presença forte do estado. Tal situação resultava em assembleias “comprometidas”, além das poucas opções de participação dos associados e de formas de adesão para novas associadas.

Esta participação dos associados está formalizada na organização cooperativa e detalhada em regimentos internos e regras determinadas por dirigentes e assessores e ratificadas por assembleias dos associados das cooperativas. “Sem democracia não há verdadeira cooperação, no sentido de uma cooperação voluntária e livre” (SCHNEIDER, 1991, p. 68). Por outro lado, o grau e as formas de participação dos associados, as possibilidades de associação para novos sócios, e como acontecem as decisões importantes são indicadores do grau de democracia instalados nas cooperativas:

A participação é a essência da cooperativa e, quanto melhor estiverem envolvidos os associados com as causas do coletivo, melhor será sua organização. Para que a cooperativa tenha o comprometimento dos

associados e resultados satisfatórios do ato cooperativo, o poder decisório precisa estar organizado de tal maneira que permita a participação de cada um nos assuntos mais importantes (ANDRIOLI, 2007, p. 59).

Com esta estrutura sendo a principal repassadora das políticas públicas, na época, em especial de crédito e comercialização, vinculadas a um só produto, no caso a “moeda soja”, a livre adesão dos sócios era praticamente induzida. Os agricultores familiares camponeses ou plantavam soja e se associavam à cooperativa ou não tinham acesso às políticas públicas tais como: crédito, assistência técnica e comercialização. Eles não tinham escolha de se associar ou não as cooperativas: era uma necessidade imposta.

Como um dos resultados, as cooperativas cresceram em número de associados, mas operavam mais como empresa do que uma associação de pessoas que debatem e se organizam em busca do bem comum. O predomínio das relações econômicas, estabelecidas ao longo dos anos, pelas cooperativas, em detrimento das relações sociais com seus associados, ou mediante visão paternalista dessas relações, ampliou a complexidade da definição dos rumos da cooperação, enfraquecendo os mecanismos de participação.

A participação e a democracia cooperativa têm sido comumente referidas como garantidas aos associados baseada nos princípios, estabelecidos pela ACI, da livre adesão e de ‘um homem, um voto’, “sem discriminações de ordem econômica, religiosa, política, sexual ou social” (SCHNEIDER, 1991, p. 85).<sup>60</sup> Porém, estes princípios e sua aplicação se basearam no pensamento liberal da época, para criar esta formulação. Esta forma de pensamento credita as conquistas somente às capacidades individuais de negociação dos indivíduos, desprezando o efeito dos sistemas políticos e da cultura das sociedades sobre o agir das pessoas.

Como ressalta Marx, o capitalismo estabelece relações sociais em todos os espaços de trabalho que provocam a exploração de um ser humano sobre o outro, na busca da acumulação do lucro privado (MARX, 2002). Neste sentido, os princípios e as decisões tomadas no âmbito das cooperativas estão sujeitas a influência do sistema econômico em que ela opera e as relações sociais que dele derivam. “Por isso, seria ingênuo acreditar, como o faz grande número de

---

<sup>60</sup>Os pioneiros de Rochdale estavam adiante dos regimes democráticos de Estado vivenciados naquele período, com suas propostas. Mesmo a França, a primeira nação a instituir o voto universal, a partir da revolução de 1848, estabelece um voto não totalmente universal, pois ainda excluía as mulheres e os analfabetos dos processos decisórios.



pensadores da tradição liberal, na capacidade espontânea das pessoas de organizar um pluralismo eficaz e representativo de todos os grupos sociais” (KYMLICKA, 1999 apud GUERÍN, 2005, p. 85).

Portanto, a centralidade na democracia representativa através do voto em representantes eleitos na assembleia geral e na consulta ao máximo de associados têm se conformado no núcleo central da democracia cooperativa, expresso na lei <sup>61</sup>. Porém, estes mecanismos de representação têm sido insuficientes para garantir a tomada de decisões baseadas nos interesses da maioria dos associados, visto sua diversidade de interesses de classes e de gênero a que pertence:

O que constitui o núcleo desta concepção liberal de democracia não é o conteúdo e formas reais de participação das bases sociais na gestão econômica, nem a estrutura interna de poder, nem o caráter prático da assembleia geral e dos órgãos de gestão e controle, nem o papel de longo alcance que podem desempenhar as estruturas de integração cooperativas na transformação da sociedade em seu conjunto e na criação de consciência e hábitos para a vida democrática, senão a aplicação mecânica e formal do princípio a cada pessoa, um voto (GARCIA, 1976, p. 119).<sup>62</sup>

A aplicação mecânica e formal do princípio que prevê “cada pessoa um voto”, estabelece uma idéia de neutralidade, onde não se levam em conta as desigualdades de oportunidades e de inserção social de cada membro da cooperativa, inclusive como motivador para sua associação. Esta suposta neutralidade também afeta os processos educativos desencadeados pelas cooperativas. A pouca participação e a educação cooperativa para a tomada de decisões acaba atendendo interesses de grupos pequenos no universo das cooperativas. Os mecanismos democráticos de tomada de decisão têm ficado restritos aos formalismos legais, desestimulando a participação dos associados:

---

<sup>61</sup>Lei n 5764 de 16 de dezembro de 1971, que estabelece a política nacional de cooperativismo. Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

<sup>62</sup>Lo que constituye el núcleo de esta concepción liberal de democracia no es el contenido y formas reales de participación de las bases sociales en la gestión económica, ni la estructura interna de poder, ni el carácter práctico de la asamblea general y de los órganos de gestión e control, ni el papel de largo alcance que puedan desempeñar las estructuras de integración cooperativa en la transformación de la sociedad en su conjunto y en la creación de conciencia y hábitos para la *vida democrática*, sino la aplicación mecánica y formal del principio a cada persona, un voto (GARCIA, 1976, p. 119).

(...) A máscara ideológica do *neutralismo social* é a igualdade formal das pessoas, que transborda o marco dos interesses de classe [e de sexo] e que pretende uma conciliação de contrários. Dentro desta noção liberal de democracia como conciliação de contrários e como substituto do confronto de classes, tem sido possível transpor – ao interior das cooperativas – toda a estrutura social com seus antagonismos e suas regras de poder (...) (GARCIA, 1976, p.118).<sup>63</sup>

A reprodução da estrutura social e as regras de poder transpostas pelas relações sociais, estabelecidas na sociedade, embora muito incisivas, de outro modo, não impedem que ocorra algum grau de cooperação entre as pessoas. Esta cooperação permite estabelecer uma organização entre seus membros para superar dificuldades impostas pelo capitalismo em prol da sobrevivência econômica destas pessoas que negociam entre si. Esta negociação permite, muitas vezes, ao grupo que coordena exercer o poder sem controle e participação efetiva dos associados. O grupo que coordena também representa os interesses de uma categoria de agricultores, não necessariamente o grupo majoritário:

Paradoxalmente, a cooperação econômica, formalmente institucionalizada, surge como reação à intensa divisão do trabalho, que separa as atividades de produção e do comércio, modernamente como na agricultura. Assim, a nova cooperação que surge, instituída legalmente, tenta recuperar espaços cedidos a outros (os intermediários, por exemplo), no processo produtivo, na realização de valores e acumulação de capital. Internamente a divisão apresenta-se na medida em que são delegadas tarefas, a cargo da cooperativa, delegação que exige, também controle por parte do produtor (ARAÚJO, 1980, p. 129).

Porém, esta ação sobre o processo produtivo também exige o controle, por parte dos associados, do processo democrático instalado na cooperativa, reafirmando e contribuindo para ampliar os mecanismos de participação democrática nesse espaço:

Por participação política, de uma forma generalizada, se entende todo o envolvimento do associado com os rumos da cooperativa, através de reuniões, assembléias, conselhos, comitês e outras formas de organização com funções de comunicação, de debate, de crítica, de controle ou de sugestões. (...) o sentido é instrumental (FRANTZ, 2001, p. 05).

---

<sup>63</sup>(...) La máscara ideológica del *neutralismo social* es la igualdad formal de las personas, que desborda al marco de los intereses de clase [e de sexo] y que pretende una conciliación de los contrarios. Dentro de esta noción liberal de democracia como conciliación de contrarios e como substituto de la confrontación de clases, ha sido posible transponer – al seno de las cooperativas - toda la estructura social con sus antagonismos y sus reglas de poder (...). (GARCIA, 1976, p.118).

Este predomínio das relações econômicas distantes e impostas aos agricultores familiares camponeses, também proporcionou, além da “livre adesão” induzida, a representação descomprometida com a maioria dos associados, somente com as “demandas dos mercados” que acabavam pelo processo de democracia formal, com pouco controle e baixa participação, executado no interior destas cooperativas favorecendo pequenos grupos em detrimento de toda uma categoria de agricultores familiares. FLEURY (1983) constata a diferença de participação de grandes e pequenos agricultores nas decisões das cooperativas de leite, por ela estudadas, em São Paulo:

Na cooperativa organizada segundo o “modelo democrático”, observamos serem propícias as condições para que certos grupos se apropriem do poder e o utilizem em benefício próprio. Estes grupos, formados pelos grandes produtores, notadamente os produtores capitalistas, (...) aqueles que realmente participam da vida política da cooperativa, revertendo esta participação em vantagens econômicas (FLEURY, 1983, p. 99).

ARAÚJO (1980) também desenvolve argumentos semelhantes ao estudar uma cooperativa de processamento de café e algodão no Paraná:

As evidências levam a concluir sobre a participação desigual das diferentes categorias de associados nos processos de gestão, decisão e efetivo fruir dos bens e serviços prestados pela instituição. Estas diferenciações participativas entre os produtores emergem, apesar do discurso de igualdade, equidade e democracia. O controle da organização permanece nas mãos de uma fração de classe, especialmente os grandes produtores e proprietários (ARAÚJO, 1980, p. 270).

Esta situação perdura, pois estabelece graus de dependência entre as categorias de produtores, e apesar de, na maior parte dos casos, os agricultores familiares camponeses constituir a maioria, são os que menos têm benefícios com a sociedade cooperativa. Porém, estes mantêm o vínculo com as cooperativas por necessidade, em especial, de canais de comercialização. Fleury destaca o processo de participação que é desenvolvido por estes grupos nas direções das cooperativas para desenvolver somente seus negócios particulares, quando “(...) assumindo o poder através da eleição de uma diretoria, desenvolvam uma série de mecanismos, que em última instância se refletem sobre a rentabilidade de suas explorações” (FLEURY, 1983, p. 99-100).

Então, ao retomar o fundamento da participação cooperativa, estas experiências demonstraram as dificuldades na negociação entre categorias diferentes de agricultores. É possível vislumbrar, nesse sentido, que

(...) a articulação das várias categorias de produtores no interior da cooperativa se processa muito mais no sentido de favorecer os grupos dominantes, os produtores capitalistas. Este processo não implica, no entanto, na destruição das outras categorias de produtores que, pelo contrário, se configuram como peça essencial à reprodução não só da cooperativa, como dos próprios produtores capitalistas (FLEURY, 1983, p. 144).

Esta permanência dos agricultores familiares camponeses nas cooperativas, mesmo sendo prejudicados, também era sustentada pelas políticas públicas que eram executadas institucionalmente quase que exclusivamente pelas cooperativas. Na região do estudo, estas diferenciações que promoviam a exploração interna na cooperativa, também eram percebidas por muitos agricultores familiares camponeses, que ampliavam seu grau de desconfiança e insatisfação com a cooperativa. Porém, sua permanência era essencial à reprodução da cooperativa, pois estes vislumbravam poucas alternativas de comercialização e de compra dos insumos, primeiro com a soja e o trigo e mais tarde com o leite.

As “diferenciações participativas” também afetaram as mulheres agricultoras familiares camponesas, que raramente eram associadas das cooperativas. Até a década de 1990, nem documentos de identidade estas mulheres possuíam; elas eram consideradas pelo estado e pela sociedade extensões dos maridos. Este processo capitalista implantado pelo estado brasileiro, chamado de modernização no campo, favoreceu as cooperativas somente como um sustentáculo na comercialização dos produtos das indústrias para os agricultores e na comercialização dos produtos agrícolas para exportação.

Na esteira desta relação construída, a prioridade era a produção das culturas de exportação e para garantir o processo de consolidação do capitalismo no campo, foram reforçados os mecanismos que intensificavam a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar camponesa, invisibilizando e excluindo as mulheres do processo produtivo instalado:

A modernização, patrocinada pelo Estado, é dirigida apenas ao produtor (homem) (...) O Estado não reconhece na mulher um agente de transformação social. Dentro das linhas políticas voltadas para esses pequenos produtores, as prioridades são técnicas e econômicas e não

sociais(...) Ao invés disso, [as mulheres] permanecem como elemento oculto, subentendido, isolado (PANZUTTI, 2006).

Neste sentido, as mulheres não eram vistas como possíveis associadas, pois não eram consideradas agricultoras. No processo de modernização, com crescimento desenfreado, as cooperativas já possuíam um grande número de associados homens. Algumas cooperativas como a Cooperativa Triticola Serrana (COTRIJUÍ), para dar conta do grande número de associados e favorecer a comunicação e a participação dos já associados, criaram sistemas e departamentos de comunicação e educação:

Assim, inspirados na experiência de organização dos agricultores em pequenos grupos, chamados núcleos de base, do MCBI, e no seu uso político como base para um sistema de comunicação entre associados e cooperativa, muitas cooperativas agrícolas a partir de 1957, passaram a organizar sistemas de comunicação e educação. (FRANTZ, 2001, p. 17).

Este sistema de comunicação e educação era responsável por reunir os agricultores, preparar as assembleias, manter os agricultores informados via rádios e jornais dos acontecimentos da cooperativa bem como de promover cursos de formação Cooperativista. No final da década de 1980, o Estado brasileiro começava a se retirar do mercado e a crise começava apontar as fragilidades deste sistema cooperativo estruturado na base de endividamentos.<sup>64</sup> As cooperativas na busca de soluções frente a esta crise, além da renegociação das dívidas procuravam estabelecer novas relações de gestão e de comunicação e participação de seus associados.

Segundo Schneider, a Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO)<sup>65</sup> orientou e apoiou, a partir da experiência da COTRIJUÍ, a criação dos departamentos de educação e comunicação cooperativa em todas cooperativas filiadas ao sistema (SCHNEIDER, 1991). Estes mecanismos de ampliação da participação possibilitaram uma melhor comunicação das cooperativas

<sup>64</sup>Enquanto aumentavam os endividamentos começavam a cair os preços da soja, que "(...) tendo por base os preços recebidos pelos produtores do Paraná, (...) o preço médio da soja no período 1986-90 equivalia a apenas 64,8% do preço médio recebido no período 1976-1980." (MENASCHE, 1996, p. 20). Esta situação de crise também fortaleceu o êxodo rural, com a saída de muitas famílias do meio rural.

<sup>65</sup>FECOTRIGO - Esta foi criada em 1958 para "tutelar e representar suas filiadas perante os poderes públicos", embora devesse apoiar toda a atividade econômica da cooperativa singular, sua associada (BENETTI, 1985).

com os associados, mas pouco alteraram a sucessão na direção das cooperativas e a participação das mulheres.

Este final da década de 1980 foi um período de redemocratização do país e, junto a isso houve queda violenta nos preços dos produtos, empobrecimento e perdas de terras pelos agricultores familiares camponeses. Também neste cenário aconteciam “(...) mudanças do crédito rural e a expansão da produção empresarial de grãos na região Centro-Oeste.” (MENASCHE, 1996), um forte êxodo rural e muitos movimentos sociais se organizando ou se constituindo no campo. Neste momento conjuntural começava a despontar um grau de instabilidade e desconfiança em contraste com a euforia anterior e no caminho adotado pelos agricultores familiares camponeses. Assim, começava a se forjar uma crítica à “monocultura da soja” e também às cooperativas, vistas como base de implantação e sustentação deste modelo:

Essa visão de monocultura é construída no momento em que essa agricultura familiar modernizada percebe que sua reprodução social está ameaçada, se percebe em situação de risco. O risco da dependência monetária de um único cultivo, o risco de depender da venda da soja para comprar até mesmo alimentos, (...) que agora coloca em risco a subsistência da família (MENASCHE, 1996, p. 21 e 23).

As cooperativas tritícolas haviam se tornado grandes conglomerados, com inúmeros associados. Aos olhos dos associados, em função do número de associados, da distância das direções, da enorme movimentação financeira e de grandes e vistosos investimentos em obras físicas para armazenagem de soja, as cooperativas passavam a ser denominadas por estes de *grandes cooperativas*.<sup>66</sup>

Neste momento, o movimento sindical de trabalhadores rurais, retomando suas lutas, começava a se fortalecer ao ecoar esta crítica, explicitar e demarcar as diferenças dos agricultores familiares camponeses em relação aos grandes produtores. Assim, “a crítica às grandes cooperativas é construída no mesmo processo em que se constrói a crítica ao modelo agrícola” (MENASCHE, 1996, p. 25). Das lutas e do enfrentamento com o Estado, inclusive com uso de força militar, ocorre um processo de afirmação política e de identidade dos agricultores familiares camponeses:

---

<sup>66</sup>Grifo nosso.

Nesse processo de afirmação política, centrado no enfrentamento ao Estado, algumas oposições iam sendo construídas: produção para subsistência e/ou produção de alimentos *versus* monocultura, pequenos *versus* grandes. (...) (MENASCHE, 1996, p. 25, 26).

Começava, assim, a ser fortalecido o discurso associado da produção para a subsistência e as movimentações em direção à produção de alimentos, chamada de diversificação da propriedade em oposição à monocultura da soja, que no momento de crise dos preços, evidenciava a vulnerabilidade econômica e alimentar a que a agricultura familiar camponesa estava exposta.

Diante daquele contexto de dificuldades vivenciadas pelos agricultores familiares camponeses, ocorrem processos de lutas que proporcionam a muitos/as agricultores e agricultoras familiares camponeses vivenciar e se reconhecer como pessoas que participam, lutam e conquistam direitos. Estas lutas envolveram muitas ações diretas como boicotes na entrega de produtos na indústria, trancamentos de estradas, retiradas de marcos na luta contra a construção de barragens e marchas na luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais, bem como pelo seu reconhecimento como trabalhadoras.

Também neste período, é retomada a luta pela terra, com apoio do movimento sindical. Era um momento de muitas incertezas, mas de fortes mobilizações por direitos que afetavam a vida das pessoas, em 1986, o governo lança um pacote econômico desregula os contratos de crédito rural e congela os preços dos produtos agrícolas. Os agricultores familiares realizam trancamentos de estradas e outras mobilizações e conquistam a isenção da correção monetária<sup>67</sup> (MENASCHE, 1996).

Todas estas intensas movimentações e conquistas decorrentes destas desigualdades, aconteceram e fortaleceram as estruturas sindicais e de movimentos sociais e foram reconstruindo as identidades e diferenças dos agricultores familiares camponeses.

---

<sup>67</sup>Passadas as eleições de novembro/86 o governo lança o Cruzado II", onde entre outras medidas, era descongelada a OTN, que regulava os contratos de crédito rural. Apenas entre fevereiro e março de 1987 a otn daria um salto de 70%, sendo que continuavam congelados os preços dos produtos agrícolas e a taxa de câmbio (BRUNET, 1990, p.17 apud MENASCHE, 1996, p. 28) Segundo Menasche, A luta contra a correção monetária, foi uma luta dos pequenos agricultores organizados pelos sindicatos de trabalhadores rurais, capitaneados pelos sindicatos de trabalhadores rurais ligados a CUT, relatos da assembleia da FETAG deixava claro que esta era uma luta dos pequenos e não mais dos agricultores. Esta intensa mobilização e trancamentos de estradas conquista a isenção da correção monetária para os contratos dos pequenos agricultores , como era chamada esta desregulação. Foi uma vitória do movimento dos pequenos agricultores.

Mulheres e homens começavam a retomar a centralidade do papel da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos, sob a força da subsistência. Paralelamente, movimento sindical e movimentos sociais conduzem suas lutas e debates sobre a produção de alimentos e os modelos de comercialização necessários para garantir a subsistência e a renda da família, no que inicialmente se chamava diversificação de culturas. Neste sentido, as cooperativas também eram questionadas por comercializar somente grãos para exportação e tensionadas a aderir à produção de alimentos.

As cooperativas, por outro lado, buscando diminuir o impacto econômico e a fragilidade frente às oscilações de mercado, buscava opções tecnológicas complementares à produção de trigo e soja. Estas opções chamadas de diversificação da produção, pouco alteravam as relações sociais, econômicas e de participação nas cooperativas. As cooperativas permaneciam comercializando e industrializando em grandes complexos industriais a produção da agricultura familiar camponesa, em moldes semelhantes à cadeia da soja. Um dos empreendimentos realizados em conjunto pelas cooperativas foi a Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL).

A proposta da diversificação da produção começaria a se afirmar, ainda com base no discurso da “integração lavoura-pecuária”, mas agora dirigido à pequena propriedade, através da aposta na reativação da produção leiteira, que teria por marcos a criação da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), constituída por 13 cooperativas gaúchas em meados de 1976 (MENASCHE, 1986, p. 79).

Esta central de produção de leite passava a organizar a produção e a comercialização de leite em toda a região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. As cooperativas além do estímulo a produção leiteira passavam também a estimular outros projetos de diversificação da produção. Outra novidade na região Fronteira Noroeste ocorreu através da Cooperativa Tritícola Santa Rosa (COTRIROSA) que, em 1984, estabeleceu um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>68</sup> e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER)<sup>69</sup> para desenvolver projetos de diversificação para

---

<sup>68</sup>UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Agronomia

<sup>69</sup>EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, através de sua gerência regional e escritórios municipais da área de abrangência da cooperativa envolvidos.



produção de hortifrutigranjeiros procurando abranger os agricultores familiares camponeses.

Em 1993, associados da COTRIROSA já produziam frutas aproveitando áreas de microclima quente da região banhada pelo Rio Uruguai e impróprias para o cultivo da soja. Neste período a cooperativa investia em assistência técnica, comercialização e chegou a montar um centro de experimentação para novas culturas. O quadro abaixo ilustra o incentivo da cooperativa na busca da diversificação de culturas.

Quadro 1. Produção de frutas, área cultivada e agricultores familiares envolvidos no projeto de diversificação de culturas na abrangência da COTRIROSA no ano de 1993.

Área cultivada (há)	Cultura plantada	Famílias envolvidas	Produção comercializada *
5	Manga	9	3500 Kg
5	Mamão	20	36.000 Kg
0,5	Maracujá	1	500 Kg
3	Abacaxi	7	1000 frutos
331	Laranja	320	40.000 kg

\*A produção comercializada foi de parte das áreas que já estavam em produção em 1993. FONTE: (BERNARDI, 1993, p. 5).

Conforme o quadro acima, é possível constatar o alcance do projeto que era bastante inovador tecnicamente naquele período, mas que também não modificava substancialmente as relações de participação na cooperativa. Era um processo lento, mas que necessitava uma assistência técnica direta para ser implantado. Além disto, foram acontecendo problemas de comercialização dos produtos diversificados frente à liquidez do produto soja, o que fragilizava as relações da cooperativa com os associados e ampliava as incertezas e desconfianças dos agricultores familiares camponeses com o projeto.

Ademais, “a falta de agilidade na venda dos produtos perecíveis que em algumas vezes acabaram estragando retornando em prejuízos para o produtor, o pagamento abaixo dos preços de mercado são algumas das situações que ocorreram e prejudicaram o projeto diversificado” (BERNARDI, 1993, p. 10). Na década de 1990, a EMATER e a UFRGS retiraram-se do projeto. E, seguindo o desenho das outras grandes cooperativas, a COTRIROSA redireciona seu interesse

para a agroindustrialização, como forma de acelerar o projeto de diversificação das culturas:

(...) a agroindústria se consolidaria no discurso das cooperativas como solução para viabilizar a diversificação da produção. (...) A agroindústria era apresentada como resposta às “alternativas” frustradas, como o ingrediente cuja ausência até então impedira o pleno sucesso da diversificação da produção. (...) No planejamento de atividades da COTRIROSA para o ano de 1993 a agroindustrialização seria eleita a primeira prioridade (MENASCHE, 1996, p. 93, 94).

Os projetos de diversificação iniciavam com bastante assistência técnica para o plantio e, durante aquele período envolviam muitos agricultores familiares. Porém, as cooperativas tinham dificuldades de estabelecer uma política de preços e comercialização definida aos agricultores familiares camponeses. Ocorriam momentos inclusive que a cooperativa não disponibilizava preços aos produtos, muitos bastante perecíveis, que deveriam ser alternativos a soja, tanto no projeto de frutas, quanto depois na agroindustrialização.<sup>70</sup> Vale ressaltar que a soja tinha liquidez na comercialização, era quase como moeda, sempre com preços, mesmo que baixos, mas com possibilidade de comercialização imediata.<sup>71</sup>

Neste período, a reflexão e a ação dos sindicatos de trabalhadores rurais nas lutas, somados aos projetos das cooperativas sem definição, ampliavam o sentimento de desconfiança dos agricultores familiares com relação às cooperativas, que já eram relações frágeis, principalmente depois dos endividamentos e das crises<sup>72</sup>. Sendo assim, o discurso da agroindustrialização provocava intensos debates sobre quem deveria ser o autor e gerir este processo de agroindustrialização: os agricultores ou as cooperativas? Tal questionamento ocorria frente aos problemas já vivenciados anteriormente nos projetos de produção diversificada.

Procurando recuperar a confiança dos associados, as grandes cooperativas modificam suas estruturas para ampliar a participação e a comunicação com os

<sup>70</sup>Esta agroindustrialização tinha um caráter semelhante à estrutura de comercialização de grãos da cooperativa, projetando-se grandes indústrias nos moldes da CCGL.

<sup>71</sup>A cadeia da soja obedecia às regras de preços internacionais. Por ser um produto negociado internacionalmente, os preços se baseavam na bolsa de Chicago, onde era determinado seu valor nas negociações internacionais, por isto seu preço determinado diariamente.

<sup>72</sup>Para ver uma análise detalhada do tamanho da crise por que passaram as grandes cooperativas ver: BENETTI, Maria Domingues et al. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS**. Porto Alegre: FEE, 1985.

associados. Por orientação da FECOTRIGO, assim como a criação do departamento de comunicação, criam-se os núcleos de decisão e escolha dos membros do conselho de administração da cooperativa, se espelhando novamente no processo que vivia a COTRIJUÍ. Os agricultores reunidos nestes núcleos acima citados, a partir dos anos 1980, passaram a escolher os representantes para compor a direção das cooperativas:

Para garantir a melhor democratização possível nas eleições gerais da cooperativa para os cargos de direção, os núcleos cooperativos foram agrupados por distritos. De cada distrito são eleitos, obrigatoriamente, quatro associados para o conselho consultivo, dos quais dois titulares e dois suplentes (...) (FRANTZ, 2001, p. 26).

As grandes cooperativas através da nucleação pretendiam facilitar a participação nas assembleias e democratizar a tomada de decisão dos associados. Elas também criaram mecanismos paralelos de participação de mulheres e jovens, aos seus processos principais de tomada de decisão:

Segundo relatório da diretoria, no exercício de 1981/82, foram realizadas também várias reuniões com esposas e filhas de associados, com a presença de um total de 496 pessoas, iniciando-se um trabalho que deverá levar a família do associado a uma maior participação na cooperativa (FRANTZ, 2001, p. 26).

A partir da criação dos núcleos, são implementadas estruturas paralelas de educação para as “esposas e filhas dos associados”, semelhante ao trabalho realizado pela extensão rural oficial via EMATER. Nestes núcleos, as mulheres não tinham direito a voto para eleger representantes ao conselho de representantes e portanto não participavam nas decisões das cooperativas:

Na COTRIJUI, existem 212 núcleos organizados na Região Pioneira. O trabalho de comunicação e educação junto às esposas e filhas de associados foi sistematizado a partir de 1976, criando-se dentro do Departamento um setor específico para tal finalidade. Atualmente, o trabalho de comunicação e educação junto às esposas e filhas de associados está organizado em 73 núcleos, espalhados por toda a Região pioneira, tendo nas unidades funcionárias, com curso de nível superior, voltadas para economia doméstica e nutrição (FRANTZ, 2001, p. 42).

A partir deste trabalho de nucleação paralela, as mulheres somente participavam das atividades que tratavam de assuntos sociais, com um caráter

fortemente assistencial, e entravam pouco em contato com os temas da comercialização e gestão da cooperativa, ou mesmo das possibilidades de associação e de votação nas assembléias:

Ao lado da programação normal, de reuniões de núcleos e encontros de lideranças e de representantes, estão sendo realizados cursos em todas as unidades da região Pioneira<sup>73</sup> sobre economia e cooperativismo, com a participação de líderes dos núcleos cooperativos das mulheres, de representantes eleitos, de direções de sindicatos, de políticos, de gerentes e funcionários da Cooperativa (FRANTZ, 2001, p. 44).

Os núcleos cooperativos das mulheres eram tratados como uma estrutura a parte, e apesar de participarem dos cursos e atividades das cooperativas, não eram considerados núcleos que elegessem representantes para o conselho de administração da cooperativa, portanto uma representação pela metade. Esta solução encontrada pela COTRIJUÍ de representação para as mulheres, não se repetia nas outras cooperativas, que estavam implantando o sistema de nucleação.

Neste sentido, seguindo a concepção da extensão rural da época, as mulheres eram consideradas como mulheres dos associados ou donas-de-casa e não como agricultoras, possíveis sócias das cooperativas:

No decorrer do ano de 1982 foram realizadas 326 reuniões de núcleo, na Região Pioneira, com a participação de 5244 homens, 1304 mulheres e 1118 jovens, perfazendo um total de 9055 participantes. A média de participantes por reunião foi de 25 pessoas. Além disto, nos 73 núcleos cooperativos de esposas e filhas de associados foram realizadas 501 reuniões, com a participação de 9747 pessoas (...). As líderes representantes dos núcleos cooperativos das mulheres se reuniram 9 vezes, no decorrer de 1982,(...) Foram realizados dois encontros de integração de esposas e filhas de associados com a participação de 700 mulheres. Para as mulheres ainda foram realizados quatro cursos de corte e costura dos quais participaram 96 mulheres (FRANTZ, 2001, p. 43).

As mulheres não participavam do processo de decisão, nem de representação na diretoria, mas participavam ativamente das atividades que eram convidadas a realizar, o que conduz a reflexão sobre o suposto “desinteresse” das mulheres em participar dos assuntos da cooperativa,

---

<sup>73</sup>A Região Pioneira é onde a cooperativa foi criada, Na região Noroeste Colonial, a partir de Ijuí –RS. Em meados dos anos 70, na perspectiva expansionista a cooperativa criou unidades de recebimento e estimulou agricultores a se deslocar para o Mato Grosso do Sul.

(...) realização de excursões de estudo ao Centro de Treinamento da COTRIJUÍ para debate da diversificação da produção primária, envolvendo cerca de 500 pessoas, entre representantes eleitos e mulheres; realização de 54 reuniões com mulheres e funcionários, com participação de 607 pessoas (FRANTZ, 2001, p. 44).

A luta das agricultoras familiares camponesas, nos anos 1980 e 1990, resultaram na emancipação coletiva destas mulheres, que ao serem reconhecidas oficialmente pelo Estado e conquistar direitos sociais e trabalhistas por seu trabalho se fortaleceram para buscar espaços de participação na sociedade. A partir desta luta e reconhecimento, estas mulheres passaram também a refletir sobre os outros espaços em que elas estavam inseridas e sob sua condição, enquanto agricultoras familiares camponesas. Elas continuaram a se organizar e a reivindicar também a participação em outros espaços públicos. Um dos espaços que passou a ser defendido era a comercialização com as cooperativas refletida na remuneração do trabalho para as mulheres, como exemplifica o depoimento de uma dirigente sindical daquela época:

*Nos anos 80 quando os agricultores começam a se organizar através das margaridas, (...) na época mulheres e homens nós não era nada, usava o CPF do meu marido. (...) Aí a gente conquistou espaço, né, aí vinha as briga nas cooperativas, na COTRIROSA fizemos um encontro de 800 pessoas, chamando lá os dirigentes, pois as mulheres tiravam o leite e os homem é que recebiam. Aí tiramos uma comissão e viemos a Santa Rosa (...) (Depoimento liderança sindical mulher).*

Estas reivindicações por reconhecimento da comercialização e por espaços de participação aconteciam em todas cooperativas. As mulheres voltavam para as cooperativas também sua luta emancipatória, a luta enquanto agentes na produção de alimentos, enfim, como associadas. A afirmação “as mulheres é que tiravam o leite e os homens é que recebiam”, verbalizada no depoimento acima, demonstra a tomada de consciência das mulheres sobre a divisão sexual do trabalho e a construção do seu “ser mais” através da luta por espaço político, por representação. Esta expressão concreta da divisão sexual do trabalho visualizada pelas mulheres no trabalho realizado por elas e na tomada de consciência de que elas não decidiam sobre o resultado deste trabalho provocou uma série de movimentos, reuniões e pautas de reivindicações para as grandes cooperativas.

As grandes cooperativas propuseram e implementaram alternativas a esta questão. Estas cooperativas<sup>74</sup> alteraram as normas de seus conselhos de representantes, reconhecendo as mulheres como integrantes da agricultura familiar camponesa, na representação das cooperativas:

De acordo com as normas gerais do Conselho de Representantes, (...) Deverá ser eleito um representante e seu respectivo suplente para cada cento e cinqüenta associados. Poderão votar e ser votados os associados, desde que tenham operado com a cooperativa no último exercício. Cada matrícula tem direito a um voto, que poderá ser delegado à esposa ou parceiro, podendo a esposa também ser votada. As normas já incorporam as conquistas das mulheres que lutam pelo reconhecimento de seus espaços nas organizações cooperativas (FRANTZ, 2001, p. 48).

Estas normas aparentemente responderam as reivindicações das mulheres. Ao estabelecer estas normas, de que cada matrícula poderia delegar a outro integrante da família o direito de votar, as grandes cooperativas transferiam a decisão de quem iria participar e votar, para o núcleo familiar decidir. No entanto, esta saída normativa configura-se num dos limites que continua excluindo até hoje as mulheres de participar da tomada de decisão das cooperativas e de suas direções.<sup>75</sup> Esta exclusão acontece e tem um efeito paralisante no debate sobre a participação das mulheres ao “transferir” a responsabilidade para a família. E, quando este assunto é tratado, produz, na fala de muitos dirigentes e funcionários/assessores de cooperativas, justificações desta exclusão que as mulheres não querem participar e a “lei só permite um voto por família” (depoimento de dirigente de cooperativa).

No decorrer desta pesquisa, ao ser abordado o assunto sobre o baixo índice de associação das mulheres nas cooperativas, vem à tona esta situação da “associação familiar” à cooperativa e dos inúmeros obstáculos para as mulheres se associarem e se auto representarem nas cooperativas, como diz o princípio da livre adesão. A saída encontrada pela COTRIJUÍ na época - e que virou regra para todas as cooperativas - para responder as reivindicações das mulheres fere o princípio

---

<sup>74</sup>A COTRIJUI é que estabelece a primeira mudança em suas normas gerais do conselho de representantes e é seguida pelas cooperativas do sistema FECOTRIGO como forma de atender as reivindicações das mulheres.

<sup>75</sup>Foi verificada nos sites das cooperativas a composição das direções das cooperativas atualmente, como parte integrante da verificação inicial de dados deste trabalho. E o resultado é que nenhuma mulher participa das diretorias atuais das grandes cooperativas da região estudada.

cooperativo democrático da pessoa se auto representar, o famoso princípio de cada pessoa um voto, registrada na cooperativa como uma matrícula.

Ao criar esta possibilidade de delegar um direito fundamental e primário das agricultoras familiares camponesas de se auto representarem, rompe a possibilidade delas neste processo se emanciparem, pois são consideradas suplentes do titular homem. Esta regra formaliza a divisão sexual do trabalho na cooperativa ao delegar uma decisão política à decisão familiar, sendo que a família se encontra impregnada de uma cultura patriarcal. Este obstáculo tem diminuído consideravelmente a plena participação democrática das possíveis associadas e vem reforçar a subserviência das mulheres a uma decisão do marido.

Segundo Hirata, a divisão sexual do trabalho foi sendo construída socialmente para sustentar o capitalismo e desconsidera o imbricamento das relações sociais dentro e fora do trabalho. E qualifica, valora o trabalho de um em relação ao outro somente por ser realizado por homem ou mulher, procurando separar os lugares e tempos de produção, conduzindo através de condições objetivas e simbólicas as mulheres na reprodução e os homens na produção (KERGOAT, 2009, p. 74).

Apesar da força da luta e das reivindicações das mulheres de participar nas cooperativas, as saídas encontradas, neste caso, de nucleação paralela e posteriormente da matrícula por família, constitui-se num retrocesso à participação das agricultoras familiares camponesas nas cooperativas. A elas foi reservado nas cooperativas um lugar secundário, sem poder de decisão nos negócios, expressando a divisão sexual do trabalho.

Um lugar forjado especialmente para elas com aprendizados que reforçassem seu trabalho reprodutivo, como se reunir para costurar e ampliar as habilidades domésticas ou participar quando o marido lhe conceder este espaço. A divisão sexual do trabalho se expressa nestas condutas normativas dos dirigentes das cooperativas frente à organização das mulheres. As relações sociais no cotidiano descortinam a materialidade da divisão sexual do trabalho, nos espaços públicos, pois para Bourdieu<sup>76</sup> através dos símbolos implícitos neste aparente comportamento cotidiano se descortina um imperceptível apelo à ordem estabelecida, um retorno ao lar (BOURDIEU, 2007, p. 73).

---

<sup>76</sup>Ao escrever a dominação masculina, Bourdieu trata das relações que se estabelecem na sociedade de maneira simbólica para perpetuar esta forma de dominação.

Da mesma maneira, segundo Chayanov, a agricultura familiar camponesa tem se estruturado e se mantido ao longo dos tempos por estabelecer um equilíbrio entre a satisfação das necessidades e a fadiga do trabalho, equilíbrio este estabelecido pela própria família (CHAYANOV, 1974). Neste caso, ao delegar para a família esta “escolha”, as cooperativas reforçam uma condição cultural estabelecida há muito tempo na agricultura familiar camponesa, calcada numa divisão sexual do trabalho implícita na distribuição do trabalho no núcleo familiar, condição esta questionada e revisada no momento em que as mulheres saem em lutas por seus direitos.

Um dos seus objetivos no movimento das margaridas na época era “formar lideranças (...) para maior participação na sociedade e nos demais movimentos e lutas de classe, participação do movimento sindical e contra a discriminação da mulher, por igualdade de direitos e de participação” (BRUNINI, 2005, p. 11). Então, ao delegar à família o poder de decidir quem representa a família na cooperativa, mesmo aparentemente respeitando sua luta, as cooperativas reforçam aspectos patriarcais conservadores da “condição camponesa” onde cabe ao homem a representação social e a mulher a manutenção da vida privada, reforçando a divisão sexual do trabalho.

Dentro do ambiente das cooperativas com a aplicação sistemática e mecânica desta norma do voto familiar, incorpora na cultura cooperativa uma versão de ter atendido as reivindicações das mulheres. Esta versão reforça a “lei” e outras condutas normativas provocando uma certa “imutabilidade” que excluem as agricultoras familiares camponesas, afetando a participação e a democracia cooperativa. A aplicação destas normas vem a reforçar, segundo Heredia e Paulilo, o papel simbólico de coadjuvante das mulheres na agricultura familiar camponesa, pois estas têm sido reconhecidas como “ajudantes” na produção tida como de valor econômico para o grupo familiar.

A hierarquia de mando masculino decide sobre os destinos da comercialização e do retorno sobre este trabalho. Então, neste sentido, naquele momento, as cooperativas, que são compostas por homens, muitos oriundos desta estrutura de agricultura familiar, reagem à organização e reivindicação das mulheres ofertando uma regra que remete sua possibilidade de participação ao núcleo familiar. Como neste núcleo familiar a decisão cabe ao pai, na participação cooperativa as mulheres também serão “ajudantes” dos maridos.



Ao repassar esta responsabilidade para a decisão familiar, as cooperativas reproduzem um posicionamento e uma forma de pensar e agir que fragiliza a democracia cooperativa, reforçando outros instrumentos que contribuem para o baixo índice de participação dos associados homens e uma baixa associação e participação das mulheres nas cooperativas. Portanto, esta decisão tomada naquele período de criar e aplicar a norma de cada família ou matrícula escolher quem de seus integrantes pode votar, colocou as mulheres e jovens como “suplentes” dos homens o que é expresso nas listas de associados da grande maioria das cooperativas, onde as poucas mulheres sócias titulares são em grande maioria viúvas

Tal situação se reflete também na continuidade da baixa participação de mulheres e homens nos espaços de decisão das cooperativas, em especial nas assembleias, órgão máximo de decisão nas cooperativas. Apesar da nucleação para democratizar o debate dos assuntos da cooperativa, das nucleações paralelas das mulheres, bem como do suposto direito destas em participar por delegação dos maridos, a presença nas assembleias de homens e mulheres permanecia comprometida e o uso da palavra mais ainda, como demonstra este exemplo da COTRIJUÍ:

A presença nas assembleias é baixa, porém a participação ativa pelo uso da palavra é menor ainda. Dos entrevistados que participaram da assembleia (36,66%) apenas 24,44% fizeram uso da palavra. Entretanto, sobre o total de entrevistados o percentual dos que fizeram uso da palavra cai para 8,88% que pediram a palavra. Desses 8,88% que pediram a palavra 605 se enquadram na categoria dos grandes produtores. Ao que tudo indica, dos associados que falam nas Assembleias os grandes produtores são os que mais se manifestam. (...) os grandes produtores monopolizam a palavra nas Assembleias Gerais (FRANTZ, 2001, p. 83).

Esta baixa participação nas assembleias pode ser reflexo de poucos espaços de efetiva participação, mas também, fundamentalmente, das tomadas de decisão ao longo dos anos que favoreciam pequenos grupos, enquanto a grande maioria ficava à margem do poder decisório. O caso acima estudado se refere à COTRIJUÍ, mas qual seria o impacto sobre a participação dos associados daquelas cooperativas que não possuíam núcleos de debate e sistemas de comunicação estruturados. É uma questão que pode ser estudada.

Entretanto, para as mulheres, devido às regras de participação estabelecidas e do formato de nucleações paralelas, possivelmente fez pouca diferença o sistema de comunicação e as nucleações, visto que elas são consideradas suplentes de associados e portanto dificilmente poderiam chegar às direções ou exercer seu direito como associadas.

Simultaneamente a todo este processo e para reforçar esta desconfiança, os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as começavam a exercitar experiências locais de busca de autonomia e do retorno para a produção de alimentos, tornando o ideário de pequeno agricultor, como um símbolo positivo de distinção dos demais “produtores” integrantes das cooperativas.

Mais tarde e, como será tratado na próxima seção, grupos de agricultores familiares camponeses que participaram de lutas sindicais, descontentes com as grandes cooperativas, iniciavam experiências de associativismo. Estas experiências eram tentativas de demonstrar sua autonomia de produzir, industrializar e comercializar a produção de alimentos. Por sua vez, estas experiências associativas tornavam-se embriões de algumas das cooperativas de agricultura familiar camponesa que são objetos deste estudo e que existem hoje, nas regiões Fronteira Noroeste e Missões.

## **2.2 A participação das mulheres nas cooperativas da agricultura familiar do sistema UNICOOPER**

A conjuntura democrática nascente nas décadas de 1980 e 1990, na região em estudo, descrita na seção anterior, produziu uma efervescência de lutas políticas e sociais e o crescimento de muitas lideranças homens e mulheres. Neste período, a partir destas lutas, começava a ser estabelecida uma identificação entre agricultores e agricultoras familiares camponeses/as enquanto tal, e uma ruptura com o ideário de que todos são produtores rurais com condições e necessidades semelhantes, fossem eles detentores de pequenas áreas de terra e pouco capital ou de grandes áreas e muito capital. Esta ruptura se refletia nas grandes cooperativas.

A partir da experiência vivenciada em lutas “contra a correção monetária”, “contra a construção de barragens”, “pela aposentadoria rural” e “na conquista do reconhecimento como agricultores e agricultoras familiares camponeses/as”, os(as)

protagonistas dessas lutas se visibilizavam como sujeitos num “permanente movimento de busca do ser mais” (FREIRE, 1970/1987, p. 72).

As mulheres saíam da invisibilidade total, passavam a ser apoiadas por segmentos da sociedade, mas contestadas por outros e, ao conquistar o direito de ter documentos pessoais como carteira de identidade e cadastro de pessoa física (CPF), Bloco de produtora rural, entre outros, bem como de acesso à aposentadoria rural na condição de agricultoras familiares camponesas, dão passos fantásticos na construção do “ser mais”. Desvelava-se, dessa forma uma população que passava invisível pelo Estado até então:

Lembro-me quando recolhemos as assinaturas para aposentadoria, mais de 1 milhão entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Conseguimos uma audiência com o ministro da Previdência, botamos todos os abaixo-assinados na frente dele, ele não conseguia enxergar mais ninguém, porque eram altas pilhas. Ele diz que ia montar uma Comissão de Notáveis para fazer o projeto de reestruturação da previdência social. Isso foi em 86 (...). Aí nós dizemos que queríamos uma vaga nessa comissão e depois de muita negociação ele aceitou. (BRUNINI, 2005, p.12).

Num curto espaço de tempo, em menos de 10 anos, os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as alcançaram conquistas e modificaram os símbolos imputados a elas e eles antes deste processo de lutas. Por outro lado, foram se descortinando as fragilidades do sistema das grandes cooperativas. Conforme Araújo, estas grandes cooperativas privilegiavam alguns grupos de agricultores, mas para manter sua estrutura não podiam prescindir dos agricultores familiares camponeses, o que acabava criando desconfianças dentro dos associados. (ARAÚJO, 1980)

As grandes cooperativas também induziram os agricultores familiares camponeses à associação insuflados por uma política agrícola dirigida a um só produto, assentada no interesse do estado na implantação do capitalismo no campo, analisado na seção anterior. Também ao aparentemente atender as reivindicações das agricultoras familiares camponesas por participação e associação nas cooperativas, estas cooperativas produziram um formato de participação que aparentemente respondia a suas reivindicações, mas que limitava a possibilidade a decisão do marido, o titular, logo elas continuavam excluídas das esferas de decisão das cooperativas.

Neste período, as grandes cooperativas enfrentavam sucessivos momentos de crise financeira e as decisões tomadas para enfrentar estas crises, geralmente não contemplavam os agricultores familiares camponeses. Ao mesmo tempo, através da participação nas lutas sociais, os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as se reconheceram como sujeitos de ação e voz e passaram a exercitar seus questionamentos também sobre o seu papel e as suas práticas.

Ao se reconhecerem não só como associados das cooperativas, mas também como lideranças protagonistas desta história, exigindo e conquistando mudanças no estado brasileiro e nas cooperativas, eles e elas passaram a constituir um processo de “*estar sendo*”. Um estar sendo que segundo Freire, constitui a permanente busca da vocação ontológica do ser humano, o *ser mais*, como foi apontado. E em sendo mais com responsabilidade ética, ter decisão e estabelecer as rupturas e opções que os tornem sujeitos da própria história, e não apenas objeto dela (FREIRE, 2000, p.49).

As conquistas materiais e simbólicas e o protagonismo do período provocavam novos olhares e o estabelecimento de novas relações sociais: com a sociedade e também com as grandes cooperativas. Neste processo de “estar sendo” os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as começam a considerar a possibilidade de organizar outros espaços coletivos de industrialização e comercialização. As grandes cooperativas passaram a não mais ser vistas como únicos espaços de possibilidades de comercialização da agricultura familiar camponesa.

Para Bourdieu, numa relação social se estabelecem relações de forças objetivas materiais e simbólicas, fazendo com que a ação esteja sujeita e estas forças que se entrecruzam e tornam aparentemente até confusas ou contraditórias a maneira que os sujeitos da ação (no caso estudado, os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as) classificam os outros e percebem sua posição nestas relações. Ao mesmo tempo, estabelecem estratégias simbólicas a partir de si que opõem as classificações que os outros fazem de si e lhe impõem (BOURDIEU, 1989, p.123).

O fortalecimento como sujeitos de voz e, portanto, de decisão, faz com que os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as estabeleçam um ambiente simbólico e material criado e recriado de possibilidades e de construção de uma autonomia latente na condição camponesa da agricultura familiar camponesa:

Na crítica a esse modelo - apoiada na crítica à modernização - se consolidam no imaginário social regional, a partir da revalorização de técnicas e costumes característicos da anterior agricultura colonial, elementos do que denominamos um projeto de autonomia camponesa. Isso não significa que os projetos em disputa indiquem a volta ao passado: há a incorporação de valores do passado, sim, mas estes são atualizados, ressemantizados (MENASCHE, 1996, p. 117).

Ao conquistar a identidade de agricultores e agricultoras familiares camponeses/as fortalece-se o debate e a ação a partir de uma nova síntese entre passado e presente vivenciados que começam a esboçar símbolos na retomada da autonomia da agricultura familiar camponesa. Autonomia esta representada pela produção de alimentos para sua subsistência, mas também nos desafios de produzir alimentos, constituir outros espaços de comercialização e também forjar novas lideranças locais e regionais. Esta busca de autonomia estava fortemente representada no imaginário das lideranças, agricultores e agricultoras familiares camponeses/as pela produção de alimentos em contraponto à monocultura da soja:

(...) A defesa da produção para subsistência, tem raízes culturais profundas entre esses agricultores familiares (...). A noção de autonomia, resgatada pela proposta de produção para subsistência, está incorporada nas reivindicações dos agricultores, mas é reconstruída a partir do vivenciado, o que leva à não negação da relação com o mercado (MENASCHE, 1996, p. 27).

Ao analisar a situação vivenciada por estes agricultores e agricultoras familiares camponeses/as, sob as lentes da educação popular, e da participação das mulheres também como protagonistas dos processos, estabelece-se a necessidade de refletir sobre dois conceitos de autonomia. Um conceito de autonomia que trata da autonomia da agricultura familiar camponesa, característica da condição camponesa destes agricultores e agricultoras, enquanto grupo. Outro conceito de autonomia que trata da autonomia do ser humano na busca do ser mais humano, como sua vocação.

A autonomia da agricultura familiar camponesa, segundo Ploeg, é resultado da condição camponesa que na relação com o mercado, com os costumes tem a produção de subsistência como ponto de partida, e ao procurar montar uma base de recursos controlada por esta família, estabelece o modo de fazer agricultura dos agricultores e das agricultoras familiares camponeses/as (PLOEG, 2008,

p.40). A agricultura familiar camponesa permanentemente vislumbra esta autonomia e se organiza procurando proteger esta condição camponesa para enfrentar ambientes que considera hostil, frente à dependência e às marginalizações, o que argumentam Chayanov (1974) e Ploeg (2008).

Isso permite a sobrevivência da agricultura familiar camponesa por muitos sistemas políticos e econômicos, entremeada a adaptações e resistências diversas. Este conceito de autonomia da agricultura familiar camponesa desconsidera, no entanto, as desigualdades dentro dos grupos familiares, tratando-os como grupos coesos e com necessidades e poderes iguais entre seus integrantes na sua participação no grupo familiar e na sociedade.

Estas supostas “coesão e decisão coletiva” permitem a análise da agricultura familiar camponesa de um modo diferenciado em relação a outras formas de fazer agricultura, por outro lado, tem contribuído para invisibilizar e manter valores patriarcais que sustentam um poder hierárquico e desigual, que se organiza sob uma naturalizada divisão sexual do trabalho da agricultura familiar camponesa, detalhado no capítulo anterior. Tal situação exclui as mulheres da participação nos espaços públicos facilitando com que os destinos da agricultura familiar camponesa sejam pautados pelas relações políticas realizadas pelos homens. E produz uma submissão, invisibilidade, sobrecarga e desvalorização do trabalho e das ideias das mulheres que vivem e trabalham na agricultura familiar.

Já o segundo conceito de autonomia trata da autonomia do ser humano na busca do ser mais. Segundo Freire, um ser humano que reconhece seu inacabamento e estabelece, com outros seres humanos, com ética, uma dialogicidade verdadeira. Um diálogo em que estes sujeitos e sujeitas dialógicos crescem e aprendem na diferença. Na ausência deste diálogo e do estabelecimento de condições para estabelecê-lo, é necessário brigar e estabelecer as rupturas para que as discriminações acabem (FREIRE, 1996, p. 60). Este segundo conceito revela as fragilidades sociais e as relações da divisão do trabalho que tem mantido a agricultura familiar camponesa sob forte pressão patriarcal tanto no âmbito da relação familiar, como no da sociedade que se omite muitas vezes a dialogar na perspectiva da superação destas diferenças.

Tais diferenças têm penalizado as agricultoras familiares camponesas, deixando-as fragilizadas e permanentemente numa condição de subordinação e exploração. Este conceito de autonomia do ser humano se entrecruzado com o

conceito de autonomia da agricultura familiar camponesa pode constituir perspectivas de superação das desigualdades permitindo que os resultados beneficiem a todos e todas integrantes do agrupamento familiar. Reconhecer o aprendizado na diferença tem permitido que sujeitos e sujeitas de voz se coloquem como protagonistas de sua própria história, sem representações externas.

Na década de 1990, os movimentos de massas protagonizados pelos/as agricultores e agricultoras familiares camponeses/as provocaram ressignificações da possibilidade da autonomia da agricultura familiar camponesa. Também, e em especial, no aprendizado do diálogo e das lutas “das diferentes”, provocado pelas mulheres organizadas em seus movimentos, ocorreram rupturas significativas que possibilitaram reconhecimento social, conquista de espaços de participação e direitos individuais a estas mulheres. Porém, nos espaços públicos o diálogo se retrai a partir das conquistas dos direitos individuais, em especial da aposentadoria rural.

As mulheres fazem um simbólico retorno para casa; os movimentos de mulheres passam alguns anos lutando ainda por saúde pública e, na região estudada, a coordenação das negociações sobre outros temas presentes nas lutas voltam a acontecer partindo da premissa da coesão da agricultura familiar camponesa. Logo, os homens vão se constituindo como maioria das lideranças dos movimentos mistos novamente e, em geral, coordenam as ações protagonizadas pelos movimentos, como lutas ou debates.

Entre as lideranças mulheres daquele período, algumas conquistam mandatos de vereadoras, outras se tornam dirigentes sindicais e poucas vêm a se constituir dirigentes de cooperativas. Nos documentos estudados<sup>77</sup> percebe-se o reposicionamento, e nenhuma preocupação em propiciar a participação dos diferentes, pelo contrário, volta-se a utilizar o conceito da busca de autonomia da agricultura familiar, que remonta a uma coesão desta família.

Nesta conjuntura, a partir das lutas e conquistas concretas, ampliam-se os debates sobre “as saídas” para a crise da agricultura e a estagnação da Região Fronteira Noroeste e Missões. O empobrecimento dos agricultores familiares camponeses que adotaram a monocultura era cada vez mais visível,

---

<sup>77</sup>Atas das cooperativas, relatórios de planejamento de entidades de assessoria e documentos dos movimentos de mulheres da época.

consequentemente, os debates que levavam ao caminho da diversificação de culturas, predominavam quase como um consenso regional. Porém o debate se aprofundava quando apareciam quem eram os sujeitos, protagonistas desta diversificação de culturas.

As grandes cooperativas e segmentos industriais estimulavam as propostas complementares à produção de soja e a industrialização dos produtos a cargo de grandes complexos industriais. Portanto, “(...) a agroindústria se consolidaria no discurso das cooperativas como solução para viabilizar a diversificação da produção” (MENASCHE, 1996, p. 93). Estas agroindústrias pretendidas e, em parte executadas, eram espelhadas e sonhadas nos moldes dos complexos agroindustriais, obedecendo à lógica empresarial estabelecida já na comercialização de grãos. Nesta lógica, os agricultores familiares camponeses produziram outros produtos alimentares, e a industrialização e a comercialização destes produtos estava a cargo das cooperativas.

Em função da afirmação da agricultura familiar camponesa e da desconfiança do sistema das grandes cooperativas que privilegiava os grandes produtores, os sindicatos passavam a defender o protagonismo da agricultura familiar camponesa em estruturas tidas como pequenas e adequadas à gestão direta dos agricultores familiares camponeses,

“(...) Os trabalhadores rurais, para defenderem os seus interesses no processo econômico e produtivo, devem criar pequenas cooperativas, bem como associações, grupos formais e informais, condomínios rurais, sob seu controle e administração, podendo integrá-las a centrais municipais, regionais e estaduais. Para tanto, caberá ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais aprofundar essas formas de organização, promovendo encontros e seminários específicos (...)” (“Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais”, FETAG, 1993:15-6 apud MENASCHE, 1996, p.113).

Na região em estudo, os agricultores familiares camponeses ligados ao movimento sindical cutista<sup>78</sup> desenvolveram propostas de organização da produção, pois acreditavam que só diversificar a produção não bastava, tinham também que acompanhar a relação dos agricultores com os complexos agroindustriais, que em muitos momentos eram de propriedade das grandes cooperativas. E, também quais

---

<sup>78</sup>Os sindicatos chamados de cutistas eram aqueles que mesmo filiados a federação dos trabalhadores na agricultura – FETAG participaram da fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT e atuavam como um grupo de debate para dentro da FETAG.



alternativas de organização da comercialização, incluindo a agroindustrialização, pelos agricultores familiares camponeses, que tornavam estes menos dependentes dos complexos industriais,

“... eu acho assim, se você faz associação... e discute o que vai produzir, e vai industrializar e vai comercializar, tem saída. “(...) se nós queremos ter alternativas, ela não pode ser... só trabalhar outra produção, ela também tem que pensar a dependência do complexo industrial (...)” (MENASCHE, 1996, p.115).

Em alguns municípios como Alecrim, Santo Cristo e Porto Xavier<sup>79</sup> os agricultores familiares camponeses organizaram, no final dos anos 1980, a partir da luta dos sindicatos de trabalhadores rurais, com apoio de igrejas, EMATER e prefeituras, pontos de comercialização ou feiras e associações de comercialização. Era o momento de afirmação da agricultura familiar camponesa como produtora de alimentos realizando a comercialização direta de seus produtos aos consumidores.

As mulheres participaram ativamente da produção, comercialização dos alimentos e organização das associações. Elas estavam estimuladas pela luta recente da aposentadoria e a conquista do direito de ser gente. Nesta caminhada em busca de consolidar sua autonomia enquanto lideranças, experimentavam e organizavam processos de agroindustrialização e comercialização enquanto mulheres:

*“Todo mundo queria vender alguma coisa (...) e melhorou, melhorou a vida 80% para todo mundo. Era a única maneira, porque nas grandes cooperativas nós não tinha chance nunca assim de vender alguma coisa e hoje já abrem um pouquinho o leque. (depoimento agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”.*

As associações tornavam-se uma realidade e se transformavam em espaços onde o aprendizado dos agricultores e das agricultoras familiares camponeses/as na produção e na comercialização aconteciam de forma bastante empírica. Muitas famílias de agricultores e agricultoras familiares camponeses/as começaram a se organizar e produzir alimentos para comercializar e do mesmo modo as associações buscavam desenvolver capacidades de comercialização de vários alimentos.

---

<sup>79</sup>Municípios que fazem parte da região de estudo.

*“Nós tinha plantado tanto amendoim....era um ano pior como agora, era chuva, colocamos no forno, espalhava pela casa para secar e aí ficou com a capinha feia, e agora não dá pra vender, aí o comprador da cooperativa, disse: seleciona e coloca em saquinhos em quilo o que é bom e o resto tenta fazer rapaduras pra vender, vê se não vendemos esta também. Aí começamo a fazer rapadura com o amendoim mais feio....tá ali, Tenho minha fábrica até hoje” (depoimento agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Nesta caminhada foram acontecendo muitos erros e acertos, enfim, gerando aprendizagens, em especial na ampliação da produção de alimentos tanto das famílias individualmente quanto das cooperativas:

*“A associação incentivou e formaram um grupo e colheram 40 sacos de amendoim e quem disse que a cooperativa consegue vender aquele amendoim, nunca mais ninguém daquela comunidade queria plantar amendoim (...) (depoimento agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Esta situação se repetia em várias associações, que se limitavam a comercializar no município, fazendo no máximo feiras em outros municípios. Começavam a aparecer os entraves legais para a comercialização que conduziram estes grupos, apoiados por debates regionais e assessorias, a optar pelo formato de cooperativas. A tomada de decisão de transformar as associações em cooperativas foi construída por lideranças e técnicos de assistência técnica em grande parte devido aos limites legais da comercialização por associações.

Neste processo, a oposição as grandes cooperativas e o símbolo de se estabelecer novas possibilidades de comercialização, sendo geridas pelos próprios agricultores familiares camponeses, estabelecendo vínculos de proximidade com os associados, foi definidor da organização de novas cooperativas de agricultura familiar a partir das associações. Não foram realizados, contudo, debates aprofundados sobre a forma de participação de todos integrantes do grupo familiar ou escolhas e processos de educação popular que promovessem a democracia cooperativa.

Passadas as primeiras lutas, paralelamente à organização da produção via associações, os sindicatos organizados na CUT regional Missões, começavam a fomentar o debate sobre a participação da agricultura familiar no desenvolvimento da Região em estudo. Um dos momentos de afirmação da agricultura familiar camponesa foi a realização dos encontros regionais da pequena propriedade.

Segundo Menasche o “2º Encontro Regional da Pequena Propriedade”, realizado em Santo Cristo em junho de 1993, teve como promotores entre cooperativas, diocese, movimentos sociais e ONGs, a CUT regional Missões e através da chamada “Produzir, industrializar, abastecer” afirmava o protagonismo e a importância da agricultura familiar camponesa no desenvolvimento regional. (MENASCHE, 1996, p. 113). Ao final dos encontros, consolidava-se entre as entidades a afirmação da agricultura familiar camponesa como centralidade no processo de desenvolvimento da Região em estudo.

Esta afirmação da centralidade da agricultura familiar camponesa no desenvolvimento regional se encontra com a busca de autonomia tanto da agricultura familiar como estratégia, como nas rupturas e espaços de participação que mulheres e homens conquistam como sujeitos de ação e voz, construtores de uma autonomia do ser humano, que busca permanentemente a sua humanização. Neste sentido, os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as transformaram este período no auge das iniciativas associativas. Vislumbravam-se os agricultores familiares camponeses praticando suas experiências como possibilidade de ampliação da construção de cooperação e da afirmação da agricultura familiar camponesa na região do estudo.

As opções de cooperação e a produção de alimentos são construídas a partir do olhar dos “pequenos produtores”,<sup>80</sup> como afirmação da agricultura familiar camponesa em distinção. Esta percepção entre os agricultores familiares camponeses, de que eles eram capazes de produzir, industrializar e comercializar, conduz muitos deles a buscarem iniciativas cooperadas ou individualizadas na agroindustrialização. Esta busca permanente de autonomia tem sentido na construção do ser mais, na luta permanente do ser humano para se humanizar e conquistar o direito de não ser objeto, mas sujeito da história, que Freire destaca, “(...) do homem e da mulher como seres capazes de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, razão por que nos fizemos seres éticos e (...) o que sempre me pareceu ser a vocação ontológica do ser humano – o ser mais – (...)” (FREIRE, 2000, p. 49).

---

<sup>80</sup>Colonos, pequenos produtores, camponeses, agricultores familiares são nomenclaturas para designar o mesmo “público”, as mesmas pessoas que praticam uma agricultura familiar camponesa, definidos atualmente na lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

A partir destes encontros são ampliadas as perspectivas de formação continuada para fortalecer a formação de lideranças e a consolidação dos processos de agricultura familiar camponesa. As formações são construídas em dois projetos: o Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) e, na 3ª edição do Encontro Regional da Pequena Propriedade, o Programa de Formação e Organização da Agricultura Familiar (PAF). A COOPERLUZ<sup>81</sup> apóia a iniciativa e destina pessoas para coordenar os programas, que a partir dos encaminhamentos dos encontros organizaram e implementaram estes dois programas de ação em conjunto com outras entidades.<sup>82</sup>

O programa de cooperativismo nas escolas se estrutura procurando formar lideranças a partir das escolas, inicialmente rurais, onde estudavam os filhos dos agricultores familiares envolvidos nos debates:

O PCE, como experiência de cooperação inserida nas escolas, surgiu no contexto da discussão dessas novas alternativas para a região. O cooperativismo, o associativismo e o sindicalismo, juntos, passaram a propor mudanças na educação e colocaram à disposição das escolas um instrumento que permitia a reflexão sobre as formas de organização existentes e a necessidade de reconstruir as suas estruturas com uma maior participação dos associados (ANDRIOLI, 2007, p.107).

O programa de cooperativismo nas escolas continua sendo uma ferramenta importante nas escolas até hoje para realizar o debate e a prática cooperativa dentre os jovens.

O programa de Formação e Organização da Agricultura Familiar também pretendia ampliar a organização dos agricultores familiares tanto na produção de alimentos quanto na cooperação, este último em conjunto com a ASTRF<sup>83</sup>. O PAF acontecia em duas etapas: “(...) A primeira consiste no curso de formação básica para as famílias de agricultores. A segunda busca a formação e organização por grupos de interesse. Ou seja, o apoio a famílias que querem individualmente ou, de

---

<sup>81</sup>COOPERLUZ - Cooperativa de Eletrificação Rural que muda sua direção em 1990, com apoio do movimento sindical, reformula o departamento de educação cooperativa e passa a participar ativamente e promover debates e ações sobre desenvolvimento regional e apoiar as iniciativas dos agricultores familiares camponeses e dos sindicatos de trabalhadores rurais em sua área de abrangência.

<sup>82</sup>COTRIROSA, ASTRF, AREDE, DER-FUNDEP, Prefeituras e secretarias municipais de educação.

<sup>83</sup>ASTRF – Associação dos Sindicatos Fronteiriços, que reunia os sindicatos cutistas de Dezesesseis de Novembro, Pirapó, Porto Xavier e Porto Lucena. Ligados a luta contra as barragens criam a ASTRF, associação dos sindicatos dos trabalhadores rurais fronteiriços, para realizar assistência técnica e desenvolver tecnologias apropriadas aos agricultores, além de contratar coletivamente serviços de contabilidade.

forma associativa, melhorar sua produção ou construir um novo empreendimento de produção (...). (PAF, 1995).

Estes cursos multiplicavam e ampliavam os debates promovidos nos encontros regionais da pequena propriedade e destacavam a ideia de “(...) produzir, industrializar e comercializar de forma organizada com o protagonismo da agricultura familiar camponesa” (ERPP, 1994). É importante destacar que o PAF centralizou sua ação numa perspectiva de organizar a propriedade ou os aspectos produtivos e organizacionais em torno da produção e comercialização de alimentos.

Os estímulos e a mobilização para a participação de todos integrantes da agricultura familiar, mulheres e homens, se limitavam ao convite formal, expresso em folheto. Estes aspectos sociais das associações e cooperativas eram tratados como intrínsecos a condição de ser da agricultura familiar. A necessidade da participação ativa das mulheres nestes cursos e na organização das associações e das cooperativas emergentes não era objeto de discussão e nem de encaminhamentos. Repetia-se a situação das grandes cooperativas, deixava-se para o âmbito familiar esta decisão:

*“A gente tinha a preocupação que as cooperativas existentes iam comercializar isto, mas não tipo juntar 3 agricultores e fazer, juntar uma comunidade e fazer tal coisa, mas era usar as estruturas que tinham na época, acho que era COOPASC, COOPERAE, TERESA<sup>84</sup> e estas poder comercializar, (...) mas não tinha assim como meta do curso ter uma construção de uma cooperativa.” (depoimento de assessor dos cursos)*

O andamento e a constituição das cooperativas eram deixados ao encargo dos associados, com assessoria formal nos registros dos estatutos, e uma breve orientação inicial. Havia pouca sensibilização no processo sobre o papel das mulheres, dos jovens e dos homens na construção de um trabalho cooperado democrático. A maioria dos esforços da assessoria e das lideranças estava centrada nas técnicas, na organização da propriedade e nos aspectos da comercialização:

*“(...) visitava agricultores individuais, dava como exemplo cooperativas de Antônio Prado, mas no dia-a-dia das visitas (...) de produções para aumentar leite, mas não tinha assim, na minha lembrança, 4 ou 5 agricultores com proposta de fazer um queijo, não tinha 4 ou 5 agricultores que se juntaram para colher pepinos e fazer conserva, (...) visitava famílias isoladas”. (depoimento de assessor dos cursos)*

---

<sup>84</sup>Estas cooperativas pertencem ao conjunto das cooperativas estudadas e já descritas na introdução desta dissertação.

Porém, mesmo com este limite, nas localidades de menor incidência das grandes cooperativas, os cursos provocaram a formação posteriormente, de cooperativas de agricultura familiar, como no caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Porto Vera Cruz (COOPOVEC). Estes programas tiveram amplo alcance e, em muitos momentos direta e indiretamente, contribuíram para a ampliação do debate tanto sobre as iniciativas de diversificação das propriedades de agricultura familiar quanto do início da organização de várias das cooperativas de agricultura familiar camponesa da região em estudo.

As lutas dos agricultores e das agricultoras familiares camponeses/as, os programas de formação, o recuo das grandes cooperativas dos projetos de agroindustrialização e de diversificação, bem como a limitação de comercialização das associações forjaram elementos de uma conjuntura favorável para que muitas cooperativas de agricultura familiar camponesa fossem organizadas.

As cooperativas de agricultura familiar camponesa começavam a se estruturar na década de 1990, aparentemente por uma oposição a grandiosidade e complexidade das grandes cooperativas expressas nos discursos da época, inclusive reforçando as diferenças do que poderia ser a agroindustrialização e a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar camponesa.

Nesse contexto, as lideranças partiram para transformar feiras e associações em cooperativas de pequeno porte com associação somente de agricultores familiares camponeses. As pretensões eram estimular a agroindustrialização e a comercialização oriunda da agricultura familiar camponesa, sem criar grandes estruturas de armazenamento e industrialização. Inicialmente as cooperativas de agricultura familiar são criadas com objetivo de comercializar alimentos diretamente com a população que não eram comercializadas pelas grandes cooperativas.

As lideranças que constituíram e coordenaram estas organizações eram oriundas ou das lutas sindicais dos anos de 1980, ou de processos de formação e debate promovidos pelos sindicatos em parceria com a COOPERLUZ e/ou a ASTRF. A transformação de feiras e associações em cooperativas e a criação de novas cooperativas eram sustentadas por um discurso das lideranças na busca de mercados conjuntos mais distantes.

Somar a produção de todos e abrir canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar para além do espaço municipal, já que este era visto

como limitado, pois eram municípios com poucos consumidores com poder aquisitivo e poder de escolha sobre o que consumir no meio urbano na época. Estas cooperativas por comercializar produtos da agricultura familiar camponesa e ter pouca infra-estrutura produziam no imaginário dos agricultores e das agricultoras familiares camponeses/as os símbolos da diferença em relação às grandes cooperativas.

Em meados de 1994 e 1995, os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as, organizados pelos sindicatos de trabalhadores rurais, participavam de novas lutas, agora pela criação de crédito especial que potencializasse as especificidades da agricultura familiar camponesa, e conquistavam o Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF<sup>85</sup> como política pública nacional específica para a agricultura familiar.

Na região em estudo, na década de 1990, como descrito na seção anterior, grande parte dos agricultores e agricultoras familiares camponeses/as construía significados e atitudes de desconfiança com as grandes cooperativas simbolizados na distribuição desigual dos serviços e dos bens das grandes cooperativas. Ao mesmo tempo, estas grandes cooperativas de produção, com a desregulamentação da política de crédito para trigo e a operação do PRONAF pelos Bancos Públicos e cooperativas de crédito, deixavam de ser os principais instrumentos de repasse de crédito agrícola aos agricultores familiares e isto se somava e refletia na fragilização das relações com a agricultura familiar camponesa.

A presença afirmativa da agricultura familiar camponesa nos debates e ações regionais, a partir das lutas, da conquista da aposentadoria, do PRONAF e dos encontros da pequena propriedade modificavam as relações sociais e possibilitaram que a agricultura familiar camponesa passasse a estar no centro do debate regional. Além disso, os processos educativos desencadeados, a partir destes encontros, em muitas comunidades e escolas, pelo PAF e pelo PCE, somados as experiências anteriores de cooperação na região, a ação das ONGs, e a nova identidade de agricultores familiares camponeses conquistadas nas lutas convergiram para consolidar esta posição.

---

<sup>85</sup>PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar, que após intensa mobilização dos agricultores familiares no primeiro Grito da Terra Brasil em 1995 foi criado pelo Governo Federal. Inicialmente proporcionou crédito com juros diferenciados aos agricultores familiares que comprovassem sua condição e depois evoluiu para política geral de agricultura familiar. É um marco importante no reconhecimento da agricultura familiar camponesa, como uma organização diferenciada na agricultura brasileira.

Nesta conjuntura, passavam a se concretizar novas realidades na dualidade: se as grandes cooperativas tinham problemas e apresentavam dificuldades para comercializar os produtos da agricultura familiar camponesa, eram criadas novas cooperativas para assumirem os novos rumos da comercialização. Estas cooperativas tinham um carácter local, eram restritas ao território municipal e cada uma foi fundada por necessidades de espaços de comercialização, dentro e fora do município, da agricultura familiar camponesa.

As associações, Associação de Produtores de Alecrim (APRA), a Associação Santo-Cristense de Cooperação Agrícola (ASCA) e a Associação dos Produtores de Porto Xavier (APAX), exercitaram durante um período “comprar e vender de forma organizada e coletiva” (depoimento de dirigente em GUTJAHR, 2005, p.19) e foram transformadas em cooperativas na década de 1990. Em outros municípios foram organizadas cooperativas para dar conta de agroindustrialização de produtos da agricultura familiar, amplamente debatidos nos cursos de formação naquele período, como a COOPERTERESA, de derivados de cana-de-açúcar. Vislumbra-se que “a preocupação era de ser uma organização que planejasse, reunindo os interesses dos associados, agregando valor à produção, ligando-a ao mercado” (depoimento de dirigente de cooperativa em GUTJAHR, 2005, p.15).

Em Cândido Godói é criada a COOPERAE para produzir alimentos de maneira ecológica e industrializá-los, afim de “(...) ter um instrumento legal e poder vender nossos produtos fora do município.” (depoimento de dirigente de cooperativa em GUTJAHR, 2005, p.14). Em São Pedro do Butiá, no ano de 2001 é criada uma cooperativa para comercializar leite, a COOPERBUTIÁ. Esta cooperativa “é fruto da organização de agricultores familiares de São Pedro do Butiá e municípios vizinhos descontentes com a política de preços das indústrias.” (depoimento de dirigente de cooperativa em GUTJAHR, 2005, p.15). Várias outras cooperativas foram formadas com a assessoria destas cooperativas e de entidades de assessoria sindical<sup>86</sup>

Neste sentido, preocupados com a restrita população consumidora dos produtos em seus municípios pequenos, inicialmente, “com a busca de grandes mercados”, os dirigentes destas cooperativas de agricultores familiares camponeses optam por criar uma cooperativa de 2º grau, sem grande estrutura física e com o intuito de organizar a comercialização entre os municípios e para fora da região e

---

<sup>86</sup>ASTRF, AREDE, EMATER municipal



também para comprar de maneira coletiva os insumos pelos agricultores familiares camponeses na produção agrícola. A UNICOOPER,<sup>87</sup> União das Cooperativas da Agricultura Familiar, se estrutura a partir de cooperativas singulares de âmbito municipal, algumas anteriores à constituição da central e outras posteriores, que vieram a se associar.<sup>88</sup>

Atualmente, são 11 cooperativas que formam a base da UNICOOPER. Todas estas cooperativas se identificam pelo fato de reunir prioritariamente agricultores familiares camponeses, se organizar num território municipal e com um conjunto limitado de sócios, bem como por possuírem pouca estrutura física imobilizada. Quanto à diversificação da produção ou produção de alimentos pela agricultura familiar, continua sendo um elemento forte desde a organização inicial da maioria das cooperativas, salvo algumas que foram organizadas por melhores preços do leite, mas que passaram a incorporar estas diretrizes ao virem compor a UNICOOPER.

A expressão da diferença proposta pelas cooperativas de agricultura familiar camponesa em relação às grandes cooperativas constituía-se no fomento à produção e comercialização de alimentos, em organizar um conjunto limitado de sócios e imobilizar pouca estrutura física. Quanto à dinâmica democrática de participação foram cumpridos ritos legais, mas foram conduzidos poucos debates sobre mecanismos de inclusão de todos integrantes da agricultura familiar nestas estruturas.

Ao constituir cooperativas, os agricultores e as agricultoras familiares camponeses/as tinham o propósito de organizar a produção e comercializar a produção de alimentos da agricultura familiar camponesa. Estas cooperativas de agricultura familiar camponesa, ainda apresentam muitas dificuldades e fragilidades de comercialização da produção de alimentos dos seus associados e de promover a participação efetiva dos associados e em especial de incluir mais associadas mulheres.

Neste sentido, um dos elementos da pesquisa procurou levantar os dados em documentos que se encontram no quadro abaixo sobre a participação das

---

<sup>87</sup> Informações retiradas dos estatutos, e de documentos das cooperativas.

<sup>88</sup> São onze cooperativas que compõe a UNICOOPER atualmente, já descritas na introdução deste trabalho de pesquisa, COOPAX, COOPASC, COPRAL, COOPERAE, COOPERTERESA, COOPERBUTIÁ, COOPERG, COOPOVEC, COOPAADEN, COPERSOL, COOPERIPÊ.

mulheres tanto como associadas quanto nas direções das cooperativas de agricultura familiar camponesa.

QUADRO 2. Quadro geral dos associados, percentual de associadas e mulheres participando nas direções nas cooperativas de agricultura familiar camponesa vinculadas à UNICOOPER. 03/03/2011

Nome cooperativa	Total de associados e associadas	Associadas	Mulheres direções <sup>89*</sup>
COOPAX	126	24	2
COOPASC	274	16	2
COPRAL	264	20	1
COOPERAÉ	49	24	Nenhuma
COOPERTERESA	79	Nenhuma	2
COOPERBUTIÁ	400	44	1
COOPERG	115	28	2
COOPOVEC	20	Nenhuma	Nenhuma
COOPADEN	26	14	3
COOPERIPÉ	20	5	1
COOPERSOL	102	19	1

Fonte: pesquisa direta, com dados recolhidos nas cooperativas e tabulados pela autora da dissertação.

Analisando o quadro acima, percebe-se o baixo número de mulheres associadas às cooperativas de agricultura familiar camponesa e o baixo índice de participação destas mulheres nas direções, sendo que em nenhuma cooperativa, destas estudadas durante e anteriormente ao processo de pesquisa, há uma presidenta.

Foram realizadas reuniões com lideranças mulheres das cooperativas onde foi estabelecido um diálogo problematizador sobre a participação destas nas cooperativas. Nas reuniões<sup>90</sup> foram sendo construídos elementos que colaboraram para analisar esta situação. Foi um processo cheio de idas e vindas, pois boa parte das mulheres tende a continuar reproduzindo a dominação que vivem, de forma natural, se não houver fatos produzidos de maneira coletiva que alterem sua rotina. Construindo, como sustenta Bourdieu, de maneira simbólica uma diferenciação

<sup>89</sup>Consideramos, para efeito deste estudo, as mulheres que participavam nas direções vigentes em 2010 -2011, ano do trabalho a campo desta pesquisa, dados extraídos das listagens de sócios fornecidos pelas próprias cooperativas.

<sup>90</sup>Estas reuniões foram promovidas pela pesquisadora com as mulheres nas cooperativas como elemento metodológico fundamental na condução da pesquisa de campo, descrito na metodologia na introdução a este trabalho.

imposta dos usos legítimos do corpo, naturalizando sua condição e excluindo da sua ação e reflexão tudo o que caracteriza pertencer ao outro gênero (BOURDIEU, 2007, p. 33).

Considerando que estamos tratando de cooperativas de agricultura familiar camponesa e que a grande maioria dos agricultores familiares camponeses são casados ou tem companheiras que são agricultoras familiares camponesas, nas reuniões foram destacados estes dados e analisados com as próprias mulheres os motivos desta baixa participação e da desproporção da associação das mulheres nas cooperativas de agricultura familiar camponesa. Nas falas das mulheres explicitam-se as dificuldades do cotidiano, mas também a análise sobre o conjunto de sua não participação.

A dependência dos maridos cria um ambiente de sujeição que conduz à tomada de decisão, que é dele. Esta relação se expressa na dificuldade de mobilidade das mulheres, seja por não saber dirigir os carros que a maioria possui, seja pelo acesso precário ao transporte coletivo:

*“Uma que depende de marido .... umas não têm carteira pra sair sozinha, aí depende dele pra levá, aí já sai os dois. ... de carona....”*  
*“Vocês não tem ônibus naquela região”*  
*“Pedir por favor, ele me leva.” (...)(depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Outra questão que apareceu como um entrave grande à participação nos espaços públicos refere-se ao trabalho na propriedade e em função da divisão sexual do trabalho a sua responsabilidade intrínseca é observada nestes depoimentos, quase uma obrigação que acarreta sua saída de casa, sua responsabilidade cultural em manter a vida, os trabalhos na propriedade e o trabalho doméstico. Muitas famílias são pequenas e as mulheres se autorresponsabilizam também pelos serviços que são deixados sem fazer pelos homens e podem vir a prejudicar o grupo familiar no futuro, segundo os símbolos e imaginários destas mulheres:

*“Sai de casa fica o serviço pra trás.... igual eu tenho que fazer, se não faço agora tenho que fazer amanhã... sempre tem coisa pra fazer..... sempre tá atarefada..”*  
*“Trabalhamos de igual pra mais que os homem..”*  
*“O homem sai a mulher faz o serviço do homem, né, trata os porco ... agora se a mulher sai o serviço fica né.”*  
*“Eles têm dificuldade de enxergar o trabalho que é tido como da gente....”*

*“A mulher se obriga a ficar em casa porque têm que cuidar dos filhos, que é obrigação dela, porque ela têm que fazê o almoço que é obrigação dela, tem que limpá a casa porque é dela, quando o marido ajuda a fazer o serviço da casa,...Este é um limite e a mulher é multifuncional coisa que o homem não é...”*

*“Os homem sai e deixa tudo para viajar. Porque a mulher quando sai acha que têm que deixar pão para toda semana... é uma questão de cultura também... (...) (depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Ainda, transparece nas falas das entrevistadas que, no âmbito daquelas famílias que optaram e agroindustrializam alimentos para comercialização, o aumento do volume de trabalho das mulheres, dentro da propriedade, é grande:

*“Olha como nós trabalhamos, assim com soja, aí tu tinha a renda, tava o dinheiro ali, colhia a soja tava o dinheiro ali, e com o polvilho assim é diferente, todo ano tu pode te trabalho, todos os meses. Para sair participar eu não acho problema nenhum, se ta organizado...”*

*“O que acho que ela qué entende é se aumentou muito o serviço se ficou acumulado na nossa saída ou para ir numa reunião ...eu..eu acho uma facilidade hoje em sair e ir numa reunião, se eu quero, mas quando posso a prioridade do meu serviço é em casa.”*

*“E assim vai, temo tarefa o tempo todo, mas também quando dá tu tem que entrar e ir... (...) (depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Estas expressões dos dois blocos de depoimentos anteriores estão ligadas à condição geral da divisão sexual do trabalho. Porém, esta divisão arbitrária que mantém a mulher no âmbito privado e dificulta sua ligação com o mundo público é reforçada pelo fato de que ocorre uma sobrecarga dos trabalhos vinculados ao mundo privado. As mulheres na agricultura familiar camponesa realizam o trabalho de segurança alimentar, além do trabalho doméstico, como tarefas intrínsecas suas, conforme explicitado nos depoimentos acima.

Segundo Lombardi, as atividades não remuneradas no meio rural chegam a jornadas de 58 horas semanais, para as mulheres, com 23 horas dedicadas a reprodução social, contra 9 horas pelos homens provocando uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, particularmente com a obrigação do trabalho doméstico (LOMBARDI apud DI SABATTO, 2009, p. 134). Então, este relato das mulheres nas cooperativas expressa uma certa constante na agricultura familiar camponesa e uma dificuldade resultante das relações sociais desiguais de dividir o trabalho doméstico e ser estimulada a participar das ações no mundo público.

Esta dificuldade está implícita na concepção de que o trabalho doméstico está vinculado à manutenção da vida e portanto tido como de obrigação das mulheres. E

dentro desta divisão sexual do trabalho, segundo Hirata, os homens sentem-se desobrigados de responder por ele, pois não é um trabalho mensurado, objetivado, mesmo que não vivam sem os benefícios deste trabalho doméstico (HIRATA, 2009).

Constatou-se, também, que aquelas que participam das direções das cooperativas têm tido dificuldades de participação em função dos elementos levantados nos depoimentos anteriores e da própria dinâmica das reuniões estabelecidas pelos homens, os quais coordenam os conselhos de administração e realizam as reuniões com pouco planejamento e organização. Soma-se a isso a sobrecarga de trabalho em casa, em especial com a ordenha, a qual tem horário determinado e é geralmente realizada por elas:

*“No inverno com chuva, tinha que terminar mais cedo as reuniões (da direção da cooperativa), as mulheres têm que ir pra casa tirar leite e muitas vezes os homem tão jogando conversa fora. Por favor vamo resolve os problemas da cooperativa depois conversar..”*

*“Tem que saber dias antes pra te programar ...”*

*“Tudo bem que a gente é pago pra ficar quatro horas na reunião, mas...”*

*“Se não me ofereço pra participar [da direção], olha que acho que não me querem mais,”*

*“Horário de tarde seria melhor, ... ótimo...”*

*“Os homem não precurem nós pra ir, fulana o que acha de participar, vamos lá.... (...)”(depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Algumas delas levantaram que o programa de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar organizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelas cooperativas de agricultura familiar camponesa, tem contribuído para que muitas mulheres se associassem nas cooperativas. Outros programas de compras governamentais também podem colaborar com esta situação, como a merenda escolar.

Outra questão que apareceu nas conversas com dirigentes, funcionários e com associados e associadas, foi a dificuldade das mulheres se associarem em função das normas que permitem o “voto familiar” já debatido na seção anterior, e que refletem em boa medida nas cooperativas de agricultura familiar camponesa, como justificativa a não associação das mulheres:

*“A minha matrícula é em meu nome....meu marido não tem nome junto como sócio...”*

*“Há uma dificuldade na hora de escolher a direção, pois são poucas mulheres sócias.”*

*“Os homens são titulares, as mulheres automaticamente são sócias, mas aí têm direito a um voto só, se o marido quiser...”*

*“aí é que é a diferença, o marido é o sócio, eles dizem que a mulher automaticamente, mas não consta lá e é direito a só um voto e isto que diminui muito as mulheres te voto”*

*“Então, temo que inventá, uma lei diferente...”*

*“Então eu já achei que era nas grande cooperativa, que mulher podia votar” (depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Esta situação de poucas associadas e do voto familiar tem se refletido em pouca ou nenhuma mulher na diretoria. Elas participavam das assembleias e reuniões em conjunto com os maridos, mas não têm direito a voto, o que faz com que sintam-se representadas pelos maridos. Algumas começam a se associar, mas o desconhecimento de seus direitos enquanto associadas colabora para esta exclusão das mulheres nas cooperativas de agricultura familiar camponesa:

*“De repente o problema vai ser maior ainda, pois não vai ser só sair as vezes numa reunião....Um pouco dificulta não tê estudo, ....”*

*“Eu até acho importante [participar e conhecer toda cooperativa], mas na realidade eu não gosto muito de eu tomar a frente... participo tudo, mas não gosto também...tem que ter um pouco de gostar disso ...também depois que tu assume tu tem aquele compromisso também , né, não adianta querer assumir.”*

*“... na vice não seria dificuldade, mas o fiscal têm um serviço burocrático lá dentro..... é um compromisso né, porquê o fiscal vai ter que virar nota por nota e conferir...”*

*“medo de ter que enfrentar na verdade...”*

*“ O problema que a gente faz parte da diretoria do apostolado, faz parte da igreja, na igreja como escola, como clube, só as mulheres tão como ministra da igreja...”*

*“Eu sô muito fraca pra toda hora ta brigando com alguém por isto que muitas vezes eu não quero nada com nada..” (...) (depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Por meio destes depoimentos, além das regras que dificultam a associação e das atividades do trabalho doméstico que retém as mulheres na propriedade, é possível perceber a resistência das mulheres em assumir a sua associação a cooperativa, quase uma negação da mesma. Uma resistência expressa nas desculpas atribuídas a sua não participação, no fato de aparentemente não gostar, de não ter capacidade, de não ter estudo, mesmo que os homens que fazem parte da diretoria não tenham também estudo ou sequer mencionem que gostam daquela função a que foram eleitos.

Ainda, percebe-se um receio de assumir a direção, aparentando uma resignação pelo fato de não participarem mais efetivamente como associadas, uma expressão da dominação que conduz a aceitação desta condição de “ser menos” que os homens:

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentados para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (FREIRE, 1996, p. 78).

O processo de estar sendo destas mulheres encontra barreiras no enfraquecimento do movimento de mulheres, que estabelecia temas procurando sempre debater, organizar e refletir com as mulheres sua autonomia enquanto ser humano. Nas estruturas mistas, como as cooperativas e os sindicatos, elas têm tido poucos espaços para refletir, estudar e organizar sua ação sobre sua participação nas cooperativas de agricultura familiar. Algumas que participam atualmente das direções têm participado dos movimentos de mulheres, dos sindicatos de trabalhadores rurais e da marcha mundial das mulheres e, quando estimuladas, começam a refletir sobre sua condição de mulher, mas não relacionam estas reflexões sobre a suas possibilidades dentro de suas próprias cooperativas.

As mulheres criaram as cooperativas e diante das dificuldades apresentadas, desistem, retornando ao lar e se fazendo representar pelos homens:

*“Nós nunca sentamos para conversar como funciona a cooperativa só as mulheres (...)(depoimento agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

As mulheres trabalham para organizar a produção e algumas até comercializam com a cooperativa, mas não se reúnem para conversar sobre o que elas querem da cooperativa que participaram da fundação, enquanto grupo organizado, como algumas já fizeram na luta vitoriosa por aposentadoria. As mulheres ao se diluírem no núcleo familiar e se distanciar das conversas e de se organizar em grupos de mulheres para debater seus próprios interesses nas cooperativas continuam alimentando sua curiosidade ingênua sobre a cooperativa.

Isso que se pode chamar de curiosidade ingênua distancia as mulheres umas das outras e desestimula a tomada de decisão, a romper e a mudar. Desestimula, também, aquelas que estão compondo as direções a perceberem que podem estar representando as mulheres nas direções, que podem falar em nome de um grupo, expressar sua posição e ter força coletiva para dirigir os rumos da cooperativa em benefício de todos e todas:

(...) quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade de mudar (FREIRE, 1996, p. 39-40).

Esta suposta “acomodação” das mulheres e distanciamento do debate e da ação das cooperativas, inclusive aquelas que estão nas direções, revelam as nuances da opressão de gênero que estas mulheres estão submetidas. As mulheres, quando provocadas, expressam suas percepções do porquê de as direções das cooperativas não estimularem as agricultoras familiares camponesas a se associar:

*“A cooperativa não faz este trabalho de buscar as mulheres que os marido são sócios pra ser sócias, eles não fazem este trabalho”*  
*“Eles têm medo de perder o espaço deles, no momento, de perder o espaço deles dentro [da cooperativa],”*  
*“Eles querem tê o mando mas tu tem que tá fazendo...”*  
*...”o machismo tá muito forte ainda, de certo modo a gente sente , se tu pega uma coisa tu sente aquele machismo, ... isto não vai dar certo porque isto ou por aquilo se tu é mulher.”(depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Esta situação de opressão é percebida pelas mulheres, mas estabelece enredos sociais que criam uma crença de que as mulheres “são menos” que os homens e alimentam a condição para que estes homens atuem como “subopressores” de um sistema capitalista que se inscreve nos objetos e nos corpos das pessoas, em especial das mulheres. Esta subopressão provoca um contexto de desumanização de um processo cooperado que deveria ser impregnado de humanização:



A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica.(...) A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens [sic]<sup>91</sup> como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, *destino dado*, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos* (FREIRE, 1987, p.16).

Neste sentido, mesmo com uma proposta de estabelecer novas relações com os associados, as cooperativas de agricultura familiar camponesa tendem a reproduzir a democracia formal e a divisão sexual do trabalho que se estabelece na sociedade. Contudo, a inflexão dos grupos de mulheres, estimuladas por processos de educação popular, para dentro das cooperativas de forma organizada, possibilita novos arranjos nas cooperativas, pois a democracia se constrói na participação ampla dos associados e associadas.

Então, esta posição de não debater as cooperativas, no universo das mulheres, em separado dos homens, está culturalmente ligada à construção social de que os espaços públicos são naturalmente espaços masculinos, privativo dos homens. Neste contexto não se revelam necessidades para uma direção de provocar o debate sobre o funcionamento e a participação das cooperativas em separado, com as mulheres, pois o espaço reservado ao comércio é dos homens.

Também a pouca associação das mulheres permanece envolta nesta névoa da suposta possibilidade de participação, desde que o sócio titular não queira participar. A baixa participação das mulheres é entendida pelos homens como desinteresse ou pelo não gostar, reproduzido nas falas de muitas mulheres. Enfim, uma norma criada que expressa uma prática discriminatória com relação à participação das mulheres: “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero

---

<sup>91</sup>Esta nota é realizada em memória de Paulo Freire, que na *Pedagogia da Esperança* e outros escritos, revisa e destaca a linguagem como mecanismo ideológico, mesmo em *Pedagogia do Oprimido*, refletida no diálogo com as feministas americanas, que o questionaram sobre isto, e propõe que os editores/as substituam a palavra homem por ser humano ou mulher e homem nas novas edições da *Pedagogia do Oprimido*. Destaco a profundidade da reflexão deste autor ao reconhecer seu inacabamento e da necessidade de revisarmos a linguagem como forma de superar a opressão. “Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas. O que não é possível é simplesmente fazer o discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial” (FREIRE, 1992, p. 35).

ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 1996, p.36).

Nas cooperativas de agricultura familiar, desde sua criação, a centralidade dos debates na comercialização e o pouco debate interno sobre a criação de espaços que fortaleçam a democracia e a participação de todos e de todas proporciona que sejam copiadas regras estabelecidas nas grandes cooperativas que colaboram para a negação da democracia, logo trazendo consigo o mesmo efeito nos associados das grandes cooperativas. Acontece um distanciamento entre as cooperativas de agricultura familiar camponesa de seus associados, em especial das mulheres.

Neste sentido, no próximo capítulo trataremos da contribuição dos processos de educação popular estabelecido com estas mulheres e homens associados nas cooperativas na construção da democracia que permita a livre participação de todos e todas nas suas cooperativas e direções.

### **3 A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES JUNTO ÀS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA**

As organizações não governamentais de educação popular, entre elas a ASTRF e a AREDE, em conjunto com os movimentos de mulheres e os sindicatos de trabalhadores rurais têm desenvolvido processos educativos tendo como base a educação popular. Nestes processos têm se construído coletivamente reflexões para compreender os mecanismos que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres e também como estabelecer metodologias que forjem a participação para superar esta condição, nas organizações populares incluindo aí as cooperativas de agricultura familiar camponesa. Estas reflexões e ações têm chegado, portanto, aos espaços da agricultura familiar camponesa e possibilitado a elaboração de processos de educação popular, procurando superar esta desigualdade e construindo um desenvolvimento da agricultura familiar com maior participação de todos e todas.

Neste capítulo serão analisados os processos de educação popular construídos no coletivo das mulheres na região de estudo, suas vivências e identificar o conjunto de fatores que tem possibilitado, ainda que de forma tensionada, sua participação como associada e acesso às direções das cooperativas. Também analisar criticamente a participação das mulheres nos processos de formação e projetos que as ONG's construíram com as cooperativas de agricultura familiar camponesa. Neste sentido, buscou-se entremear com os conceitos teóricos, depoimentos das mulheres em reuniões da pesquisa, detalhados na introdução a este trabalho, mas também depoimentos já sistematizados em projetos executados pelas ONG'S.

As mulheres agricultoras familiares camponesas na região de estudo têm construído seu processo de emancipação e autonomia ao participar nos movimentos de mulheres pela aposentadoria na década de 1990, ou mais recentemente, a partir de 2005, nas ações protagonizadas por movimentos de mulheres, pela ASTRF e AREDE. Ao participar ativamente destes movimentos, as mulheres conquistaram a pauta concreta da aposentadoria e desenvolveram percepções e práticas, reconhecendo-se umas nas outras, provocando alterações conscientes no mundo

privado e público em que se relacionam e estabelecendo uma “consciência do mundo”:

A consciência do mundo que implica a consciência de mim no mundo, com ele e com os outros, que implica também a nossa capacidade de perceber o mundo, de compreendê-lo, não se reduz a uma experiência racionalista. É como uma totalidade – razão, sentimentos, emoções, desejos, - que meu corpo consciente do mundo e de mim capta o mundo a que se intenciona (FREIRE, 2003, p. 76).

Esta consciência do mundo foi sendo constituída nos processos de luta que as agricultoras familiares camponesas vivenciaram na década de 1990. Estas mudanças na vida destas mulheres possibilitaram que elas conquistassem direitos sociais, mas também despertaram muitas emoções, sentimentos, vontades e desejos que passaram a se expressar em outros espaços de suas vidas.<sup>92</sup> O processo é complexo, pois se trata no início de desejo e que vai se constituindo numa vontade crítica que proporciona força para estabelecer a luta daquelas mulheres e conquistar a aposentadoria, como o objeto da sua ação, entremeado à vontade de agir de maneira consciente, passando por deslocamentos entre vontade e desejo, intensificando-se, deixando de ser uma vontade conscientemente ingênua para se tornar crítica, provocando uma consciência do mundo e do eu no mundo.

As mulheres mais jovens não vivenciaram estas lutas dos anos 1990 e muitas delas não conheciam a intensidade das lutas das mulheres em geral e das agricultoras familiares camponesas e faziam “leituras do mundo” a partir das relações familiares e locais que resultavam numa consciência ingênua deste mundo. Nas ações de educação popular realizadas por movimentos de mulheres e ONG’s populares na década de 2000, foi necessário construir ligações entre estes grupos, dando relevo à memória das lutas anteriores, aproximando e organizando novas possibilidades de lutas e o despertar de desejos e vontades de lutar e de estabelecer novas consciências de mim no mundo:

*“Participo do sindicato e dentro do sindicato comecei a participar da rede, fui num movimento a Brasília (Grito da Terra) foi daí que ajudei a fundar a cooperativa”. (depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*.

---

<sup>92</sup>“Concebemos “desejo” como uma decorrência da falta que, ao se estabelecer na consciência, passa a criar valor a partir do objeto que representa como falta” (FALKEMBACK, 2002, p. 56).

Com a retomada de ações coletivas na região de estudo e inclusão de mulheres que não tinham vivenciado as lutas da década de 1990 foram se desenvolvendo novas possibilidades de consciências do mundo. Estas possibilidades, na década de 2000 sob novas roupagens, organizaram-se para o enfrentamento de situações limites que se desvendavam para este grupo. A intencionalidade política e educativa orientada pelas lideranças dos movimentos sociais e pelas educadoras populares construiu processos que foram se tornando emancipatórios, como o depoimento acima expressa.

Estes processos emancipatórios resultam da ação coletiva das mulheres, estimuladas intencionalmente pelas lideranças e educadoras populares, que também foram se revisando e aprendendo, na superação das condições de opressão, decorrentes da divisão sexual do trabalho. Em vários momentos foram elaboradas e vivenciadas metodologias e ações para que na práxis todas pudessem aprender em conjunto a reconhecer e superar as armadilhas da desumanização e a opressão em que vivem, seja ela social, emocional, econômica ou alguma forma de conjugação dessas dimensões.

Os processos de educação popular<sup>93</sup> têm um papel fundamental nesta superação da opressão, pois ao problematizá-la com os/as sujeitos/as contribui "(...) para mudar o mundo, humanizando-o"<sup>94</sup> (JARA, 2011, p. 5). A busca permanente da humanização se dá tanto no âmbito estrutural da sociedade quanto no das relações cotidianas, onde se estabelecem as relações sociais. Nestas relações sociais são elaboradas e construídas as reações à desumanização protagonizadas pelos/as sujeitos/as do próprio processo, e estas relações podem também contribuir para que outros grupos sociais de humanizem.

A educação popular estimula a partir da "leitura de mundo" das situações cotidianas que as mulheres reflitam sobre sua situação. Ao compartilhar suas leituras de mundo as mulheres se identificam umas com as outras. Esta identificação possibilita que as mesmas se coloquem em movimento, tomando consciência de seu mundo e o transformando em busca de humanização. Estes movimentos, porém, ocorrem das mais diferentes maneiras e muitas vezes as conquistas destas

---

<sup>93</sup>Processos de educação popular compreendidos como ensino-aprendizagem e formação associados às lutas práticas para superar o fatalismo e a imobilidade das pessoas.

<sup>94</sup> "a cambiar el mundo, humanizándolo" (JARA, 2011, p. 5).

mulheres acontecem somente no ambiente cotidiano e são imperceptíveis aos/as educadores/as populares, que esperavam atitudes racionais, como por exemplo, todas gerando renda ou participando nas direções das cooperativas.

Esta intencionalidade política ao procurar “(...) formar as pessoas como agentes de mudança, com capacidades de incidir nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais como sujeitos de transformação”<sup>95</sup> (JARA, 2011, p. 5) é acompanhada por uma perspectiva ética e emancipadora. Emancipar é construir permanentemente possibilidades coletivas de refletir e agir na direção do “Ser mais”. O “Ser mais” é conquistado permanentemente pelas mulheres que vão se rebelando contra a opressão de diversas e criativas maneiras e construindo caminhos para si e para as outras/outros. Nesta perspectiva ética e emancipadora, as agricultoras familiares camponesas, ao longo dos processos de educação popular na região de estudo, foram destacando a necessidade de manter continuamente o diálogo entre as mulheres e suas organizações para construir possibilidades de aprofundar a sua emancipação enquanto mulheres e também dos subopressores homens,

*“... criando todos os mecanismos possíveis para ela poder experimentar a dimensão política da vida...” (depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa).*

Experimentar a “dimensão política da vida” se transformou na intencionalidade política coletiva de um conjunto de lideranças e educadoras populares e, atualmente, também de alguns educadores populares que têm executado permanentemente uma vigilância epistemológica e política sobre suas ações como educadores e lideranças. Este aprendizado mútuo têm ampliado o grupo de pessoas, mulheres e homens que revisam as metodologias das ONG’s populares, dos movimentos e das cooperativas. Outro aspecto importante tem sido a gradativa desnaturalização da baixa participação das mulheres nos espaços públicos, neste caso das cooperativas de agricultura familiar camponesa.

Esta intencionalidade incorporada e assumida nas ações cotidianas e nas ações coletivas tem possibilitado, mesmo que em números absolutos, ainda de

---

<sup>95</sup>“(...) formar a las personas como agentes de cambio, con capacidades de incidir en las relaciones económicas, sociales, políticas y culturales como sujetos de transformación; es la perspectiva de la racionalidad ética y emancipadora (JARA, 2011, p. 5).

maneira tímida, o direito de experimentar a dimensão política da vida e construir elementos para ir superando as armadilhas do Ser menos, seja em representações em espaços públicos, ou seja ocupando os espaços de educadoras populares e/ou lideranças de movimentos. A práxis realizada por este grupo de mulheres, que começou pequeno e cresceu em número e em compreensão do papel de cada uma nesta trajetória, constituiu um conjunto de mudanças sociais, políticas e afetivas - simbólicas na vida destas mulheres que Freire caracteriza como processo emancipatório. Este processo emancipatório está permanentemente permeado por problematizações, freios, medos, recuos, retomadas, resistências, adesões, mas principalmente pela busca do “Ser mais” de cada uma e cada um que se encontra envolvida/o neste processo.

Esta busca permanente do “Ser mais” constituiu uma rede de ideias e atitudes baseadas em primeiro momento na identificação e superação de fatalismos paralisantes. A principal palavra de ordem produzida desde os primeiros encontros em 2001<sup>96</sup> foi “porque mesmo eu não posso fazer isto? O que me diferencia dos homens?” As desculpas e recuos que permanentemente conduzem a uma acomodação resultado da divisão sexual do trabalho e dos elementos simbólicos da dominação masculina passaram a ser permanentemente questionados e desarticulados por reflexões de lideranças e educadoras populares em vários espaços, e mais recentemente também por alguns educadores populares homens.

A partir destas reflexões constantes, estas lideranças foram se estabelecendo, além das ações diretas com e pelos movimentos de mulheres, que serão tratadas a seguir, em seus espaços de trabalho mecanismos para ampliar a participação das mulheres em espaços públicos. Dentre estes mecanismos, foram estabelecidas cotas mínimas de participação para mulheres em todos os cursos, viagens de estudo e outros eventos organizados ou apoiados pelas ONG’s e mais recentemente pelos territórios rurais<sup>97</sup>. Estas cotas além de estabelecidas são observadas na realização dos eventos e motivadas a ser preenchidas pelos educadores populares.

---

<sup>96</sup>Neste capítulo, serão analisadas as práticas educativas da década de 2000. Esta dissertação está se desenvolvendo desde 2009, portanto encontros como o citado acima são anteriores a esta e tiveram a participação e registros em diários de campo da autora desta dissertação.

<sup>97</sup>Território rural – política pública federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário que disponibiliza pessoas e recursos para articular e mobilizar as entidades públicas e organizações ligadas aos agricultores/as familiares camponeses na orientação das políticas públicas de desenvolvimento rural de maneira regionalizada. Na região de estudo há 2 territórios rurais, o território Missões e o pré-território Fronteira Noroeste.

Tal questionamento constante e intencional realizado por lideranças e educadoras populares entre si e com o conjunto das mulheres no vai e vem dos processos de formação, de luta e no cotidiano das relações sociais de trabalho possibilitou uma efervescência de estímulos à disponibilidade de mudar de mulheres e homens. Segundo Freire, quanto mais o sujeito reflete e percebe sua forma de estar sendo, e mais criticamente se assume como está sendo, mais se dispõe a mudar e consegue dar os passos para sair de uma curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996, p. 39-40).

Este estudo, como foi apontado em seus objetivos já explicitados na introdução, procura refletir sobre o conjunto das metodologias utilizadas pelas ONG's populares e lideranças dos movimentos de mulheres na região de estudo no período de 2005-2009 e apontar descobertas, avanços e também suas fragilidades na conquista dos espaços públicos e em especial das cooperativas de agricultura familiar, pelas mulheres. Este aprendizado vem permeado por muitos desafios, muitos erros e acertos, muitas possibilidades de participação desperdiçadas.

Citamos um dos casos em que numa das cooperativas, as agricultoras familiares camponesas estimuladas pela efervescência dos eventos organizados pelas mulheres indicaram uma mulher para presidenta de cooperativa. Sua candidatura foi barrada pela burocracia instalada, mesmo que ela participasse ativamente das assembleias e reuniões da cooperativa, a justificativa era de que quem constava na lista dos associados era o homem e não a mulher. Por outro lado, em outra cooperativa, uma das mulheres foi convidada pelo presidente a fazer parte da diretoria e na gestão seguinte já eram duas mulheres participando da diretoria, participando dos últimos planejamentos da cooperativa e assumindo funções de coordenação na direção:

*“(...) eu sou sócia do sindicato, mas de lutas específicas não participei. Me associei na cooperativa para poder comercializar os produtos que produzo na propriedade. Como faço parte duma agroindústria, de um grupo de mulheres, o presidente da cooperativa me convidou para fazer parte da diretoria, para ficar por dentro dos assuntos da administração e comercialização dos produtos. Ao me associar na cooperativa eu esperava mais comercialização da produção para outros municípios (depoimento de agricultora familiar camponesa nas reuniões da pesquisa).*

Dificuldades e conquistas como estas se desvelam em várias cooperativas de agricultura familiar camponesa, revelando dificuldades comuns às mulheres em



participar. Assim como algumas mulheres passam a participar das direções das cooperativas, de outro modo em outras cooperativas, as mulheres desistem de concorrer ou mesmo quando eleitas de assumir a presidência. Então, compreender as nuances das dificuldades das mulheres em ocupar estes espaços públicos e contribuir para a superação destas dificuldades passou a ser um dos elementos constantes da reflexão do grupo de lideranças e educadoras/es populares, envolvidas neste processo emancipatório. Reflexão esta que foi aprofundada pela pesquisa desta dissertação.

A construção desta emancipação do ser humano, neste caso das mulheres “se expressa na certeza de que mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2000, p. 26). Esta afirmação permanente, feita por muitas mulheres, da possibilidade da mudança, da sua esperança, tem estimulado ao longo destes anos que outras mulheres reflitam e criativamente possam superar as dificuldades e descobrir a participação em espaços públicos, seja na igreja, na escola, nos sindicatos, nos movimentos ou nas cooperativas de agricultura familiar camponesa.

As dificuldades das mulheres em participar são de ordens variadas e se expressam em várias dimensões: na sua sobrecarga de trabalho dentro da propriedade familiar, nos medos alimentados pela formação moral e religiosa, na tomada de decisão e no exercício da voz e da fala vinculadas a posição masculina, na idealização e no desconhecimento da gestão ou do que constitui a cooperativa, constantemente alimentados por supostas regras “imutáveis”, verbalizadas e afirmadas por quem está na direção das cooperativas e também por educadores preocupados em demonstrar “conhecimento”. E, também a estrutura social com que se organiza a agricultura familiar camponesa, descrita no capítulo anterior, onde as mulheres são consideradas como parte de um “ente” único e uniforme chamado agricultura familiar camponesa.

Esta invisibilidade e diluição da mulher agricultora familiar camponesa no conceito genérico de agricultura familiar camponesa têm reforçado o patriarcado e a divisão sexual do trabalho presente nesta estrutura social. Tal complexidade da estrutura social aliada à rigidez da divisão sexual do trabalho têm criado barreiras e dificultado a participação das mulheres nos espaços públicos, dentre estes, as cooperativas de agricultura familiar camponesa:

*“mulheres se libertaram com a pílula, ao poder ter menos filhos,... na nossa cooperativa a maioria das decisões é tomada pelas mulheres, só que a última palavra...”*

*“nós deveria ter mais pulso firme para tomar decisões, eu queria sentar e conversar o que ia ser melhor, ... e perder o medo...”*

*(depoimentos de agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa).*

Diante desta situação complexa do processo de emancipação em construção as lideranças e as educadoras populares têm que continuamente reinventar metodologias que fortaleçam cada vez mais as mulheres como indivíduos e integrantes da agricultura familiar camponesa com a mesma liberdade e direito à tomada de decisão que os homens. Neste sentido as possibilidades das mulheres, em participar e construir os caminhos para sua emancipação, apresentam-se e são expressadas nos momentos onde se encontram, nas reflexões coletivas que realizam e nas ações que capitaneiam.

Ao se referir a dimensão política e ao medo, as mulheres refletem sobre a necessidade da ação conjunta, dos elementos que precisam ser conquistados para que estas constituam seu Ser mais como ser humano, na busca da emancipação. Esta emancipação somente é possível alcançar de maneira coletiva, como argumenta Hirata que para ser um processo emancipatório é necessário uma plataforma comum e passível de ser defendida e posta em prática, em diferentes e criativas práticas, em ação por muitas pessoas, como a Marcha Mundial das Mulheres (HIRATA, 2010).

Ao analisar o processo emancipatório em que estas mulheres estão envolvidas, identificam-se dois grupos de mulheres. Um grupo de lideranças que participaram pelo processo de lutas dos anos 1990 onde conquistaram além dos direitos fundamentais, como a aposentadoria rural o seu “Ser mais”. Este “Ser mais” possibilita leituras de mundo aguçadas e sensíveis aos recuos impostos pela divisão sexual do trabalho. Já o outro grupo é formado por lideranças mais jovens que estão descobrindo através da participação nos movimentos de mulheres e da troca de experiências e saberes com o grupo de lideranças mais experientes possibilidades de construir o seu “Ser mais”.

A riqueza das trajetórias coletivas e individuais tem sido muito importante na troca de saberes e no aprendizado do grupo todo destas lideranças. Em especial para as mais jovens que não vislumbravam motivações e desejos para

“desacomodar-se” e colocar-se em movimento moldando seu “Ser mais” como mulheres. A interação entre estas diferentes mulheres de diferentes gerações, e também entre as rurais e urbanas, na marcha mundial de mulheres, colaborou para gerar motivadores comuns e concretos, da consciência do desejo de “Ser mais”:

*“(...) cinquenta a sessenta mulheres se reuniam mensalmente, [no sindicato], só que a partir da aposentadoria parecia que era tudo isto que tinha conquistado (...) e pras novas não vejam uma necessidade como naquele tempo a gente tinha esta necessidade, nós não era nada....” (depoimentos agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa).*

O momento histórico dos anos 1980-90, pela ausência total de direitos, possibilitou a criação de um contexto possível de avançar na luta pela emancipação e autonomia coletiva das mulheres enquanto pessoas portadoras de desejos e vontades. Este contexto foi provocado na luta pela aposentadoria, fato concreto, que potencializado pelos processos de educação popular desencadeados pelas sujeitas e pelos/as educadores/as populares da época, desvelaram muitas contradições e “leituras de mundo” (FREIRE) a partir da saída de casa e da propriedade das mulheres para participar destas lutas.

A partir destas leituras do mundo sobre a desumanização em que viviam, as agricultoras familiares camponesas obtiveram conquistas históricas e provocaram rupturas e momentos de “diálogo verdadeiro” (FREIRE, 2001) com os homens e a sociedade. Este diálogo verdadeiro proporcionou que alguns homens assumissem e se somassem às lutas das mulheres. Naquele período, as mulheres foram construindo reflexões e ações sobre a importância da sua autonomia:

*“Produzir alimentos, ser dona do fruto do próprio trabalho (decide o preço, tem a relação direta com o consumidor) se libertar das panelas, tanque e dos limites da porteira da propriedade” (depoimentos escritos dirigentes mulheres de cooperativa, encontro regional).*

Estas reflexões foram sendo forjadas nos processos de luta e mobilização. Eram movimentos de massa, com grande número de mulheres participando, que conduziram também alguns homens a revisar parte de suas posições. Com a

conquista das reivindicações expressas na pauta visível e objetiva das lutas ocorre um arrefecimento destes movimentos sociais. A partir da conquista dos direitos, em especial da aposentadoria rural, reforçaram-se os símbolos e signos de que foram alcançadas as conquistas.

Tal simbologia (despida de movimento) provoca uma diminuição do diálogo entre mulheres e homens, freando a reflexão entre ambos sobre o “reconhecimento do seu inacabamento”. Diminui deste modo a possibilidade de ação e reflexão sobre as condições para a participação das mulheres nos espaços públicos e também na continuidade da superação do inacabamento do ser humano e da necessidade da reflexão constante para proporcionar relações sociais mais igualitárias.

A sociedade e as organizações populares mistas, como sindicatos de trabalhadores rurais e as cooperativas de agricultura familiar camponesas, retomam o ideário fatalista de que resolvida a pauta concreta da aposentadoria, a luta das mulheres encerrava-se, pois estas “havam alcançado seu objetivo”. Este ideário conduz a uma resignação sobre os outros elementos que compõe a divisão sexual do trabalho e atribui à moral e a organização familiar todos os problemas advindos desta condição de exploração, como detalhado no capítulo anterior.

E, a partir daí, dirigentes de cooperativas e de sindicatos, lideranças e educadores/as populares de ONGs foram diminuindo o diálogo e a reflexão com as mulheres e estabeleceram-se novas condições de naturalização da ocupação majoritária dos homens nos espaços públicos. E foram se reordenando as estruturas e os argumentos culturais para reconfigurar a divisão sexual do trabalho nas cooperativas de agricultura familiar camponesa e em outros espaços da sociedade.

Esta reconfiguração da divisão sexual do trabalho ocorre com a conquista da pauta objetiva, a aposentadoria rural. A partir daí os discursos andam no sentido de que a condição de igualdade aconteceu e os processos de diálogo vão esmorecendo, aparentemente a vontade objetivada estava conquistada. Os outros elementos da pauta construídos pelas lideranças mulheres da época, como a participação das mulheres nas direções dos sindicatos e cooperativas, passam a ser minimizados. Eles passam a ser tratados como elementos da decisão individual das mulheres, pois, no imaginário coletivo da época, elas já conquistaram seus direitos, e podem de maneira individual decidir se querem participar ou não.

A partir da conquista da pauta comum dos direitos, em especial da aposentadoria rural, a relação entre as organizações se modifica e as pautas

passam a ser específicas de cada movimento, organização ou cooperativa. Então, a construção constante do diálogo, na perspectiva ético-emancipatória, vai se dissipando na generalidade da luta coletiva dos trabalhadores na ação e na reflexão dos próprios sujeitos/as e dos educadores/as ao longo do tempo:

Temos [enquanto educadores progressistas] de nos esforçar para criar um contexto em que as pessoas possam questionar as percepções fatalistas das circunstâncias nas quais se encontram, de modo que todos possamos cumprir nosso papel como participantes ativos da história (FREIRE, 2001, p. 36).

Em 2001, na região de estudo, lideranças de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e educadoras populares da AREDE e ASTRF,<sup>98</sup> reconstroem um diálogo entre si. Este diálogo começa a partir da preocupação constante das lideranças dos movimentos de mulheres em promover a formação de novas lideranças mulheres. As agricultoras familiares camponesas percebiam uma estagnação da participação de mulheres nos espaços públicos institucionais onde atuavam, em especial nos sindicatos de trabalhadores rurais e nas cooperativas de agricultura familiar camponesa:

*“... é só uma cooperativa de homens, a gente vê que nós ainda temos que ir a frente, muitos espaços que a gente tá perdendo...”*  
*“Se não me ofereço pra participar [da direção], olha que acho que não me querem mais,”*  
*“Os homem não precurem nós pra ir, fulana o que acha de participar, vamos lá...”*  
*(...)”(depoimentos agricultoras familiares associadas das cooperativas nas reuniões pesquisa)*  
*“O presidente disse a cooperativa não vai fazer o programa de merenda escolar. Nossa cooperativa ta devagar... O presidente não reúne as comunidades pra discutir a merenda. (...) [você também fazem parte da diretoria, porque o presidente tem que assumir este programa, porque vocês não podem assumir a coordenação deste programa ?] Porquê eu não tenho estudo, eu nunca fiz isso.. eu não conheço as regra da merenda (depoimentos dirigentes mulheres de uma cooperativa nas reuniões da pesquisa).*

---

<sup>98</sup>A Associação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa – AREDE e a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços – ASTRF são ONG's populares que realizam assessorias as cooperativas de agricultura familiar camponesa e aos sindicatos de trabalhadores rurais seus associados.

A constatação de que ainda faltam espaços públicos para ocupar, de que as mulheres têm que expressar seu desejo em participar independentemente do convite dos homens, e a desconfiança de que eles não as convidam a participar propositadamente, provoca, para além da inquietação do grupo, a possibilidade de organizadas em grupo agirem para modificar esta situação.

Ao retomar o debate de forma coletiva nas cooperativas e nos movimentos de mulheres, as agricultoras familiares camponesas refletem sobre suas posições de “Ser menos” e reconstróem os elementos na busca do “Ser mais”, nesta nova conjuntura, em direção ao inédito viável. Esta reconstrução parte da inquietação com a conjuntura fatalista que ocorre, em especial, quando aliam a constatação da diminuição de sua participação nos espaços públicos, da dificuldade de comercialização e de compreender as mudanças, com o aumento da violência contra a mulher:

*“nós participamo dos sindicato, no movimento de mulheres organizado, participamos da criação de várias cooperativas e as mulheres que participam são as mesmas da época da luta. A violência parece que aumentou, a mulher não ganha o dinheiro dela, muitas exigências pra vender nos mercado das cooperativas (...)” (depoimentos agricultoras familiares associadas das cooperativas nas reuniões pesquisa).*

Esta percepção da não participação também era vivenciada por expressões de medo, de violência nos espaços públicos onde atuavam e também relatados pelas mulheres de casos de violência nos espaços privados. Muitas mulheres estavam submetidas a condições de desumanização e as lideranças constatavam esta situação, pela sobrecarga de trabalho, pelo não acesso destas mulheres a decisão e também pelo grande número de denúncias de violência física que a elas chegavam. Estas percepções reaproximaram as lideranças de mulheres e as colocaram diante da necessidade de um novo ciclo de lutas pela humanização:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação (...) somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto da história, não é porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera violência dos opressores [neste caso, dos subopressores] e esta, o *ser menos* (FREIRE, 1987, p. 16).

Estas lideranças desenvolveram a capacidade de ouvir e refletir, reconhecendo-se como seres históricos, pois haviam participado de movimentos de lutas por direitos e vivenciaram a possibilidade de romper com estruturas de dominação a que estavam expostas, como foi tratado no capítulo anterior. E, ao se reunir e refletir, constataram semelhanças nas preocupações, verificando que muitas mulheres estavam ampliando seu Ser menos, se diminuindo, se impregnando com o fatalismo do nada pode, tudo é difícil. Aparentemente, toda esta carga opressora era traduzida como “acomodação” das mulheres.

Diante destas constatações, o grupo de lideranças decide realizar uma ação conjunta e organizada dos movimentos de mulheres para interferir nesta realidade, aprofundando e debatendo com um número ampliado de mulheres sobre as relações entre a violência e o afastamento das mulheres da participação nos espaços públicos:

*“Eu até acho importante [participar e conhecer toda cooperativa], mas na realidade eu não gosto muito de eu tomar a frente... participo tudo, mas não gosto também...tem que ter um pouco de gostar disso ...também depois que tu assume tu tem aquele compromisso também , né, não adianta querer assumir” (depoimento agricultoras familiares camponesas nas reuniões da pesquisa).*

Com relação a estas posições, de um suposto não gostar, que podem expressar medos ou receio a mudanças e que muitos dirigentes homens dizem que as mulheres se acomodaram, e não querem participar. Esta situação reflete uma relação intrincada entre a busca do Ser mais, que estas mulheres realizam, e as armadilhas estabelecidas e reorganizadas pela divisão sexual do trabalho que conduzem diuturnamente para um fatalismo imobilista, que se apresenta como acomodação e um “Ser menos”.

A percepção das agricultoras familiares sobre a relação entre a violência e a baixa participação das mulheres nos espaços públicos vêm ao encontro dos elementos constitutivos da divisão sexual do trabalho trazidos por Hirata no sentido de que a violência está estreitamente ligada às condições de vulnerabilidade a que as mulheres estão submetidas:

“A autonomia econômica não é dissociável de um mundo sem violência contra as mulheres. O aumento de violência está associado à dependência das mulheres como o desemprego, a falta da autonomia econômica, que por sua vez induzem a uma vulnerabilidade econômica e social que retroalimenta o círculo de violência” (HIRATA, 2010).

Neste contexto, as lideranças das agricultoras familiares camponesas e as educadoras populares buscavam compreender que fatores causavam esta situação de vulnerabilidade e construir modos de agir para que muitas mulheres pudessem superar esta condição.

Por iniciativa deste grupo de mulheres<sup>99</sup> é organizada uma formação regional sobre gênero, violência e a participação das mulheres nos espaços públicos, com um grupo mais abrangente de mulheres dos vários movimentos sociais e educadoras populares de ONG's populares. Durante este encontro realizado em 2002, o grupo reflete sobre a necessidade de ampliar o debate com o maior número possível de mulheres, indo aos municípios, como forma de estimular as mulheres a se organizar em seus movimentos sociais.

Em virtude desta demanda, a ASTRF apresenta um projeto, aqui descrito como projeto 1, na Secretaria Especial de Políticas para as mulheres do governo federal, sendo este aprovado. Dentre os objetivos, um deles era promover a autonomia econômica das mulheres. Este objetivo também apontava os mecanismos para promover esta autonomia que seria através de iniciativas autogestionárias de geração de renda. Uma das metas era de organizar grupos de geração de renda de mulheres, cooperativas e associações. O projeto 1 foi escrito a partir da demanda do encontro das lideranças dos movimentos das mulheres e foi estruturado para realizar um diagnóstico sobre violência e a participação das mulheres em espaços públicos. Posteriormente, em encontros locais de posse dos resultados, refletir com as mulheres os resultados deste diagnóstico, mas também apresentar as possibilidades que as mulheres vinham realizando de geração de renda e organização de movimentos. Ao final deste período realizar um encontro regional para construir uma agenda comum entre os movimentos e as mulheres dos municípios que participaram do projeto.

---

<sup>99</sup>Este grupo de mulheres era formado por lideranças regionais do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, da Comissão Regional de Mulheres dos Sindicatos da Grande Santa Rosa, do Fórum dos Rurais da CUT, das ONGs ASTRF e AREDE e da Marcha Mundial das Mulheres, que começava a se organizar nesta região.



Neste mesmo período, este grupo de mulheres é convidado a participar da passagem da carta mundial das mulheres para a humanidade, construindo um Encontro da Marcha Mundial das Mulheres. O grupo aceita o desafio, como mais uma forma de ampliar suas reflexões de forma coletiva e organiza um evento no dia 12 de março de 2005, em Porto Xavier. Tal encontro reúne 3000 mulheres agricultoras familiares camponesas, sindicalistas urbanas, militantes de movimentos sociais urbanos do estado do Rio Grande do Sul e também da província de Misiones da Argentina.

Este dia produz um marco no debate e na ação do feminismo, nas formas de opressão das mulheres e um diálogo entre diferentes movimentos e grupos de mulheres urbanas e rurais sobre os desafios da pauta coletiva para superação da opressão. Foi produzido antes e durante este dia um intenso diálogo entre as mulheres, com oficinas, feiras, teatros, discursos, conversas, e debates em grupos. A multiplicidade de idéias, debates e concepções produziu várias convergências entre as mulheres participantes do encontro, as quais eram oriundas de diversas organizações rurais ou urbanas ou simplesmente militantes sociais.

O encontro possibilitou que elas se reconhecessem numa plataforma comum, expressa na carta mundial das mulheres para a humanidade. Neste encontro também além dos debates, as agricultoras familiares camponesas organizadas em grupos realizaram uma feira ao ar livre com sua produção de alimentos e muitas saíram motivadas a ocupar este tipo de espaços de comercialização, na construção de sua autonomia econômica.

Na medida em que ocorria o diálogo e durante os trabalhos de grupos, muitas mulheres se enxergaram nas outras mulheres, desencadeando identidades sobre problemas e propostas de processos educativos e da possibilidade das mulheres se organizarem em conjunto para combater as desigualdades sociais. Neste dia, os vários processos educativos desencadeados, demonstraram como diz Freire, que a educação tem sentido pois os seres humanos são também projetos e podem se propor mudanças. Nesta perspectiva de luta coletiva, muitas mulheres se perceberam como capazes tanto de saber que sabem, como de reconhecer as outras possibilidades e diferenças entre si (FREIRE, 2000, p. 20).

Neste processo de reconhecimento, a partir do encontro preparatório regional das lideranças até este evento, foram acontecendo uma série de encontros preparatórios, de debates e de aprendizado que foram envolvendo muitas mulheres

que, refletindo sobre sua condição, se colocaram em movimento, muitas delas ocupando funções nas direções das cooperativas de agricultura familiar camponesa.

No encontro da Marcha Mundial das Mulheres, muitas mulheres vieram com propostas e já organizadas para trocar experiências em oficinas nos grupos e participar das atividades. A partir deste momento criaram-se as condições para a ação de educação popular nos municípios, prevista no projeto, pois

A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação” (FREIRE, 2000, p. 20).

Estas mobilizações foram estabelecendo as condições para que as mulheres se colocavam como participantes ativas da história, para além da provocação do grupo de educadoras e de lideranças, as mulheres se manifestavam em eventos mistos e também se fortaleciam na construção em busca do seu “Ser mais”:

Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está em que os homens<sup>100</sup> submetidos à dominação lutem por sua emancipação (FREIRE, 1987, p. 43).

Este contexto provocado por este evento da Marcha Mundial das Mulheres, colaborou para que as lideranças se nutrissem de esperança e saíssem comprometidas e organizassem, amparadas pelo projeto 1, amplas mobilizações de mulheres nos municípios<sup>101</sup>, reforçando ações dos movimentos sociais em geral também. Estas mobilizações foram momentos de debates intensos com pauta preparada anteriormente por uma comissão municipal e representantes do grupo regional de lideranças dos movimentos de mulheres. Foram debatidos o PRONAF

---

<sup>100</sup>Conforme descrito anteriormente, FREIRE no livro *Pedagogia da Esperança* revisa em trabalho posterior sua linguagem, que reconhece como ideologia e instrumento de dominação e passa a ser referir a homens e mulheres em toda sua obra posterior.

<sup>101</sup>Reuniram-se na média de 300 a 400 mulheres nos encontros municipais, que eram Santo Cristo, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Dezesseis de Novembro, Guarani das Missões, Caibaté, Mato Queimado, Vitória das Missões, Pirapó. A maioria destes municípios possui cooperativas municipais de agricultura familiar camponesa, que são objetos deste estudo.

mulher<sup>102</sup> e a relação das mulheres com o crédito, apresentados os dados sobre a situação de violência nos municípios, levantadas no diagnóstico prévio.

Também, e a partir destes dados do diagnóstico, foi realizada uma reflexão sobre as conquistas das mulheres, as relações desiguais de gênero e a superação da opressão das mulheres. Ao final da rodada dos encontros municipais, foi realizado um encontro regional para o fechamento do plano de ação regional, com 500 mulheres participando. Estas mulheres criaram durante o evento vários momentos de simbologias, desde o debate em grupos onde estavam representados todos os movimentos de mulheres organizados na região do estudo passando por feiras onde comercializavam a produção dos grupos de geração de renda até o plantio de um ipê roxo.

Todos esses foram momentos carregados de expressão de simbologias e que resultaram numa plataforma comum, chamada de plano regional de ação. Estas ações aconteceram em um período de dois anos, o que possibilitou a preparação e o envolvimento de muitas mulheres nos processos educativos e a formação de muitas educadoras populares e lideranças que passaram a se fortalecer e participar de movimentos de mulheres:

*“(...) depois de anos (lavando, passando, cozinhando e cuidando da casa), resolvi que eu deveria voltar a estudar. Numa certa forma foi a libertação de alguns pré-conceitos. Durante meu estudo, conheci a marcha mundial das mulheres, na qual passei a fazer parte. (...) com a participação mais ativa nos movimentos feministas, constatei que outras mulheres também passaram ou estavam passando pelas mesmas dificuldades que eu. Hoje, meu trabalho é envolver e conquistar estas mulheres e outras a participar mais das cooperativas, associações e sindicatos (...)” (depoimento de educadora popular no encontro regional da pesquisa).*

As múltiplas ações empreendidas enquanto movimentos de mulheres, de maneira intencional, provocou na região do estudo um efeito multiplicador de comprometimento de muitas mulheres, em suas relações sociais com a transformação da realidade. Uma realidade desumanizada, como no depoimento acima, que as mulheres constatavam ao passar pelos processos educativos. Esta constatação por meio da reflexão coletiva da opressão pelo trabalho doméstico e de

---

<sup>102</sup>PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar, política de crédito do governo federal específico para a agricultura familiar, que naquele período lançava um crédito especial para as mulheres.

cuidado da casa e da família como obrigação sua, fez com que a forma de procurar constituir o seu “Ser mais” era no ambiente de trabalho criar as condições para que mais mulheres ocupassem espaços públicos. Hoje meu trabalho é envolver e conquistar estas mulheres e outras a participar “um compromisso assumido e permanentemente buscado no seu ambiente de trabalho, a partir de uma plataforma comum e permanentemente refletida. (...) a rebeldia, afinal, faz parte do processo da autonomia, quer dizer, não é possível *ser sem rebeldia*” (FREIRE, 2001, p. 250). Uma rebeldia de intensidades e desejos diferentes, mas profundamente modificador na vida das mulheres que estavam se envolvendo nos processos de luta e educação.

A partir deste período de intensas mobilizações, motivadas, como descrito anteriormente, por uma reunião inicial de lideranças de vários movimentos de mulheres preocupadas com o baixo número de lideranças mulheres nas organizações, desencadeia um processo que permanentemente vai conduzindo várias mulheres a espaços públicos, desde uma permanente preocupação em formar educadoras populares e lideranças que se destacam e assumem e ampliam os locais de ação do grupo inicial, sempre com a preocupação de buscar mais mulheres para esta reflexão e ação.

Esta ação toda foi reforçada, neste projeto 1, pelo diagnóstico elaborado em alguns municípios<sup>103</sup> e que também confirmou as impressões que muitas lideranças tinham de sua realidade vivenciada, que provocava uma sensação de que as condições de vida das mulheres tinham piorado, e estas estavam se transformando em Ser menos. Cabe lembrar que esta reflexão inicial era produto de lideranças que tinham passado por lutas intensas e tiveram suas vidas bastante alteradas na trajetória da conquista de seus direitos.

O diagnóstico foi elaborado por um conjunto de mulheres indicadas pelos movimentos de mulheres e sindicatos e cada uma teve 30 dias para levantar as informações. Ele procurava registrar dados e entrevistas sobre violência e a participação das mulheres em espaços públicos nos municípios envolvidos na pesquisa. O retrato levantado era bastante desanimador, com baixa participação das mulheres na sociedade e indicadores de violência, porém só reforçava as constatações das lideranças, quando pensaram este projeto.

---

<sup>103</sup>Os municípios diagnosticados foram os mesmos dos encontros municipais.

As lideranças optaram por trabalhar este diagnóstico nos encontros municipais, como ferramenta de alavancar propostas objetivas e ampliar a reflexão sobre direitos e a construção de autonomia, ao invés de só lamentar o número substancial de dados sobre a violência. A educação popular vai sendo construída em vários momentos, partindo da constatação dos limites que são vivenciados pelas pessoas, de sua leitura de mundo. Vários elementos que compõem as visões fatalistas recorrentes ou os discursos vazios tornaram-se visíveis neste diagnóstico, que será destacado a seguir.

As prefeituras, conselhos, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de agricultura familiar camponesa, grandes cooperativas e outras entidades organizadas, no município responderam que a participação das mulheres é “indispensável”, “fundamental”, “mostrou que é capaz”, “é importante”, enfim apareceram várias respostas, todas adjetivadas. Nesta perspectiva nas respostas, “todos os entrevistados afirmaram que o trabalho com mulheres repercute positivamente tanto em nível pessoal como comunitário” (BRUNINI, 2005, p. 30).

Porém, quando os entrevistados que dirigem as entidades são questionados sobre as ações sociais e econômicas específicas para as mulheres conduzidas pelas entidades, apareceram o “Programa Saúde da Mulher”, a “festa dos dias das mães” e os Clubes de Mães”. Este modo estancado e idealizado de se referir à mulher, relacionando o idealizado nas adjetivações sobre a participação e na ação prática é traduzida em atividades ou eventos que reforçam um único papel para a mulher, o de ser mãe. Neste sentido, apareceram naquele momento as contradições entre o discurso e a prática das organizações locais, em especial, dos sindicatos e cooperativas de agricultura familiar camponesa que, apesar de aparentemente reconhecer a importância da participação das mulheres, esta participação estava restrita às suas decisões individuais.

O retrato revelado por este diagnóstico demonstra a construção dos elementos que reforçam a distância entre a fala idealizada das instituições sobre a importância da participação das mulheres na sociedade e a ausência de ações públicas para possibilitar esta participação. Esta idealização e a ausência das instituições na promoção de ações que proporcionem criar condições para a participação efetiva das mulheres reforça o estado de “Ser menos” destas mulheres. Este estado de “Ser menos”, viver como menos, exaltando o “acomodar-se”, o papel

do trabalho doméstico, das obrigações com a família, constrói os elementos para a reprodução da divisão sexual do trabalho, como detalhado no capítulo 1.

Este “Ser menos” é constituído de simbologias que reproduzem a posição de submissão e de suposta acomodação, ou de medo de assumir funções públicas. Estas instituições portanto utilizam e reforçam esta conjuntura fatalista para excluir as mulheres. Estas mulheres estando na condição de Ser menos acabam aceitando e se conduzindo pautadas por atitudes fatalistas, mesmo que estas produzam muita dor. Então a ausência de ações que promovam o “diálogo crítico e problematizador”, vislumbrado nas respostas das instituições, revelados naquele diagnóstico, demonstra as dificuldades que as mulheres sozinhas têm de estabelecer seus caminhos objetivos e subjetivos para a realização do seu Ser mais como ser humano.

A possibilidade de construir este diálogo crítico e problematizador aparece porém, no mesmo diagnóstico, nas entrevistas das mulheres sobre sua participação nas cooperativas. Elas mostraram opiniões concretas sobre sua situação, passíveis de ser problematizadas e construídas sínteses que possibilitem ações de mudança:

Nas grandes cooperativas regionais as mulheres quase não existem como sócias, não tendo nenhuma mulher nas diretorias das quatro cooperativas entrevistadas. Uma delas colocou que segundo o estatuto, a mulher só poderia ser sócia se tivesse bloco de produtora individual. Caso o bloco fosse em conjunto com o marido, (situação mais comum na região), seria o homem que teria possibilidade de ser sócio, ficando a mulher de lado. As cooperativas municipais [cooperativas da agricultura familiar camponesa](...) nos seus estatutos não existem impedimentos maiores para que as mulheres sejam sócias e nas três cooperativas entrevistadas as mulheres fazem parte das diretorias (BRUNINI, 2005, p. 29).

Este depoimento expressa a percepção que as mulheres tinham das grandes cooperativas, elas não se sentiam parte. E, nas cooperativas de agricultura familiar camponesa, a análise se limita a fazer parte da diretoria. Situação que foi verificada também nesta dissertação, mas que não alterou a participação coletiva das mulheres enquanto associadas e na sua representação.

Ao final do projeto 1, como produto desta intensa mobilização, registrou-se num documento em formato de cartilha. Neste documento além da pesquisa sobre os movimentos de mulheres, também foram publicados os resultados de um levantamento de dados sobre violência e invisibilidade das mulheres e também o

plano de ação regional elaborado e debatido no encontro regional por elas. Este plano de ação foi construído em conjunto com as lideranças dos movimentos de mulheres como uma pauta coletiva, uma plataforma de lutas.

O compromisso era de uma plataforma que permanentemente debatido e pautado em seus municípios e movimentos. O plano está bastante detalhado em ações em relação a pauta governamental e de geração de renda, mas não há menção direta sobre as cooperativas de agricultura familiar, somente um item genérico chamado de “incentivo para o desenvolvimento de atividades que gerem trabalho e renda entre as mulheres”. Ao final desta intensa mobilização e como resultado tanto do diagnóstico, como das reuniões e das reflexões entre as lideranças e as educadoras, o grupo ampliava seus conceitos e percepções chegando a conclusões semelhantes ao que Hirata ressalta em seus escritos de que a violência é retroalimentada pela vulnerabilidade e a falta de autonomia econômica que as mulheres estão expostas.

A afirmação coletiva das mulheres naquele momento, reforçada pelas amplas mobilizações e muitos estudos e reflexões, produziu elementos de que para conduzir o enfrentamento da violência, além dos aparatos de segurança e formação, era necessário estabelecer e fortalecer experiências de geração de renda das mulheres como forma de buscar a autonomia econômica. Derivados do acúmulo deste primeiro projeto e do debate contínuo entre as lideranças dos movimentos de mulheres foram elaborados e executados projetos de apoio a geração de renda, como o “Mulheres Gerando Trabalho e Renda na Agricultura Familiar”, desenvolvido pela AREDE e ASTRF, que será descrito como projeto 2.

O projeto 2 tinha como um de seus objetivos, “proporcionar e incentivar a participação das mulheres na tomada de decisões na propriedade e na vida familiar, nos espaços de decisão da comunidade e de suas entidades representativas”; e como prioridade “fortalecer os grupos de produção de alimentos, para que estas mulheres gerassem renda para si e se fortalecessem como pessoas que participam das decisões na sociedade”. Foram envolvidas muitas mulheres neste projeto 2, nos grupos de geração de renda, muitas jovens que não haviam participado sequer de ações dos movimentos de mulheres:

*“Foi através da participação no movimento de mulheres, que comecei a perceber que a mulher tem um papel muito importante na sociedade. Hoje sei que a mulher deve ter opinião e ser capaz de tomar decisões, não ser apenas um ser que procria. A mulher deve participar das decisões da família, da comunidade e da sociedade em geral” (depoimento de liderança do movimento de mulheres e educadora popular no encontro regional da pesquisa).*

Este momento de dar-se conta da possibilidade de decidir sobre seu destino estava pouco vivenciado para as mais jovens, então a possibilidade de organizar grupos para decidir sobre a produção e a comercialização da produção de alimentos gerou uma euforia nas mulheres, tanto nas lideranças quanto nas educadoras populares, como possibilidade de autonomia construída a partir de si.

O projeto 2 estabeleceu como fio condutor de trabalho para educadoras populares e lideranças organizar as mulheres em grupos de produção como forma de fortalecer o trabalho solidário, que além da renda “as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar reivindicações, (...) para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações” e de suas vidas, contribuindo para encontrar soluções dos problemas gerados (...)” (AREDE, 2007, p.17).

Esta opção foi a principal adotada pelo projeto 2 como forma de alcançar a autonomia econômica para as mulheres. Assim, como o projeto 1, estabelecia objetivos genéricos sobre a participação em espaços públicos “Proporcionar e incentivar a participação das mulheres na tomada de decisões (...) nos espaços de decisão da comunidade e de suas entidades representativas” (AREDE, 2007, p.15). As cooperativas de agricultura familiar nesta concepção adotada eram compreendidas somente como espaço de comercialização, como demonstra o item 3.4 do projeto:

Porém, existem muitos espaços, nos quais os grupos de mulheres podem comercializar seus produtos, nos pontos de vendas das cooperativas ou centrais de cooperativas da agricultura familiar: as mulheres organizadas em grupos ocupam o espaço nesses pontos de vendas (AREDE, 2007, p.16-17).

Havia uma intencionalidade de organizar as mulheres como grupos autônomos, sem debater ou questionar as cooperativas de agricultura familiar



camponesa, suas estruturas de comercialização, nem previa a preparação de mulheres para se associar às mesmas ou até a assumir postos de direção das mesmas. O foco optado neste projeto 2 foi a formação de grupos autônomos de mulheres para gerar renda, uma ação na produção de alimentos e na afirmação destas mulheres como agricultoras familiares camponesas.

A partir das mobilizações de muitas mulheres proporcionadas pelo projeto 1 e pelo encontro da Marcha Mundial das Mulheres, o debate sobre a participação das mulheres nos espaços públicos começava a novamente tomar corpo. E, para as educadoras populares e as lideranças dos movimentos de mulheres passava a ser importante que as mulheres na conquista de sua autonomia, precisavam se organizar economicamente para conquistar sua autonomia econômica, como forma de construir os passos para a emancipação.

As lideranças constaram no andar do projeto 1 que ainda estava incipiente o suporte e a reflexão sobre a autonomia econômica e as formas de realizá-las pelas agricultoras familiares camponesas. A maioria das lideranças dos movimentos de mulheres e das educadoras populares, ao avaliar o projeto 1 decidem fortalecer a opção em organizar grupos de mulheres para a geração de renda, como forma de realizar a comercialização e estabelecer sua autonomia econômica. Esta constatação considerava a perspectiva de que as mulheres conquistando a autonomia econômica poderiam estabelecer novas relações de poder com os homens e, também, ao gerar renda e realizar a comercialização se constituir como agentes na tomada de decisões da agricultura familiar:

*“(...) a mulher foi criada para ficar em casa, para depende do marido, sem nenhuma remuneração. A parte do dinheiro quem fica é o marido, inclusive quem administra o dinheiro é o marido, se cada um administra seu próprio dinheiro ia ter mais participação.” (depoimento agricultora familiar associada de cooperativa nas reuniões da pesquisa)”.*

A representação nas direções das cooperativas e a associação nas mesmas não era considerada nem pelas educadoras, nem pelas lideranças como uma das possibilidades de ocupação de espaços de forma organizada para fortalecer a autonomia econômica e como forma de promover a emancipação das mulheres. Por outro lado, a mobilização intensa nos encontros e no reforço a participação nos

movimentos de mulheres, neste período retoma com força a organização das mulheres na construção da humanização dos espaços em que atuam buscando se organizar para superar a divisão sexual do trabalho e se constituírem como lideranças sujeitas de seu próprio processo.

Nesta multiplicidade de movimentos e ações desencadeadas recomeçam a se constituir lideranças e educadoras populares que passam a agir em vários espaços públicos, inclusive nas cooperativas de agricultura familiar camponesa:

*“Participo de uma cooperativa, e o que me motivou foi a questão de termos mais mulheres fazendo parte das mesmas, (...) eu esperava que mais mulheres se associassem (...) Meu companheiro deu apoio para eu me associar, tudo que produzimos é entregue na cooperativa em meu nome e consta no meu bloco de produtora, (...) apesar de o restante da família achar um absurdo, eu, a mulher ser sócia e ele, o homem não.”(depoimento de agricultora familiar associada de cooperativas nas reuniões da pesquisa).”*

Naquele mesmo período, as direções das seis cooperativas da agricultura familiar camponesa já organizadas em torno da UNICOOPER, realizavam seus planejamentos acompanhados por educadores/as populares da AREDE. As poucas mulheres que faziam parte das direções participavam também nestes planejamentos. Analisando os documentos resultantes destes planejamentos e as anotações do diário de campo da época, foi possível destacar as seguintes questões quanto à democracia e à participação nas cooperativas e o processo educativo ali realizado.

Todos os planejamentos destacaram na sua missão a geração de renda e qualidade de vida dos associados e da agricultura familiar. Quando são dispostas as diretrizes, somente três cooperativas trouxeram o tema da participação e numa delas o da democracia cooperativa. Quando consultado o detalhamento das diretrizes, não são elencados prazos, nem responsáveis por organizar esta diretriz, enquanto nos temas referentes à comercialização e organização da produção agrícola foram colocadas várias ações e determinados prazos e responsáveis.

Esta posição revela a concepção dos associados das cooperativas de agricultura familiar camponesa que orienta a ação dos dirigentes das mesmas. Estes se reúnem somente para “resolver” as questões do eixo econômico das cooperativas, o eixo social está dado, com seus estatutos e regras imutáveis e

separados dos problemas da participação dos associados ou dos/as potenciais associados/as. Esta simplificação da democracia se reflete na pouca participação dos associados das cooperativas.

Também esta visão encontra-se carregada de elementos que reforçam a divisão sexual do trabalho, pois há uma naturalização, já refletida no capítulo anterior, e expressa nestes planejamentos, da representação do conjunto da agricultura familiar pelos homens, o que invisibiliza as mulheres. As mulheres, por sua vez, não se associam limitadas por regras naturalizadas. As poucas que participam destes planejamentos estão invisibilizadas nos grupos de trabalho, e não tem mecanismos para que exerçam sua palavra de maneira que apareçam suas questões através de propostas específicas quanto as condições de associação e outras que possam aparecer. Neste sentido aquele primeiro planejamento não contribuiu para ampliar a participação das mulheres nas cooperativas.

Portanto, as direções das cooperativas, de maioria compostas por homens, não foram provocadas formalmente a estabelecer possibilidades para que as mulheres participem mais amplamente das cooperativas. Este método de planejar contribui para a manutenção da divisão sexual do trabalho nestes espaços. Ao deixar fora do debate coletivo o eixo social da cooperativa, se estabelece uma hierarquia entre econômico e social que dificulta a construção de modelos participativos dinâmicos que envolvam os cooperados ou facilitem a associação de novos cooperados ou cooperadas.

Analisando a situação acima é necessário se referir a escolha do método para o planejamento. Esta escolha que não estabelece exigências de participação de todo grupo familiar envolvido compromete sua efetividade para ampliar a democracia destas cooperativas. Também o não estabelecimento de dinâmicas que conscientemente separam os grupos de mulheres e homens em momentos específicos do levantamento de problemas e dos olhares quanto às soluções fragiliza as mulheres no exercício da palavra. Esta fragilidade aparece nos relatórios dos planejamentos, pois as mulheres naquele mesmo período se mobilizando e realizando grupos de geração de renda e nas suas cooperativas não aparecem nenhuma ação específica que as inclua.

A metodologia que não proporciona visualizar as diferentes opiniões não conduz a reflexão sobre a relação da cooperação com a agricultura familiar camponesa e a plena participação de todos os integrantes das cooperativas nos

espaços de decisão acaba reforçando a tendência ao economicismo. Economicismo este que reduz as relações sociais a somente relações econômicas entre pares tidos como iguais. Nos relatórios dos planejamentos das cooperativas de agricultura familiar camponesa, as mulheres participam, porém elas foram incluídas nos grupos e não houve visibilidade a suas propostas enquanto grupo de mulheres. Na sistematização de experiências de várias organizações de mulheres na América Central, estas chegam à conclusão que é importante identificar as mulheres no processo como atoras que têm no contexto atual condições e posições específicas. E conquistar outros atores para as lutas das mulheres, pois as lutas das mulheres interessam à mudança de toda sociedade (CEP, 2009, p. 30).

Apesar dos educadores populares destacarem na organização dos planejamentos a presença de toda a diretoria e lideranças das comunidades, inclusive de mulheres, a ação de estímulo a participação parou por aí. No mesmo instante em que os associados das cooperativas debatem os aspectos produtivos e da comercialização da agricultura familiar camponesa, com baixa participação de mulheres, as agricultoras familiares camponesas se organizam em grupos de geração de renda desconectados das cooperativas. Estas mulheres se organizam em torno de uma pauta em que procuram estabelecer além de reivindicações ao poder público, estimular iniciativas de organização produtiva ou de geração de renda para fortalecê-las e as estimular a participar de suas organizações, inclusive das cooperativas.

Ao se tratar das cooperativas já instaladas era importante ter reforçado a metodologia dos planejamentos para que estas mulheres pudessem estabelecer esta conexão com as cooperativas para além da comercialização. A partir do projeto 2, de autonomia econômica dos grupos de geração de renda, na criação de novas cooperativas de agricultura familiar camponesa, que vinha sendo estimuladas estas mulheres passam a se associar e fazer parte das direções. Muitas mulheres se sentem estimuladas a participar desde sua criação até a direção das mesmas, estimuladas pela organização dos grupos de geração de renda e da participação em movimentos de mulheres.

A participação das mulheres como associadas e nas direções das cooperativas passava invisibilizada tanto pelos dirigentes das cooperativas, os/as educadores/as populares, quanto dos grupos organizados de mulheres que se detinham em priorizar o debate sobre a produção de alimentos, o debate sobre a

divisão sexual do trabalho, mas não proporcionava um aprofundamento sobre a participação das mulheres nos espaços públicos como representação das associadas da cooperativa.

Neste sentido, ao realizar as reuniões desta pesquisa as mulheres refletem sobre sua organização enquanto grupo de mulheres para debater os assuntos da cooperativa. Constatam que ao sentar para conversar pela primeira vez sobre a cooperativa têm posições semelhantes ou complementares que aparecem nas falas de todas. E também constatam que só conversam sobre a cooperativa no âmbito familiar onde a palavra ou a leitura do mundo da cooperativa vem marcada pela leitura de mundo do homem que participa dos eventos e das direções da cooperativa:

*“Hoje é a primera vez que converso sobre a cooperativa com outras mulheres, sempre me angustiei com poucas mulheres na direção, achava que a maioria não gostava de participa..”*

*“Muitas cooperativas se formalizando, comercialização aparece pouco nos debates das mulheres, se não tem momentos de grandes mobilizações, quase não reúne as mulheres.”*

*“E assim vai, temo tarefa o tempo todo, mas também quando dá tu tem que ir... (...)”*

*Simplesmente foi feito a diretoria, sem até me consultar se gostaria de permanecer... quem é que vocês sugerem para ficar no lugar da outra que não pode mais, nem isto... (depoimentos de agricultoras familiares associadas das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Os depoimentos acima demonstram a leitura de mundo que as mulheres têm das cooperativas de agricultura familiar camponesa e de outra parte como os homens que dirigem estas cooperativas agem com relação a participação das mulheres nas cooperativas. Aparentemente somente uma questão de regras que dificultam sua associação, ou de manutenção de poder deste ou daquele dirigente de cooperativa. Porém, os dados coletados na pesquisa de campo (Quadro 2, p.101) vem corroborar com estes depoimentos. São menos de 30% de mulheres associadas nas cooperativas e, em média, uma mulher compoendo a direção de cada cooperativa. Também, no período desta pesquisa, em nenhuma delas há uma presidenta. Estes dados e depoimentos acima citados expressam um comportamento semelhante em todas as cooperativas, logo indicadores de uma divisão sexual do trabalho naturalmente consolidada nestas cooperativas.

Analisando os projetos, as reflexões e conquistas realizadas pelos movimentos de mulheres, a percepção de conquistar a autonomia enquanto ser humano estava imbricada no fortalecimento de uma tática de autonomia econômica visível, naquele momento, na organização e consolidação de grupos de trabalho de mulheres. Simbolicamente foi uma opção de contrapor a suposta coesão familiar que organizava a busca de autonomia da agricultura familiar camponesa sob a coordenação do resultado econômico decidida pelos homens.

No entanto, a opção pela autonomia econômica, sem fortalecer a intencionalidade política, quanto à participação das mulheres nos espaços de representação das cooperativas de agricultura familiar, criou poucas e pontuais condições para o diálogo verdadeiro entre homens e mulheres. Esta opção somada com a posição dos subopressores homens, proporcionou que não fossem produzidas mudanças na participação das cooperativas e na democratização de sua estrutura. Para estabelecer as condições para o diálogo verdadeiro que, como argumenta FREIRE, conduz, por meio do estar sendo ao “Ser Mais”, e à autonomia do ser humano, é necessário se deparar com o seu incabamento, frente ao incabamento dos outros e com isto estabelecer um diálogo.

A opção das mulheres em se organizar somente em grupos de geração de renda continuou alimentando o desconhecimento das mulheres nos processos burocráticos e de representação das cooperativas, o que mesmo que, elas sejam associadas, conduz a uma fragilidade e vulnerabilidade de participação em relação a retórica imposta pelos homens:

É atuando no mundo que nos fazemos. Por isso mesmo é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper. (...) Não se apreende o objeto se não se apreende sua razão de ser. (...) Daí que, na experiência cognitiva verdadeira, a memorização do conhecimento se constitua no ato mesmo de sua produção. É apreendendo a razão de ser do objeto que eu produzo o conhecimento dele (FREIRE, 2001, p. 41).

Então, na perspectiva de FREIRE, para conhecer as cooperativas é necessário dirigí-las. E neste sentido, mesmo que algumas mulheres gerassem renda em grupos de maneira autônoma estavam afastadas da gestão e da

possibilidade de liderar as cooperativas de agricultura familiar, e de representar as mulheres de maneira coletiva na direção destas cooperativas:

*“criamos a cooperativa .... a gente via que a monocultura tomava conta e as próprias mulheres na propriedade perdiam espaço da produção agrícola ... a mulher mais se preocupa com a produção de alimentos. A luta das mulheres poderem ter seu espaço na propriedade. Primeiro foi a soja, agora a pastagem e a mulher tem que fazer quinhentos metros para ir na horta..Na cooperativa ainda somos poucas na direção e precisamos exigir a participação, senão esquecem de convidar...” (depoimento de liderança na reunião regional da pesquisa).*

A formação de lideranças acontece na participação e descoberta dos espaços públicos de representação. E este espaço público institucional, valorizado, na agricultura familiar, por tratar dos conhecimentos da comercialização e tradicionalmente monopolizada pelos homens, continua distante do universo do factível das agricultoras familiares camponesas.

Estas cooperativas de agricultura familiar camponesa foram criadas por escolha dos agricultores e agricultoras familiares camponeses/as, num desejo por vezes idealizado de construção pelas próprias mãos de espaços de comercialização dos produtos diversificados de suas propriedades. Este discurso vai de encontro à concepção central do cooperativismo de que as cooperativas são associações de pessoas em busca do bem comum. Porém, ao serem estruturadas, estas cooperativas estabelecem mecanismos semelhantes às grandes cooperativas de produção, em especial nas regras estabelecidas para a associação e a participação de todos e todas integrantes da agricultura familiar.

Esta “herança” das cooperativas de produção, inclui a regra, detalhada no capítulo anterior da associação familiar e do voto familiar que invisibiliza as mulheres e compromete sua ação como sujeita e associada da cooperativa. Esta situação facilita a perpetuação da divisão sexual do trabalho, ao provocar o distanciamento das mulheres de sua cooperativa. Cabe aos homens o debate e a condução da comercialização na agricultura familiar camponesa, prioridade naturalizada, visto que este é um espaço público privilegiado, por se tratar de um espaço institucionalizado e reconhecido pela sociedade. Neste sentido, o estímulo, com mecanismos que proporcionem as mulheres participarem plenamente e se autorepresentar nestes espaços são condicionantes na construção de uma educação popular em direção a

humanização da sociedade e das condições para romper com a divisão sexual do trabalho.

A manutenção dos valores patriarcais, que naturalizam a divisão sexual do trabalho aparece nestas cooperativas de agricultura familiar camponesa, e acaba sendo pouco debatido e enfrentado. Esta situação acaba sendo tratada como uma “questão de gênero” que é de responsabilidade das mulheres sozinhas superar, como se fosse uma questão meramente moral ou de decisão individual, e não como uma perspectiva de emancipação das mulheres. É importante sim, que os movimentos de mulheres e as educadoras populares proponham o diálogo com ações diretas nas cooperativas como forma de ampliar a possibilidade de comercialização e de participação das mulheres. Diálogo este que têm que ser realizado e aprendido também pelos homens que acabarão dividindo o poder. Enfim, uma possibilidade desconhecida para ambos. E esta possibilidade pode dar início ao que Freire pondera que no discurso e na prática democrática reconhecermos e assumirmos os limites que temos possibilita o diálogo entre as vontades, que somadas se enxergam uns aos outros e podem transformar o mundo (FREIRE, 2000, p. 18).

Este reconhecimento do poder dos homens e o estabelecimento de limites a este poder nestas organizações pode conduzir também a rupturas, que precisam ser enfrentadas. Este escasso diálogo entre sujeitos e sujeitas da agricultura familiar camponesa, mediados pelos educadores populares têm dificultado a superação destas diferenças de oportunidades. Diferenças estas que tem ampliado a distância das mulheres de exercer os poderes de decisão em espaços mistos como representantes dos anseios das mulheres, como neste caso as cooperativas de agricultura familiar camponesas. Neste sentido, a agenda das mulheres que minimizam a participação nas cooperativas de agricultura familiar é reveladora de uma ação continuada de maneira separada dos homens.

A busca de autonomia e emancipação é um processo educativo contínuo e necessita que as/os agricultoras/es familiares camponesas/es, sujeitos/as do processo construam um diálogo constante. Também é necessário que os educadores populares estejam imbuídos de revisar suas práticas para que sejam percebidas as lacunas e as diferenças e se construam metodologias que em todos espaços, de maneira intencional, proporcionem voz e vez a mulheres e homens:



Nem sempre fácil de ser assumida, a busca da coerência educa a vontade, faculdade fundamental para o nosso mover-nos no mundo. Com a vontade enfraquecida é difícil – sem decisão não optamos entre uma coisa e outra, não rompemos (FREIRE, 2000, p. 23).

Correr o risco de acertar ou errar entre homens e mulheres na busca do Ser mais, é uma das perspectivas de uma caminhada na construção da autonomia e da emancipação do ser humano. Para se humanizar é preciso enfrentar os desafios desumanizantes durante a caminhada, que precisam ser desvelados por todos e todas, agricultores e agricultoras familiares camponeses/as e também os educadores e as educadoras populares.

As cooperativas de agricultura familiar camponesa foram sendo formadas no contexto de indignação das lutas sociais e descobertas de parte da opressão em que viviam os/as agricultores/as familiares camponeses/as. Ao construírem estas possibilidades de novas cooperativas para organizar e definir a comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa, estes agricultores e agricultoras assumiam os riscos destas mudanças. Agricultores familiares camponeses ao invés de produtores, agricultoras familiares camponesas ao invés de donas-de-casa. Cooperativas de agricultura familiar camponesa ao invés de cooperativas de produção:

Não haveria cultura nem história sem inovação, sem criatividade, sem curiosidade, sem liberdade sendo exercida ou sem liberdade pela qual, sendo negada, se luta. Não haveria cultura sem história, sem risco, assumido ou não, quer dizer, risco de que o sujeito que o corre se acha mais ou menos consciente (FREIRE, 2000, p. 16).

Ao correr estes riscos de lutar por seus direitos sociais as agricultoras familiares camponesas construíram processos de educação popular. Dentro destes processos de educação popular participaram na formação destas novas cooperativas de agricultura familiar camponesa. Estas cooperativas foram criadas com a expectativa de comercialização da produção diversificada da agricultura familiar. Até em alguns momentos com saudosismos das antigas cooperativas mistas. A consulta a documentos dos planejamentos destas cooperativas revela uma

concentração de esforços na porção econômica destas cooperativas, isto é, no objeto da comercialização.

Atribuiu-se à organização social da cooperativa, uma “espontânea” reorganização da cooperativa pelo simples fato de ser chamada de cooperativa de agricultura familiar camponesa, como se este segmento da agricultura se constituísse de famílias homogêneas entre si e dentro de si. Segundo Guerín, ocorre nos grupos um pensamento ingênuo ao delegar às pessoas de maneira espontânea a possibilidade de organizar um pluralismo eficaz e representativo de todos os grupos sociais (GUERÍN, 2005). Tal situação tem sido reproduzida nas cooperativas de agricultura familiar camponesa, e o afastamento do debate da sociedade em si e o simples cumprimento do legalismo deste formato têm permitido a reprodução de uma estrutura já existente nas grandes cooperativas.

Esta estrutura, já debatida no capítulo anterior, está assentada na divisão sexual do trabalho, e em outros limites antidemocráticos que se explicitam pela burocracia que institui o voto familiar, regra contrária aos princípios cooperativos da representação individual. Este voto familiar tem delegado à família decisões sobre quem participa no ambiente das cooperativas, que em sua maioria acabam sendo os homens:

*“(...) para tomar decisões, primeiro tem que passar pelo marido, mas a gente se faz forte desde participar de uma cooperativa, de movimentos...”*  
*“Nova sócia, requer uma nova despesa para as mulheres na família ... nova inscrição...” (depoimentos de agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa).*

Estas relações de gestão, copiadas das grandes cooperativas, perpetuam os homens na coordenação das cooperativas e afastam as mulheres dos espaços de decisão. Mesmo que nas cooperativas de agricultura familiar camponesa ocorra uma representação maior de mulheres nas direções do que nas grandes cooperativas. Ao refletir em grupos e se dar conta de que podem se organizar em grupos e mudar as regras das cooperativas, estas mulheres começam a levantar várias possibilidades, desde, criar mecanismos para que todos e todas possam votar e ser votados, e também se candidatar a integrar a diretoria, ou sendo da diretoria a coordenar programas como a aquisição de alimentos para abastecer a merenda escolar:

*“A assembléia é o lugar máximo de decisão na cooperativa. Vamos levantar a divisão das cotas e aprovar na assembléia das cooperativas, porque não pode aprovar isto ?...”. É só nos organizar....  
 “Vamo falar com o presidente e dizer que nós vamo assumir o programa de merenda escolar, que o técnico fale conosco...” (depoimentos de agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”.*

As ONG's populares têm um papel fundamental na construção de possibilidades para que estas mulheres continuem de maneira coletiva superando os obstáculos que são colocados no seu caminho, através da ampliação da leitura de mundo destas mulheres. A participação nas direções das cooperativas vai necessitar também da formação feminista destas mulheres para desmontar verdades estabelecidas. Esta situação somente será possível em processos desencadeados de maneira intencional e dirigida:

Nem a leitura apenas da palavra, nem a leitura somente do mundo, mas as duas dialeticamente solidárias. É a "leitura do mundo" exatamente a que vai possibilitando a decifração cada vez mais crítica da ou das "situações-limites", mais além das quais se acha o "inédito viável" (FREIRE, 1992, p. 54).

Neste caso, para alcançar o inédito viável é necessário a superação de décadas de exploração das mulheres agricultoras familiares e do desenvolvimento de uma cultura de participação nas cooperativas. Para romper é preciso se colocar em movimento. Esta ênfase na comercialização e nos aspectos econômicos, observados nos planejamentos e documentos das cooperativas, reforça o princípio da hierarquização da divisão sexual do trabalho. Esta hierarquização expressa a naturalização do papel masculino da representação, em espaços públicos, da agricultura familiar camponesa, neste caso, ao exercer a comercialização.

A prática pedagógica desenvolvida, até aquele momento, pelas ONGs populares, pelos movimentos de mulheres e pelas cooperativas, proporcionava uma tomada de consciência das mulheres sobre a necessidade de continuar estabelecendo lutas e debates, mas pouco afetavam a estrutura opressiva da divisão sexual do trabalho no ambiente das cooperativas de agricultura familiar camponesas. Estas cooperativas eram percebidas somente como instrumento de

comercialização dos produtos da agricultura familiar pelas mulheres, distante mesmo da concepção sobre a organização produtiva das mulheres.

O diálogo crítico e problematizador e a construção de uma relação política de ampliação da participação das mulheres nas cooperativas não constava no horizonte das educadoras populares e das lideranças que estavam realizando aquele processo de educação popular. Acreditava-se que a organização por si só nos grupos de geração de renda fortaleceria a organização política das mulheres e que estas poderiam atuar nas cooperativas de agricultura familiar camponesa. De maneira direta as mulheres expressavam, em vários momentos de formação e debate, a necessidade de estabelecer diálogos críticos e coletivos com os homens também. No projeto 1, elas já apontavam nas avaliações dos encontros municipais:

*“(...) era importante que os homens também ouvissem o que aprendemos por aqui, pois como vamos mudar sem mudar eles também? (...)”  
(depoimentos de agricultoras familiares camponesas nos encontros municipais do projeto 1, diário de campo).*

Neste sentido, o foco principal somente em grupos de geração de renda, excluiu da pauta o diálogo crítico problematizador com os dirigentes de cooperativas. Diante da opção em fortalecer a autonomia econômica das mulheres nos projetos específicos de mulheres, cabe ressaltar a importância das ações intencionais de educação popular para estimular a participação das mulheres nestes grupos, mesmo que indiretamente, mas também estabelecer metodologias e relações com os outros projetos e práticas das ONG'S populares, das cooperativas e dos sindicatos de trabalhadores rurais que tratam da agricultura familiar camponesa como um todo.

A educação popular é uma construção do que fazer educativo que pressupõe a participação ativa dos/as sujeitos/as, onde através da leitura de sua realidade o/a sujeito/a tome suas decisões e transforme sua prática:

A prática pedagógica (...) é compreender os diferentes níveis de opressão masculina e, ao mesmo tempo, criar estruturas pedagógicas nas quais os homens irão confrontar suas posições opressivas. (...) Obviamente, homens precisam e mulheres oprimidas necessitam compreender suas diferentes posições nas estruturas opressivas para que, juntos, eles possam desenvolver estratégias efetivas e deixem de ser oprimidos (FREIRE, 2001, p. 265).

Para que efetivamente haja esta transformação da prática por meio da tomada de decisão, objetivando gerar emancipação e fazer com que as pessoas, em especial as mulheres, tomem suas decisões com liberdade sobre sua participação nos espaços públicos, é necessário que ocorra de maneira coletiva. Então, é importante que os processos de educação popular, seja em formato de projetos, de ações de movimentos ou de cooperativas de agricultura familiar camponesa, sejam complementares.

A confrontação das posições para que homens também compreendam suas posições opressivas é possível de ser estabelecida em ações mistas como, por exemplo, nos projetos executados pelos educadores/as populares/as da AREDE de gestão e de apoio a produção e a comercialização das cooperativas. Uma das ações neste projeto foi a realização do segundo planejamento das cooperativas, em sua primeira etapa, seis anos após o primeiro planejamento.

Em todos os relatórios desta fase do planejamento está descrita a necessidade de associar mais pessoas. Quanto à participação das mulheres, era uma exigência dos/as educadores/as que as mulheres que fazem parte da direção das cooperativas também estivessem participando junto no planejamento. Em duas cooperativas foi detalhada uma meta para associar mais jovens e mulheres e trazê-los/las para as direções das cooperativas.

Ao comparar este planejamento com o anterior é possível constatar nos relatórios e nas listas de presença, a participação de mulheres em todas as cooperativas de agricultura familiar camponesa. No primeiro planejamento, com exceção de duas cooperativas, não havia mulheres participando. Esta participação das mulheres no segundo planejamento é resultado da intencionalidade dos/as educadores/as populares que propuseram a participação de mulheres e jovens no planejamento, mesmo que não integrassem a direção das cooperativas. A intencionalidade dos/as educadores/as era, além de estimular as mulheres a participar, também provocar a reflexão sobre os diferentes olhares e os efeitos da participação de todos e todas na associação e nas instâncias das cooperativas.

Nestes dois planejamentos começam a aparecer de maneira explícita, para justificar a baixa associação das mulheres nas cooperativas, a expressão, “as famílias são associadas, pois o bloco de produtor é conjunto”. Neste sentido

novamente explicita-se a situação da “regra” estabelecida do voto familiar e da representação do grupo familiar pelos homens e não da pessoa.

Tal situação se reflete na dificuldade em ampliar as associações de outras pessoas e remete os/as educadores/as populares a organizar a segunda etapa do planejamento, levando em conta as aprendizagens decorrentes desta situação de representação que por hora se apresentou nesta etapa do planejamento. Ao intencionalmente tratar desta situação no planejamento, são dados os primeiros passos para discutir o eixo social da cooperativa.

O eixo social da cooperativa que permite aos associados se questionar sobre sua relação com esta cooperativa e as possibilidades de democratizá-la. Ao se desvelar esta situação as ferramentas de planejamento utilizadas pelos educadores/as precisam ser cuidadosamente organizadas, com intencionalidade política, para que numa segunda etapa deste planejamento seja possível estabelecer a reflexão e a ação que contribua para modificar o eixo social da cooperativa.

A reflexão sobre a origem de regras como o voto familiar e suas consequências, pode possibilitar que as lideranças reflitam sobre os entraves que elas herdaram das grandes cooperativas e que tem colaborado para não ampliar a participação das mulheres. Esta participação como um dos elementos para a emancipação das mulheres, mas também como possibilidade de libertação da condição de subopressores dos homens.

É importante destacar que, mesmo que ainda não haja um número massivo de mulheres associadas às cooperativas, a sua participação nas direções garante uma diferença fundamental das grandes cooperativas. Nas cooperativas de agricultura familiar camponesa, as diversas práticas pedagógicas presentes nas lutas em que as mulheres têm participado, têm proporcionado que algumas delas cheguem a integrar as direções das cooperativas. Porém ainda é necessário ressaltar a importância da reflexão dos movimentos de mulheres e dos/as educadores/as populares em conjunto com as direções das cooperativas para estabelecer mecanismos específicos que garantam a associação do maior número de mulheres e também a sua participação nas direções das cooperativas de agricultura familiar camponesa.

As intencionalidades propostas pelos/as educadores/as em várias práticas educativas tem sempre a busca incessante da constituição do Ser mais das

peças, entendendo que os passos para a humanização não acontecem de maneira espontânea ou natural, mas são conduzidos por intencionalidades recheadas pelo estar sendo, com todas suas contradições:

Nos fizemos mulheres e homens experimentando-nos no jogo destas tramas. Não somos, estamos sendo. A liberdade não se recebe de presente, é bem que se enriquece na luta por ele, na busca permanente, na medida mesma em que não há vida sem a presença, por mínima que seja, de liberdade (FREIRE, 2001, p. 61).

Nas práticas pedagógicas aqui refletidas desde as mobilizações e lutas dos anos 1990 que resultaram em conquistas de direitos fundamentais para as agricultoras familiares camponesas até as recentes mobilizações e projetos de geração de renda, ainda há necessidades da “vigilância epistemológica e política” (FREIRE). Uma vigilância que permita o avanço dos processos educativos em busca da construção de processos emancipatórios para e com muitas pessoas. Uma emancipação construída e permanentemente revisada por muitas mãos, que ao tomar consciência da opressão em que vive ou que reproduz como educador/educadora, contribua nos processos educativos que se encontra para o reconhecimento e a superação da divisão sexual do trabalho e o Ser mais das pessoas.

Refletindo este processo pedagógico vivenciado por muitas pessoas na região de estudo, neste capítulo foi possível constatar a importância do comprometimento político das lideranças e dos/as educadores populares; que as conquistas não são definitivas e que mesmo os recuos e as situações conjunturais aparentemente sem saída, podem servir de elementos para a construção de processos emancipatórios para muitas pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais no capitalismo são mercantilizadas e estruturadas para através das divisões do trabalho que se estabelecem proporcionar o acúmulo de lucro para alguns e a exploração consentida ou não de muitos e muitas. Neste modo de organização social a competição entre as pessoas é estimulada e a cooperação desvalorizada. Nestas relações as mulheres estão submetidas a uma divisão sexual do trabalho que se reorganiza historicamente para manter o capitalismo.

Porém, os indícios históricos demonstram que nem sempre foi assim, segundo Eisler, nas sociedades primitivas européias ocorriam sociedades igualitárias e que tinham a cooperação como organização, sem distinções de classe ou sexo, com as mulheres desempenhando papéis importantes. O culto realizado nestas sociedades era o da fertilidade e da vida simbolizado em deidades femininas e as relações sociais indicavam a parceria entre homens e mulheres (EISLER, 2007).

Historicamente, a sociedade foi se modificando e recriando as relações sociais e alterando o trabalho que passou a alienar as pessoas. Neste sentido foram sendo gerados símbolos e formas de usos desses que sustentam esta divisão sexual do trabalho com uma aparência naturalizada e culturalmente aceita. Assim, definem-se as divisões dos lugares sociais de cada um a partir de seu sexo e/ou condição social. Segundo Kergoat, esta divisão sexual do trabalho produz hierarquias objetivas e simbólicas que perpassam toda sociedade e se refletem na preparação dos homens para assumir a esfera produtiva e funções públicas de alto valor agregado e as mulheres a esfera reprodutiva, em nome do amor maternal (KERGOAT, 2009).

Ao longo da história, as mulheres criaram muitos movimentos de resistência a esta condição de exploração que foi se constituindo. No século XX foram realizadas conquistas significativas de direitos sociais e de trabalho, porém o trabalho doméstico continua naturalizado como intrínseco a vida das mulheres. Esta relação tem permitido a continuidade da divisão sexual do trabalho. As agricultoras familiares camponesas no Brasil, mais recentemente na década de 1990, conquistaram através de lutas sociais intensas direitos sociais, como a documentação, o reconhecimento de sua profissão e a aposentadoria como agricultoras familiares camponesas.



A agricultura familiar camponesa é um estilo de fazer agricultura e de viver no núcleo familiar, onde cultura e trabalho se mesclam cotidianamente nas relações externas e internas ao grupo familiar. Este estilo de organizar a agricultura a partir do trabalho da família acaba organizando também as relações de produção econômica, social e política, também de maneira simbólica, numa estratégia de sobrevivência e reprodução do grupo familiar.

As lutas sociais das agricultoras familiares camponesas nas regiões Fronteira Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul modificaram a vida destas mulheres e constituíram juntamente com as reflexões da época práticas educativas que possibilitaram rupturas e a conquista do Ser mais destas mulheres. Segundo Freire, um ser humano que reconhece seu inacabamento estabelece, com outros seres humanos, com ética, uma dialogicidade verdadeira. Um diálogo em que estes sujeitos e sujeitas dialógicos crescem e aprendem na diferença. Na ausência deste diálogo e do estabelecimento de condições para estabelecê-lo, é necessário brigar e estabelecer as rupturas para que as discriminações acabem (FREIRE, 1996, p. 60).

Estas mulheres conquistaram identidade de agricultoras familiares camponesas e interromperam um ciclo perverso de invisibilidade, opressão e desumanização a que estavam submetidas. Após a conquista da aposentadoria se voltaram para discutir seus espaços de representação política e de comercialização, passando a questionar a participação das mulheres nos espaços de decisão das cooperativas.

No caso das grandes cooperativas da região de estudo, como reação às reivindicações das mulheres, as direções das cooperativas à época criaram um mecanismo que instituiu o voto familiar. As cooperativas passam a reger e estabelecer que cada matrícula poderia delegar a outro integrante da família o direito de votar, “cada matrícula tem direito a um voto, que poderá ser delegado à esposa ou parceiro, podendo a esposa também ser votada” (FRANTZ, 2001, p. 48).

Aparentemente, as reivindicações estavam atendidas e as mulheres poderiam participar, votar e ser votadas. Porém, as grandes cooperativas transferiam a decisão de quem iria participar e votar, para o núcleo familiar decidir quem representa a família. Esta saída normativa configura-se num dos limites que continua excluindo até hoje as mulheres de participar da tomada de decisão das cooperativas e de suas direções, expressa nesta dissertação pela não representação de mulheres nas direções das grandes cooperativas.

Tal exclusão acontece, pois a divisão sexual do trabalho aparece de forma normatizada e na relação de poder acabam os homens representando as famílias, como culturalmente tem sido, mesmo aparentemente atendendo às reivindicações das mulheres. Para manter o poder e a divisão sexual do trabalho os dirigentes das cooperativas restringem a participação das mulheres, ferindo o princípio do cooperativismo de que cada pessoa se representa e têm direito a um voto nas cooperativas.

Durante o processo de pesquisa, ficaram visíveis tanto na bibliografia utilizada como nos depoimentos das mulheres, a fragilidade dos mecanismos de participação das grandes cooperativas e reproduzidas nas cooperativas de agricultura familiar camponesas. Esta fragilidade aparece expressa em arranjos antidemocráticos de decisões de conselhos que viram regras imutáveis, como o do “voto familiar” que dificulta a participação das mulheres nas cooperativas, por outro lado também na prática cooperativa que historicamente tem se apoiado na idéia liberal individual da suposta “capacidade espontânea dos indivíduos ou grupos se representar de forma eficaz e representativa” (GUERÍN, 2005), sem levar em conta suas especificidades de classe e gênero. Esta situação tem perpetuado a fragilidade da participação dos associados e associadas nas cooperativas.

As cooperativas de agricultura familiar camponesa foram criadas para estimular a diversificação da produção e atender as demandas de comercialização da agricultura familiar camponesa. Os dados e depoimentos levantados e refletidos nesta dissertação demonstram que a participação das mulheres ainda é pequena, porém diferentemente do que ocorre nas grandes cooperativas, estas já participam das direções destas cooperativas. Além do voto familiar, que é praticado em partes pelas cooperativas de agricultura familiar camponesa, quase como herança das normas das grandes cooperativas, e que dificulta a participação das agricultoras familiares camponesas, poucos mecanismos são estabelecidos para ampliar a participação das mulheres nas cooperativas.

Por outro modo, as atividades dentro da propriedade e o trabalho doméstico que provocam a sobrecarga de trabalho destas mulheres, a pouca mobilidade e o desconhecimento sobre as cooperativas têm levado as agricultoras familiares camponesas a um afastamento voluntário das cooperativas e um retorno ao lar, trazendo uma nova ressignificação para a divisão sexual do trabalho.

A conquista do estar sendo na busca do “Ser mais” das mulheres na década de 1990 alterou também a divisão sexual do trabalho, a qual foi sendo reorganizada pela sociedade para que as mulheres mais jovens permanecessem assumindo o trabalho doméstico como função intrínseca às mulheres e recriando mecanismos que freassem a conquista de espaços de participação nos espaços de decisão, neste caso das cooperativas. Nas reuniões desta pesquisa aparecem constatações como a descrita abaixo:

*“Nós nunca sentamos para conversar como funciona a cooperativa só as mulheres (...)” (depoimento de agricultoras familiares sócias das cooperativas nas reuniões pesquisa)”*

Este depoimento, entre outros, possibilitaram durante a pesquisa revelar o inacabamento do ser humano e a necessidade de constantes movimentos de luta e formação para que as mulheres continuem se fortalecendo e buscando seu Ser mais e também algumas dualidades das práticas educativas realizadas pelos/as educadores/as populares.

Tais práticas educativas tinham como pressuposto de que as mulheres já estavam emancipadas, mesmo as que nunca tinham participado de lutas sociais, somente pelo fato de conviver com as que participaram. Neste sentido, os processos educativos propostos ao criar práticas educativas que estimulavam a reflexão sobre as cooperativas e a busca de autonomia econômica, pouco se detiveram em criar intencionalidades políticas que estimulassem a participação das mulheres nas cooperativas de agricultura familiar camponesa.

Por outro lado, este processo de pesquisa revelou a importância da organização de práticas educativas que proporcionem às mulheres a construção de seu “Ser mais” e da autonomia econômica como um dos propulsores para de maneira coletiva, em movimento possam construir sua emancipação. Porém, constatações como as acima citadas, remontam a necessidade de uma constante vigilância epistemológica e política dos educadores/as populares e das lideranças para a superação da divisão sexual do trabalho e a construção de uma sociedade cada vez mais humanizada.

Escrever sobre as lutas sociais de agricultoras familiares camponesas nas regiões fronteira noroeste e missões do estado do Rio Grande do Sul proporcionou compreender historicamente as adaptações que o capitalismo reorganiza para manter a divisão sexual do trabalho e as condições de opressão, afastando as mulheres da participação na sociedade, neste caso nas cooperativas de agricultura familiar camponesa. Ao analisar a dificuldade da participação das mulheres nas cooperativas ficam explícitas regras e normas que “copiam” a organização familiar, como a decisão de quem votar repassado às famílias, o voto familiar.

Estes mecanismos “imitam” a estratégia culturalmente organizada da reprodução da agricultura familiar camponesa. Este jeito de fazer agricultura se sustenta com características de campesinidade numa ordem moral, que estabelece uma hierarquia masculina para manter a autonomia da agricultura familiar camponesa em relação à sociedade. Neste caso esta ordem moral é adotada e adaptada pelas cooperativas para manter e consolidar as relações e os espaços de poder estabelecidos nestas cooperativas. Porém, cabe ressaltar, para os outros mecanismos de participação e decisão na cooperativa valem os direitos da democracia individual.

Levando em conta esta historicidade e a amplitude da divisão sexual do trabalho e a complexidade das relações sociais que envolvem a agricultura familiar camponesa passou-se nesta dissertação a analisar a participação das mulheres nas cooperativas de agricultura familiar camponesa da região fronteira noroeste e missões do Rio Grande do Sul. Também foram analisados os processos de educação popular desenvolvidos pelas ONG's populares, a AREDE e a ASTRF, e sua contribuição em ampliar esta participação.

A participação das mulheres foi fortalecida e estimulada de maneira geral durante e depois da realização de eventos e projetos com a intencionalidade política de retomar a formação de lideranças agricultoras familiares camponesas. Estes projetos reorganizaram uma plataforma coletiva e organizaram novas possibilidades de lutas, despertaram desejos de lutar e de estabelecer novas visões (consciências) de mundo em várias mulheres que se transformaram em educadoras populares ou lideranças de movimento de mulheres. Algumas delas passaram a participar de direções de cooperativas de agricultura familiar camponesa, outras buscaram espaços de representação nas comunidades ou no parlamento.

Durante a análise dos processos que levaram estas mulheres a participar ou a retornar simbolicamente ao lar, dois conceitos de autonomia foram identificados nas falas e nas ações coletivas. A autonomia da agricultura familiar camponesa, que procura manter através de uma condição camponesa a família como núcleo forte da sua reprodução e portanto vista de maneira coesa e com decisão coletiva. Por outro lado, no âmbito da educação popular, Freire trata da autonomia do ser humano na busca do ser mais. Um ser humano que reconhece seu inacabamento e estabelece, com outros seres humanos, com a ética do acolhimento e respeito ao outro/a, uma dialogicidade verdadeira, está construindo autonomia.

Do ponto de vista deste estudo, estas duas autonomias podem ser complementares, no momento em que, as mulheres contribuam na manutenção da agricultura familiar camponesa, mas tenham condições iguais de estabelecer um diálogo verdadeiro com os homens, dentro da agricultura familiar. E que estas possam, ao conquistar autonomia, construir os caminhos para a emancipação como seres humanos.

Os processos educativos analisados nesta dissertação, propostos e executados pelas ONG'S, têm, de maneira geral, deixado de abordar a problemática de gênero, como visto no caso do planejamento analisado no capítulo 3, ou se dedicado exclusivamente a formação para e com as mulheres. Entendendo o papel das organizações populares como executoras de educação popular, também cabe ressaltar a intencionalidade política e ética em proporcionar aos “subopressores homens” (FREIRE), a possibilidade de formação para que estes reconheçam sua condição e realizem a vigilância necessária para a superação desta condição.

Outra questão importante que se desvelou neste trabalho, foram as aprendizagens que ocorreram pelos educadores/as populares, a partir da retomada dos movimentos de mulheres e da formação feminista. Muitos educadores e educadoras populares para além das atividades pensadas em grupo nas ONG's populares começaram a estabelecer critérios e a desenvolver olhares mais vigilantes e críticos procurando revisar as metodologias de trabalho. Estas metodologias têm como objetivo proporcionar a participação de mulheres nas atividades educativas em geral e em várias organizações sociais. A partir destes novos olhares foram sendo desnaturalizados os mecanismos que se revestiam da visão de “acomodação” das mulheres e que proporcionam uma baixa participação

das mulheres nos espaços públicos, neste caso das cooperativas de agricultura familiar camponesa.

Durante esta dissertação foi desvelando-se a necessidade da contínua reflexão e construção coletiva de possibilidades criativas que proporcionem a busca do “Ser mais” das mulheres e que em processo provoquem sua emancipação. São necessárias e repetidas formações continuadas das mulheres, educadoras/es e lideranças, a permanente organização e reflexão sobre suas relações sociais para que se construam diálogos verdadeiros com os homens e a sociedade. E também que os educadores/as populares e as lideranças provoquem vigilância epistemológica e política constante sobre as práticas educativas e reflexões adotadas, pois as decisões tomadas nem sempre nos conduzem a transformação da realidade, mas muitas vezes, a acomodação dos conflitos e não de sua superação.

Neste sentido, os olhares produzidos nesta pesquisa demonstram a importância da educação para a participação, seja em cooperativas ou ligados a elas, seja em outros espaços sociais, em especial no espaço das escolas. Espaços estes que proporcionem ao ser humano condições de se rever e criar mecanismos cada vez mais democráticos nas instituições em que atua e que possam sensibilizar novas gerações para a participação.

Todas as constatações teóricas e análises realizadas nesta dissertação conduzem à ideia de que as possibilidades de conquista de autonomia e de emancipação exigem do ser humano a constante busca do seu Ser mais de maneira relacional atuando em coletivos, pois “somos seres inacabados” (FREIRE). Neste sentido a exigência ética é da busca do outro/outra, não ficar só e a exigência política de estar em constante movimento. Este constante movimento e ação junto com os outros e outras inclui participar, inclusive em espaços onde os diversos tipos de opressão ocorrem.

## REFERÊNCIAS

- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho Coletivo e Educação**. 2ª edição. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 2007.
- ANGELIN, Rosângela e BERNARDI, Cecília. Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 70, ano VI, Março/2007. <Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp\\_angelin.htm](http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_angelin.htm)> Acesso em 06 de janeiro de 2011
- ANGELIN, Rosângela. A “caça às bruxas”: uma interpretação feminista. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 53, ano IV, Março/2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm>> Acesso em 10 de janeiro de 2011
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição. 10 reimpressão. São Paulo, SP: Ed. Boitempo, 2009. (Série mundo do trabalho).
- ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. **Eles – a Cooperativa**: a experiência do noroeste paranaense, 1962-1979. Dissertação (Mestrado em História do Brasil, opção História Social) Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR:UFPR, 1980
- BENETTI, Maria Domingues et al. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS**. Porto Alegre: FEE, 1985.
- BERNARDI, Cecília Margarida. **Frutas Tropicais**: um ousado projeto para uma cooperativa de grãos. Relatório de Estágio Supervisionado de Conclusão do Curso de Graduação em Agronomia. Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS: UFRGS, 1993
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade)
- BRUNINI, Poppy, Nuñez Pereira et al. **Gênero, diferenças, desigualdades e protagonismo**: mulheres reconstruindo sua história. Associação dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços – ASTRF. 2005. Porto Xavier, Relatório final de projeto.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?. In: LEÓN, Magdalena (Org) **Mujeres y trabajo**: cambios impostegables.. Red Latinoamericana transformando la economía - REMTE. Marcha Mundial de las Mujeres. Veraz Comunicação. Porto Alegre, Brasil, 2003, p.11 - 49

CENTRO DE ESTUDIOS Y PUBLICACIONES ALFORJA. San José, Costa Rica. 2009.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa María Russovich,. Ed Nueva Visión. Buenos Aires, Argentina, 1974.

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA ALTO URUGUAI LTDA. **Site oficial**. Disponível em <[www.cotrimaio.com.br](http://www.cotrimaio.com.br)> Acesso em 03 de dezembro de 2010

COOPERATIVA MISTA SÃO LUIZ LTDA. **Site oficial**. Disponível em<[www.coopermil.com.br](http://www.coopermil.com.br)> Acesso em 03 de dezembro de 2010

COOPERATIVA MISTA TUCUNDUVA LTDA. **Site oficial**. Disponível em<[www.comtul.com.br](http://www.comtul.com.br)> Acesso em 03 de dezembro de 2010

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. **Site oficial**. Disponível em<[www.cotrijui.coop.br](http://www.cotrijui.coop.br)> Acesso em 03 de dezembro de 2010

COOPERATIVA TRITÍCOLA SANTA ROSA LTDA. **Site oficial**. Disponível em<[www.cotrirosa.com.br](http://www.cotrirosa.com.br)> Acesso em 03 de dezembro de 2010

D'ATRI, Andrea. **Pan y Rosas**: Pertenencia de género y antagonismo de clase em el capitalismo. ed. Las armas de la crítica. Buenos Aires, Argentina, 2004

EISLER, Riane. **O cálice e a Espada**: nosso passado, nosso futuro. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo. Editora Palas Athena. 2007

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**.. 2ª edição. São Paulo: Editora Escala, 2007 (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal-2)

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Socialização e Individuação: sujeitos em movimento**. Tese apresentada ao programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Selvino J. Assmann. Florianópolis, 2002

FIGUEIREDO, Luciene Dias. Empates nos Babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen et al. **Prêmio Margarida Alves**: II coletânea sobre estudos rurais. Brasília: MDA, 2007

FINOKIET, Bedati et al. **Tekoá Koenju Ojexauka** = Aldeia Alvorecer se apresenta. Santo Ângelo,RS: OPPOMP, 2010.



FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983

FRANTZ, Walter. **Participação em Organizações Cooperativas**. Ijuí. Ed. UNIJUÍ, 2001, (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série relatórios de pesquisa.)

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo: ed. Olho d'água, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: ed. UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 30ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, (Coleção o mundo hoje, v21).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Araújo Freire organizadora. São Paulo: ed. UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões de Nossa Época, v.23)

GARCIA, Antonio. **Cooperación Agrária y estrategias de desarrollo**. México: Siglo XXI editores, 1976.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez et al. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti et al. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular: SOF- Sempre Viva Organização Feminista, 2010

GUÉRIN, Isabele. Sociologia Econômica e Relações de Gênero. Tradução Miriam Nobre. In: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**: Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

GUILHOTO, Joaquim J. M et al. **Agricultura familiar na economia**: Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD; 9).

GUTJAHR, Merici et al. **Cooperativismo Construindo Solidariedade**. Associação Regional de Desenvolvimento e Pesquisa – AREDE. Santa Rosa, 2005. Relatório final de projeto.

HEREDIA, Beatriz ; GARCIA, Marie France; GARCIA Jr, Afrânio. O Lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coord). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HIRATA, Helena. **Dicionário Crítico do Feminismo**. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena et al(Org). São Paulo, SP: Editora Unesp, 2009.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo, SP: Ed. Boitempo ,2002.

HIRATA, Helena. **Trabalho das mulheres e autonomia econômica**. Palestra proferida na 3ª ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres em Louveira/ SP, no dia 11/03/2010. Gravada

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

JARA, Oscar, Holliday. **Educación Popular y Cambio social en America Latina**. Texto impresso. 2011.14p.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena et al(Org). São Paulo, SP: Editora Unesp, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: Di SABATTO, Alberto et al. **Estatísticas Rurais e a Economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. 123 – 158 p.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, SP: Ed Caetés, 1987

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia Qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**. São Paulo, vol.30, n 2, p. 289-300, mai/ago, 2004

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo. Novos Estudos sobre Exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. edição. Petrópolis, RJ: . Ed.Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I / O processo de produção do capital**. Tradução de: Reginaldo Sant'Anna. 19ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, RJ, 2002

MELO, Hildete Pereira de; Di,SABATTO, Alberto. Mulheres Rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (NEAD debate: 9). 47-87 p.

MENASCHE, Renata; ESCHER, Maria Salete. **Gênero e Agricultura Familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Departamento de Estudos Sindicais – DESER. 1996. Relatório de Pesquisa. Disponível em <[www.deser.org.br](http://www.deser.org.br)>. Acesso em 11 de agosto de 2010.

MENASCHE, Renata. **Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança – o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ:UFRRJ. 1996

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo, SP: Ed Ática, 1986. (Série princípios).

NOBRE, Miriam. **A Produção do Viver.** Cadernos Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 2003.

PANZUTTI, Nilce da Penha Miguetes. **Mulher Rural: eminência oculta.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje.** 5(28)p64-71, 1987

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. Dilemas do nosso tempo: Globalização, multiculturalismo e conhecimento. Revista **Educação e Realidade.** Vol.26, n 01, 2001, p. 13-32.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Louro Lopes./ Revisão Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol 20, n 2.jul/dez 1995. p.71-99.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1991.

SCHONARDIE, Paulo Alfredo. **O Histórico – cultural na constituição do humano: presença dos signos representativos do movimento cooperativo em Três de Maio/RS.** (Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação nas Ciências). Departamento de Pedagogia/Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul. IJUÍ, RS: UNIJUI, 2008.

SINGER, Paul e MACHADO, João. **Economia Socialista.** São Paulo, SP: Ed Fundação Perseu Abramo, 2000

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Ed. Vozes. Petrópolis, SP. 2ª edição. 1999.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, Charles (Org.). **Multiculturalismo.** Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994. p.45-94

TORRES, Alfonso, Carrillo. **La Educación Popular: trayectoria y actualidad**. Editorial El Búho Ltda. Bogotá, Colômbia, 2008

WOLF, Susan. Comentário. In: TAYLOR, Charles (Org.). **Multiculturalismo**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994. p.95 – 115

WOORTMANN, Ellen F.. MENASCHE, Renata e HEREDIA, Beatriz (orgs.). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2006.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia”. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Tempo Brasileiro: UNB,1990

ZANETTI, Cândida e MENASCHE, Renata. Segurança Alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org). **A agricultura Familiar à sua mesa: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Ed. UFRGS, 2007. (Série Estudos e Pesquisas - IEPE)

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920**. IJUÍ: Ed.UNIJUÍ, 1996.(Coleção Estudos Departamento de Estudos Sociais)

---

## ANEXO 1

### LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

APAX – Associação dos Produtores de Porto Xavier

APRA- Associação de Produtores de Alecrim

AREDE – Associação Regional de Educação Desenvolvimento e Pesquisa

ASCA – Associação Santo - Cristense de Cooperação Agrícola

ASTRF – Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços

CCGL – Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPADEN – Cooperativa de Produtores Agroindustriais e Artesãos de Dezesseis de Novembro Ltda

COOPASC – Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo Ltda

COOPAX – Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier

COOPERAÉ – Cooperativa Agroecológica de Cândido Godói

COOPERBUTIÁ – Cooperativa Agrícola Butiá Ltda

COOPERG – Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzáles Ltda

COOPERIPÊ – Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Paulo das Missões Ltda

COOPERLUZ – Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Fronteira Noroeste Ltda

COOPERTERESA – Cooperativa Canavieira Santa Teresa Ltda.

COOPOVEC – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Porto Vera Cruz

COOPRAL – Cooperativa dos Produtores de Alecrim

COPERSOL – Cooperativa dos Agricultores de Santa Rosa Ltda

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

COTRIJUÍ - Cooperativa Tritícola Regional Serrana Ltda

COTRIROSA – Cooperativa Tritícola Santa Rosa

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DER-FUNDEP – Departamento de Educação Rural / Fundação de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa da Região Celeiro -

DESER – Departamento de Estudos Sindicais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

EP – Educação Popular

ERPP – Encontro Regional da Pequena Propriedade

FECOTRIGO – Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAF – Programa de Formação e Organização da Agricultura Familiar

PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICOOPER – Central de Cooperativas da Agricultura Familiar